

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

IX Legislatura Número: 147

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 5 de setembro de 2012

Presidente: Deputado Francisco Coelho

Secretários: Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da

sessão pelo Deputado Mark Marques)

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados passou de imediato para a Agenda da Reunião, onde constava os seguintes pontos:

1. **Debate de urgência sobre o "diagnóstico da situação financeira da Região Autónoma dos Açores",** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD; Iniciado o debate com as intervenções do Sr. Deputado António Marinho (*PSD*) e do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), o mesmo prosseguiu com a participação dos Sr(a)s. Deputado(a)s Aníbal Pires (*PCP*), Zuraida Soares (*BE*), Berto Messias (*PS*), Pedro Medina (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*) e Berta Cabral (*PSD*).

2. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2012 – adapta à Região Autónoma dos Açores o Código do Trabalho e respetiva regulamentação", apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

Participaram no debate a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e o(a)s Sr(a)s. Deputado(a)s Aníbal Pires (*PCP*), Isabel Rodrigues (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

3. Projeto de Resolução n.º 63/2011 – "medidas de incentivo às boas práticas de integração de açoriano(a)s em risco de exclusão e/ou excluídos socialmente", apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado José Cascalho. Usaram ainda da palavra o(a)s Sr(a)s. Deputado(a)s, Nélia Amaral (*PS*), Cláudio Almeida (*PSD*), Paulo Rosa (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*).

O diploma foi aprovado por unanimidade.

4. **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/2012 – "estabelece a gratuitidade dos manuais escolares",** apresentado pela Representação Parlamentar do PCP;

Após a intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usaram da palavra o(a)s Sr(a)s. Deputado(a)s Paulo Rosa (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Catarina Furtado (*PS*), Costa Pereira (*PSD*) e a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 52 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito bom dia. Vamos iniciar a nossa reunião plenária de hoje. Vamos começar com a chamada.

Eram 10 horas e 11 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e Silva

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão Vaz

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

Joe Valadão Rego

José Gabriel Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco Amaral

Nélia Maria Brito Nunes

Paula Cristina Dias Bettencourt

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis

António Augusto Batista Soares Marinho

António Pedro Rebelo Costa

António Lima Cardoso Ventura

Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Francisco Salvador Fernandes

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Paulo Jorge Silva Ribeiro

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos. Segue-se na Agenda o debate de urgência sobre o "diagnóstico da situação financeira da Região Autónoma dos Açores", apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Rege nesta matéria os artigos 185º e 186º do Regimento.

A Conferência de Líderes organizou o debate do seguinte modo:

Tempos globais:

Proponente, Governo e PS - 30 minutos,

- CDS-PP 15 minutos,
- BE 13 minutos,
- PCP e PPM 10 minutos, cada um e respetivamente.

O debate é iniciado pelo proponente (também acordámos isso em Conferência de Líderes, para não haver dúvidas), à semelhança do debate de interpelação.

De seguida, querendo, usa da palavra o Governo.

Abrem-se as inscrições e no período de encerramento tem a palavra o Governo e por último o proponente.

Assim sendo, dou naturalmente da palavra ao proponente para abrir o debate.

Sr. Deputado António Marinho tem a palavra.

Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo com uma citação:

"Confirma aquilo que o Governo dos Açores sempre afirmou". É o atual "refúgio" das reações do governo socialista.

E, no entanto, aquilo que o governo diz confirmar-se é, afinal, o contrário daquilo que o próprio governo antes dizia.

É esta a fórmula fantasiosa que o Governo Regional tem utilizado quando se confronta com os seus insucessos. Ou com os seus excessos.

Quando reage aos contratempos que vão aparecendo no seu caminho. Cada vez em maior número. Quase em permanência, neste fim da jornada socialista dos últimos dezasseis anos.

Fazendo leituras, sem hesitar na utilização da inverdade, que contrariam aquilo que os documentos e os números vão tristemente demonstrando. Os resultados desastrosos, a situação que os Açorianos sentem hoje na sua pele, de forma gritante.

Foi essa também a reação do Governo Regional à realidade que está bem patente no "Diagnóstico da situação financeira da Região Autónoma dos Açores", que a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) elaborou. Um Diagnóstico divulgado no passado dia 24 de Agosto, em simultâneo com o Memorando estabelecido entre os Governos da Região e da República, na sequência do empréstimo de 135 milhões que a República concedeu à Região.

Empréstimo que, lembre-se, possibilitou ao Governo Regional amortizar dois empréstimos que se venceram a 6 e 19 de Agosto últimos. Um refinanciamento para o qual o Governo procurou junto da banca nacional e internacional, mas que não foi bem sucedido.

E esse insucesso decorre também da situação a que chegaram as finanças públicas regionais.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É incómodo, mas é mesmo assim!

O Orador: Uma situação que, conforme se constata, não oferece boas garantias.

É isso que o Diagnóstico da IGF revela de forma nua e crua. E é isso que, inacreditavelmente, os responsáveis socialistas dizem ser a confirmação daquilo que sempre afirmaram.

Ainda ontem aqui vimos essa atitude. Ainda ontem aqui assistimos a mais um espetáculo de disfarce e descaramento.

Ainda hoje, provavelmente, iremos ver mais um exercício de faz de conta.

Sempre com os mesmos protagonistas. Sempre com a mesma atitude.

Deputado Berto Messias (PS): Esses tempos são lamentáveis!

O Orador: Com a irresponsabilidade de quem tem usado e abusado dos dinheiros públicos.

Com a irresponsabilidade de quem gerou acrescidas responsabilidades... para os Açorianos.

Vamos aos factos. Vamos às conclusões mais importantes do Diagnóstico.

Feitas as contas, fica clara a razão do PSD quando apontou um montante de responsabilidades da Região de 3,300 milhões de euros para o final de 2010, face ao que constava no Parecer da Conta da RAA de 2010, elaborado pelo Tribunal de Contas (TC).

Para a IGF, a dívida das entidades públicas regionais ascende a 2,318 milhões de euros em final de 2011. Deduzindo a que respeita às Autarquias e Sector Empresarial Local, fica-se por quase 2,000 milhões de euros,...

Deputado Francisco César (PS): 10 vezes mais!

O Orador: ... no que respeita à própria Administração Regional e ao Sector Público Empresarial Regional (SPER).

Adicionalmente, o Diagnóstico aponta o valor nominal dos encargos decorrentes das Parcerias Público Privadas (PPP's). Ascende a 1,690 milhões de euros. Um valor que terá obrigatoriamente de ser acomodado em orçamentos futuros, mas que o Governo Regional insiste em "reduzir" à sua condição de valor atual, quando o mesmo se refletirá ao nível dos valores efetivos de cada ano, em cada orçamento regional. Valores que irão obrigar as gerações futuras, nos próximos 30 anos, a prescindir de benefícios diretos que poderiam decorrer da sua aplicação.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais uma vez o governo socialista está isolado na sua tosca interpretação, e manipulação, dos números.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Tal como tinha ficado com o Parecer do TC relativo a 2010.

Em relação a 2011, a IGF encontra assim responsabilidades totais, integrando as de dívida e as decorrentes de contratos em regime de PPP, que ascendem a 3,680 milhões euros.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Quanto? Quanto?

O Orador: 3,680 milhões euros.

Acrescenta, com mais um ano considerado, ao valor que havia sido avançado pelo PSD, confirmando-o.

Valor que o governo, num esforço desmedido para o esconder, sempre rejeitou.

Mas é o valor que o governo, paradoxalmente, diz agora ser a confirmação do que sempre afirmou.

Mas é também verdade que esse é o valor que foi sempre mudando. Foi sempre sendo diferente na boca socialista. Porquê? Porque, afinal, estava longe da realidade.

Ora o Vice Presidente do Governo dizia que era de 715 milhões. Ora, logo depois, o Presidente do Governo dizia que era de 1,500 milhões. Ou o mesmo Vice Presidente dizia, uns dias depois, que afinal era de 1,300 milhões.

Mudou sempre na boca socialista. Porque a verdade andou sempre arredada da cabeça socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Deputado Berto Messias (PS): A coligação!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Com muito gosto! Sempre foi ao longo da legislatura toda!

Deputado Berto Messias (*PS*): Mas devia ser o contrário! O senhor é que é o líder da coligação!

O Orador: Variou, às vezes, no espaço de um dia.

Variou consoante o protagonista. Ou até variou com o mesmo protagonista.

Porque a verdade não é o forte deste governo aflito. Embora os Açorianos mereçam a verdade.

Existem outras abordagens do Diagnóstico da IGF que merecem destaque e que evidenciam a mesma atitude. Deixamos mais dois domínios de reflexão.

O primeiro refere-se ao descalabro financeiro do sector da saúde, bem patente no Diagnóstico.

Citemos.

É uma "situação de grave desequilíbrio económico-financeiro" dos Hospitais EPE, com "défices e endividamento... em crescimento acentuado", "comportando elevados riscos orçamentais",...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acelerado!

O Orador: ... sendo uma situação que "indicia insuficiências estruturais no financiamento do SRS".

Fim de várias citações. Tudo aquilo que foi dito corresponde a citações efetivas do Diagnóstico da IGF.

A dívida das empresas de capitais públicos do sector da Saúde, financeira e comercial, ascende, segundo o Diagnóstico, a 707 milhões de euros em 2011. Caso se considerem, também, as responsabilidades decorrentes da PPP do Hospital da Ilha Terceira, o Diagnóstico da IGF aponta para responsabilidades totais do sector no valor de 1,039 milhões de euros.

Confere, com o aumento de mais um ano, o valor de 1,000 milhões de euros para o qual o PSD alertou, com base nos valores referentes a 2010.

Mais uma constatação do Diagnóstico e mais uma "pseudo confirmação" que, descaradamente, os responsáveis socialistas apontam ao trabalho da IGF, ainda que sempre tenham contrariado os valores em causa.

O segundo domínio de reflexão situa-se nos riscos de derrapagem. Mais uma questão que os responsáveis socialistas tentam desmentir, embora, sem pudor, afirmem que a IGF confirma a sua não existência, invocando o que documentalmente não existe.

Mas basta recorrer a algumas citações do Diagnóstico para desmascarar a fantasia socialista.

É verdade que quanto aos riscos de derrapagem, assim como em outros domínios, temos assistido ao frenesim socialista, retirando frases do contexto e deturpando as conclusões reais do Diagnóstico.

Ainda ontem isso aconteceu, aqui mesmo, neste Parlamento.

Mas, na verdade, o Diagnóstico é claro. Tristemente claro.

Para a IGF, não está assegurado o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental no Orçamento para 2012, no qual a perspetiva otimista adotada, designadamente quanto à receita fiscal, "configura efetivos riscos de derrapagem orçamental" – citei o diagnóstico.

É idêntica a conclusão já referida para o sector da saúde, cuja situação comporta "elevados riscos orçamentais". O mesmo risco existe quanto aos encargos futuros das PPP's, em que a IGF conclui que dos pouco mais de 30 milhões de euros em 2012 se passará para praticamente 50 milhões de euros em 2016.

Não é por acaso que a IGF intitulou o ponto 6 do Relatório como "Riscos Orçamentais". Só o governo socialista finge que esse título não existe.

O PSD, pelo seu lado, há muito que vem alertando para tais riscos.

Lembremos, também, que é este o Diagnóstico que precedeu o Memorando que ontem debatemos, manifestamente atentatório da Autonomia Açoriana. O Memorando que sustenta o resgate, a ajuda, ou aquilo que lhe queiram chamar, no valor de 135 milhões de euros.

Resgate, ajuda, ou aquilo que lhe queiram chamar, no valor de 135 milhões de euros, que o Governo Regional pediu ao Governo da República porque não tinha dinheiro para pagar o que devia.

É esta a triste situação em que quem nos tem governado deixa esta Região, depois de 16 anos à frente dos seus destinos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Por algum motivo, sempre vimos o governo socialista incomodado com estas abordagens.

Porque não lhe interessava admitir a situação, contrariou o Tribunal de Contas. Porque não lhe interessava dar razão ao PSD.

Agora, "põe na boca" da IGF aquilo que a IGF não diz.

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque continua a não ter interesse em dar razão ao PSD.

Inexplicavelmente, diz que a IGF confirmou aquilo que o próprio governo sempre afirmou.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor já disse isso 300 vezes!

O Orador: Fazendo jus à fórmula que adotou para comentar os seus insucessos e os seus excessos, fez leituras do Diagnóstico que não correspondem à realidade analisada e apontada no documento.

Sem vergonha, este governo, fez "orelhas moucas" ao Parecer do TC. Faz agora "gato-sapato" do que está vertido no Diagnóstico da IGF.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Claro que não interessa ao governo socialista admitir a situação a que fez chegar as finanças públicas regionais.

É um incómodo para os socialistas, designadamente neste tempo que estamos a viver.

Mas interessa aos Açorianos. Estes, em tempo eleitoral ou noutro qualquer, têm o direito de conhecer a situação que se encontra criada, bem como o condicionamento que a mesma transporta para as gerações futuras.

É irresponsável vender situações ilusórias ou fantasias aos Açorianos.

Por isso, é importante falar verdade sobre o Diagnóstico da IGF.

Porque explica os "exatos termos" que acabaram vertidos no Memorando, propostos pelo próprio Governo Regional. O Memorando que constitui uma machadada brutal na Autonomia.

Porque explica as dificuldades financeiras que o governo está a sentir.

Porque explica os duodécimos antecipados no sector da saúde, qual lençol que no início do ano deu para tapar a cabeça, mas que vai deixar os pés de fora nos últimos meses do ano.

Dificuldades que se refletem na vida das empresas e das famílias açorianas.

Dificuldades que se traduzem no atraso no pagamento a fornecedores.

Colocando a sua sobrevivência em risco. Ameaçando a continuidade dos empregos que essas empresas têm assegurado.

Desesperadamente, só o Governo Regional tenta esconder o que é evidente e incontestável.

Desvaloriza e nega o real estado das finanças públicas regionais.

Faz o mesmo com os números acentuadamente negativos que vão caracterizando a evolução de um sector de eleição como o turismo.

Tenta livrar-se das responsabilidades que lhe cabem na situação preocupante de desemprego que se vive hoje na Região.

É por isso que o governo socialista está isolado. Completamente só nas suas fantasiosas afirmações.

Penosamente, vai apenas "respirando", na ponta final das suas responsabilidades governativas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Isso é o que vocês queriam!

O Orador: Entendemos que nos cabe, acima de tudo, servir, debater e informar todos aqueles que aqui representamos.

Para o PSD, o respeito pelos Açores e pelos Açorianos é inalienável.

É por isso que deixamos um apelo. Vamos, todos, esclarecer quem nos elegeu.

Acima de tudo com seriedade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores congratula-se e manifesta a sua satisfação pelo Relatório da Inspeção-Geral de Finanças que concluiu, e cito:

Deputado Jorge Macedo (PSD): Outra vez? Não têm vergonha!

O Orador: "A situação financeira e orçamental da Administração Regional dos Açores não comporta riscos futuros que impliquem apoios significativos da República."

O Relatório da Inspeção-Geral de Finanças que antecedeu a elaboração do Memorando de Entendimento assinado com o Governo da República confirma na íntegra os valores apresentados pela Região.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O diagnóstico da IGF não identificou qualquer desvio ou derrapagem nas contas públicas regionais validando, na íntegra, os dados sempre apresentados pelo Governo dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Com este relatório ficam definitivamente esclarecidas todas as dúvidas, ao contrário do que alguns desejavam, não se registando qualquer surpresa, sendo as contas da Região aquelas que foram mais uma vez certificadas por uma entidade externa sem qualquer desvio, derrapagem ou correção.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Foi tendo em conta esta realidade e a conclusão que a situação financeira e orçamental da Região não comporta riscos futuros, que foi elaborado o acordo com a República.

Com base neste enquadramento não foi necessário proceder ao ajustamento orçamental na Região, nem à implementação de qualquer medida que implicasse austeridade, nem redução dos apoios ou benefícios existentes ou qualquer aumento de impostos ou taxas.

O relatório da IGF permitiu que o acordo estabelecido com a República assegurasse a manutenção total da autonomia regional e a consolidação dos apoios e benefícios que as famílias e as empresas açorianas usufruem sem qualquer efeito negativo para os açorianos.

Importa clarificar, como a IGF o fez e bem, que o valor total de 2,318 milhões de euros corresponde ao somatório de diversas entidades e setores que não são da responsabilidade ou da tutela da Administração Regional, nomeadamente as

câmaras municipais e a participação de acionista privados, empresa de capital social partilhado, correspondendo a essas duas entidades, câmara municipais e interesses privados, 539 milhões de euros do montante referido.

A IGF validou, sem qualquer desvio, o montante da dívida da Administração Regional nos exatos termos em que sempre foi assumido pelo Governo Regional.

A IGF confirmou que o valor total da dívida da Administração Regional é de apenas 427 milhões de euros, o que corresponde apenas a 11% do nosso Produto Interno Bruto, o que em termos relativos é, por exemplo, 10 vezes inferior ao valor médio do país.

A IGF confirmou e validou também que os valores referentes à dívida correspondente à participação da Região nas empresas do Setor Público e Empresarial, como sempre o Governo afirmou, é de 1,351 milhões de euros, sendo a dívida líquida da participação da Região de 1,223 milhões, incluindo empresas como a EDA e a SATA.

O relatório da IGF confirma a transparência, o rigor e a clareza das contas públicas regionais e assume que a situação financeira e orçamental da Região é sustentável e não comporta riscos futuros.

Este relatório é, pois, um contributo decisivo para que não fosse imposta à Região qualquer penalização ou limitação futura que prejudicasse os açorianos.

Concluindo, o relatório da IGF confirma na íntegra os valores apresentados pela Região, sem qualquer desvio ou derrapagem nas contas públicas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Menos na saúde!

Orador: Conclui que a situação financeira e orçamental não comporta riscos futuros que impliquem apoios significativos da República.

O relatório da IGF conclui que a Região tem capacidade para cumprir/liquidar os seus compromissos.

O relatório da IGF conclui a sustentabilidade e equilíbrio das finanças públicas. Perante este facto e perante esta realidade, o PSD só tem uma saída, pedir desculpas aos açorianos por ter levantado falsas suspeitas, por ter levantado infundadas suspeitas,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Brincalhão!

O Orador: ... por se ter enganado profundamente nas suas contas, por ter tentado denegrir os Açores...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... e muito mais importante, por ter tentado prejudicar os açorianos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O relatório da IGF confirma o valor da dívida pública apresentada pelo Governo Regional que, mesmo contabilizando a participação da Região em todas as empresas, é metade do valor anunciado pelo PSD.

O relatório da IGF desmente de forma inequívoca e categórica o PSD.

Um partido que pretende ser a alternativa não se pode enganar no cálculo da dívida pública...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... em 1,600 milhões de euros.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas muito mais importante do que isto, do que se enganar na forma, como o PSD faz de forma reiterada e desesperada, o PSD, ao tentar desesperadamente atacar o governo, está, no fundo, a tentar prejudicar os Açores e os açorianos,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso!

Deputada Berta Cabral (PSD): A centralização!

O Orador: ... lançando suspeitas que afinal se vieram a revelar infundadas ao anunciar valores que foram totalmente desmentidos pela Inspeção-Geral de Finanças.

O PSD foi derrotado quando o Memorando de Entendimento não incluiu nenhuma medida penalizadora para os açorianos.

O PSD voltou a sê-lo quando o Ministério das Finanças divulgou os dados da execução orçamental de julho onde os Açores foram a única Região do país a cumprir sem derrapagens ou desvios o seu orçamento.

O PSD volta a ser derrotado com o relatório IGF que confirma na íntegra os valores apresentados...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... pela Região e desmente o PSD. É muita derrota em muito pouco tempo!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Para este PSD vale tudo, desde que seja para tentar atacar o Governo dos Açores e os açorianos, mas deve haver limites.

Em desespero, o PSD tentou, fez uma vã tentativa de prejudicar os açorianos, mas perdeu. Perdeu, porque a verdade vem sempre ao de cima.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): Tanto chochos os aplausos!

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados (já tenho algumas, mas naturalmente aceito mais).

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Aparte inaudível da bancada do PS)

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Temos imensa fixação por esta casa!

Deputado Clélio Meneses (PSD): É com os restos do senhor!

O Orador: E já se fixaram. Posso continuar?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado Aníbal Pires, queremos ter o prazer de ouvi-lo.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Relatório da Inspeção-Geral de Finanças não traz aqui grandes novidades relativamente ao que são os valores da dívida pública regional.

No entanto, traz aqui algumas questões. Algumas delas, eu até considero que extravasam as competências da Inspeção-Geral de Finanças, relativamente a algumas considerações que tece sobre a capacidade legislativas ou a orientação legislativa que a Região Autónoma dos Açores deve ter.

Traz também outras questões que não deixam de ser importantes e que eu gostaria que o Governo respondesse, designadamente às páginas 29:

"A Região Autónoma dos Açores considera esta participação da EDA como não estratégica, tendo dado em 2011 instruções ao Conselho de Administração da elétrica regional para iniciar o processo com vista à alienação da maior parte destas participações no grupo".

Ainda citando o relatório:

"De acordo com as informações que nos foram transmitidas encontra-se em fase final o processo de avaliação da participação de 50.1% na EDA.

A eventual eliminação daquela participação, em 2012 ou 2013, implicará um encaixe financeiro interessante, permitindo à Região Autónoma dos Açores alguma margem de manobra financeira que poderá direcionar, pelo menos em parte, para recapitalizar algumas empresas do Setor Público Empresarial Regional".

Pergunta:

É intenção deste Governo acabar a privatização da EDA? Alienar os 50,1% de capital público da EDA? É essa a intenção?

Esta pergunta é também para o PSD: se formar governo, essa é a intenção do PSD?

Mas tenho aqui mais duas ou três questões que gostaria de colocar, designadamente se o Governo pretende seguir o aconselhamento da Inspeção-Geral de Finanças relativamente à integração da APIA nos departamentos do Governo Regional?

Ou, relativamente às Pousadas da Juventude, se quer seguir o conselho que é aqui dado pela Inspeção Regional de Finanças, se quer integrar as Pousadas de Juventude dos Açores, SA nos seus departamentos ou eventualmente nas Ilhas de Valor como aqui é dito.

Gostaria que estas respostas fossem claras e concisas.

Relativamente à alienação da EDA essa pergunta é feita também ao PSD. De facto, se vier a formar governo nos Açores, se vai privatizar o capital público da EDA.

Para já ficava-me por aqui, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ó Duarte, responde, senão ele bate-te!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (BE): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate de urgência por iniciativa do PSD convoca esta câmara a analisar e a debater o diagnóstico da situação financeira da Região Autónoma dos Açores, da autoria da Inspeção-Geral de Finanças, feito em junho deste ano e divulgado no passado dia 24 de agosto.

Uma das principais conclusões, senão a principal, deste Relatório da Inspeção-Geral de Finanças, é a confirmação de que os Açores têm um défice controlado e uma dívida abaixo do limite imposto pelos critérios da União Europeia.

Nós, Bloco de Esquerda/Açores, porque queremos defender os Açores, recusamos a fazer destas contas e destes dados barganha política, sobretudo porque ela penaliza, agora e no futuro, o(a)s açoriano(a)s.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Porque temos responsabilidade não alinhamos em campanhas contra os Açores...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: ... feitas e iniciadas com o objetivo de desculpar eventuais medidas mais gravosas para os açoriano(a)s num futuro governo regional.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Manipular números com o intuito de mandar abaixo os Açores para ganhar eleições...

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: ... não vale, Sras. e Srs. Deputados.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Para isso não contarão com o Bloco de Esquerda.

Neste sentido, uma matéria há que tem de ficar hoje, aqui, definitivamente clarificada:

Ou esta câmara, e com ela todos os partidos, trabalham em termos de análise, com os critérios que são hoje norma na União Europeia,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: ... ou então, ao invés, estaremos perante uma falsificação do discurso e da análise das contas públicas.

Deputado Rogério Veiros (PS): Grande lição!

A Oradora: Se as Parcerias Público-Privadas que nós, Bloco de Esquerda, sempre criticámos e combatemos, contam para a dívida da Região, então também é verdade que na República não teremos uma dívida na casa dos 200 mil milhões de euros, mas sim uma dívida na casa dos 250/260 mil milhões de euros.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Nesta matéria, como em tantas outras, é preciso ser sério e responsável...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso mesmo!

A Oradora: ... porque os Açores, para nós, estão acima de qualquer ato eleitoral e da consequente ganância de votos.

É isto, de facto, o essencial do Relatório da Inspeção-Geral de Finanças.

Deputado Rogério Veiros (*PS*): Contenção de despesa!

Uma intervenção despida!

A Oradora: Contudo, o conteúdo do relatório também nos levanta outro tipo de questões. Vamos a elas:

Atualmente toda a gente fala de transportes, e bem, e da importância vital que têm para a nossa economia e para o direito à mobilidade das nossas populações.

Ora, esta semana foram anunciadas as condições de venda da ANA.

Seria, portanto, muito importante que esta casa estivesse unida para, do ponto de vista político, exigir no respetivo caderno de encargos que as taxas aeroportuárias dos aeroportos geridos pela ANA na Região não venham a ter um aumento colossal.

Infelizmente este assunto que tanto interessa aos Açores e aos açorianos é motivo de promessas eleitorais, em catadupa, mas ações concretas zero!

Outra questão que este relatório levanta e que urge clarificar (e que já foi aqui levantada pelo orador que me antecedeu), aqui e agora, tem a ver com a EDA.

A EDA, a tal empresa cujos trabalhadores foram sujeitos ao roubo dos subsídios de férias e de Natal, apenas e só porque o Governo Regional se recusou a usar das prorrogativas da autonomia, preferindo entregá-las a um grupo privado açoriano e ao Partido Comunista da China.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Ora, à pergunta da Inspeção-Geral de Finanças sobre qual o futuro para esta empresa, o Governo Regional respondeu estar a tratar da sua privatização, tendo já mandatado o respetivo Conselho de Administração para avaliar o preço de mercado para os 50,1% do capital detido pela Região, partindo do princípio (aliás, o que está explícito neste diagnóstico) de que não é um setor estratégico para a Região.

Eu pergunto ao Governo Regional qual é o setor estratégico para a Região que está a pensar? Talvez os campos de golfe, não sei, mas é uma hipótese. Gostaria de ver isso clarificado.

Tendo em conta que estamos a falar de um setor estratégico (para nós é, pelos vistos para o Governo Regional, incompreensivelmente, não é!) e também de um monopólio natural, queremos saber se o Governo Regional anda, de facto, a preparar a privatização da EDA nas costas do(a)s açoriano(a)s, e mais uma vez à revelia desta Assembleia.

Importa também recordar que na avaliação da Inspeção-Geral de Finanças a EDA é a empresa mais sólida da Região, logo apetitosa e interessante para os investidores, os tais que ficam sempre com a "carninha", enquanto o povo e público ficam com os "ossos".

Para além da parte técnica, não podemos deixar também de registar que a avaliação política deste relatório é a demonstração prática da cultura anti autonómica e centralista do Governo PSD-CDS.

É que já não estamos só a falar de conceções "relvistas", mas antes de uma cultura governamental que é apanágio do Governo da República e que deveria merecer o repúdio do PSD e do CDS dos Açores.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Exemplos não faltam. Permitam que refira apenas alguns:

Na página 84 do diagnóstico pode ler-se:

"Verifica-se que a matéria de realização de despesas, mesmo após o início da crise orçamental e financeira, continuou a manter-se a vigência ou a proceder-se à aprovação de legislação regional na qual não terá sido ponderado o sentido de contenção, redução ou mesmo congelamento das prestações ou incentivos atribuídos."

E, depois, o mesmo diagnóstico dá exemplos desta coisa absolutamente absurda que é manter apoios e subsídios que são prorrogativa do estatuto autonómico.

Por exemplo, na saúde, o Decreto Regulamentar Regional que aprovou um regime de concessão de apoios à fixação de pessoal médico na Região Autónoma dos Açores para a especialidade de medicina geral e familiar.

Seria bom informar os senhores inspetores de que o(a)s açoraniano(a)s não são portugueses de segunda, são de primeira...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: ... e têm direito a médicos de família como qualquer outro português, independentemente do sítio onde vivem.

Mais exemplos: no Orçamento Regional para o ano de 2011, a remuneração compensatória.

Oh, opróbrio! Oh, desgraça!

Ainda:

- a majoração no Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e Jovens;
- a atualização do Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e Jovens.

Mais ainda:

- a atualização do Complemento Regional de Pensão;
- a Remuneração Complementar Regional.

Tudo isto é horrível e atentatório da soberania nacional, do ponto de vista dos senhores inspetores da Inspeção-Geral de Finanças.

Diz também o diagnóstico:

"É imperativa uma reavaliação da pertinência dos diversos regimes geradores de despesa pública regional, por via da atribuição de incentivos, abonos e subsídios, face à conjuntura financeira restritiva em que o país se encontra (váse lá saber porquê) numa adequada interpretação dos princípios da unidade nacional e da solidariedade recíproca."

Eu não vejo onde é que está o recíproco nesta chamada de atenção.

Para terminar, "a Lei das Finanças Regionais deve ser aplicada em conformidade estrutural com o ordenamento nacional, não podendo o exercício de determinadas competências regionais contrariar as disposições de âmbito nacional".

Atenção açoriano(a)s, porque este parágrafozinho não deixa antever nada de bom para esta Região na próxima revisão da Lei de Finanças Regionais até ao final deste ano.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Para concluir, a Lei de Orçamento do Estado, bem como o Decreto-Lei de execução orçamental, devem ser escrupulosamente cumpridos, não podendo a Região contornar o cumprimento do normativo geral, através de expedientes de interpretação legislativa e/ou de práticas que alcançam resultado contrário.

Como disse ontem a propósito do nosso debate sobre o Entendimento Lisboa/Açores, neste diagnóstico, tal como em algum do conteúdo do Memorando que ontem discutimos, Autonomia ao fundo!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

Deputado Berto Messias (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Discutimos amplamente, no dia de ontem, todas as questões relacionadas com o acordo de entendimento entre o Governo dos Açores e o Governo da República, bem como o que consta no Relatório da Inspeção-Geral de Finanças sobre a situação financeira da Região Autónoma dos Açores.

E tendo em conta o que consta desse documento, que está agora também aqui em discussão, reafirmamos que o Governo dos Açores e o Partido Socialista têm pautado a sua atuação com dois pressupostos absolutamente fundamentais sobretudo nos dias de hoje: TRANSPARÊNCIA e BOA GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS.

Este é um património fundamental, sobretudo nos dias que correm.

Esses factos e esta forma de atuação são reconhecidos por entidades externas absolutamente insuspeitas como o Banco Central Europeu, o FMI, a Comissão Europeia, o Eurostat, o Tribunal de Contas e, até mesmo, o Governo da República.

O Relatório aqui em discussão confirma tudo aquilo que sempre foi afirmado pelo Governo e pelo PS, relativamente à boa gestão das nossas finanças públicas e às responsabilidades financeiras futuras da Região.

Reafirmo assim, aquilo que foi aqui afirmado ontem na interpelação ao Governo proposta pelo PS:

- O Relatório da Inspeção-Geral de Finanças exclui um risco financeiro ou orçamental significativo nos Açores que requeira apoios excecionais.
- O relatório da Direção Geral do Orçamento refere de forma clara que o risco de derrapagem não existe, pois apesar das reduções na receita fiscal medidas nacionais e recessão o Governo Regional tem ajustado a sua despesa e vai ter receitas de fundos comunitários em montante superior ao previsto sobre isso refira-se, por exemplo, a síntese orçamental de Agosto que aponta os Açores como a única região do país com um saldo orçamental positivo de 50 milhões de euros, ao reduzir 9,1% da sua despesa pública
- Este relatório sobre a nossa situação financeira e o memorando de entendimento entre o Governo da República e o Governo dos Açores, mostram que não são necessárias as medidas que o Governo da República tem, impostas para a administração central pela "troika". Que apesar das dificuldades e da conjuntura difícil e da crise assolar todos os portugueses e, naturalmente, os açorianos, felizmente há menos austeridade nos Açores.

Isto contrasta claramente com o que se passa na Madeira e na República, e é muito claro pela referência que é feita no relatório, e cito "a situação financeira e orçamental da Administração financeira e orçamental da Administração Regional dos Açores não comporta riscos que impliquem apoios significativos".

- Apesar das dificuldades, apesar da situação difícil provocada pela conjuntura externa, temos uma credibilidade inquestionável na gestão das nossas contas públicas, também comprovada pelos dados recentes, como já referi, da síntese orçamental de Agosto. Refiro-me à redução da despesa pública que, curiosamente, aumentou quer na República, quer na Madeira.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar das tentativas que alguns fazem, de desmentir o indesmentível, de contrariar factos inquestionáveis e de pôr em causa apreciações de entidades públicas de grande credibilidade, os Açores têm tido a capacidade de fazer uma gestão equilibrada das suas contas públicas, o que nos permite olhar para o futuro com consciência das dificuldades e dos desafios, mas com confiança e margem para ultrapassar esta situação difícil.

Sabemos que não vivemos uma época de abundância ou de grande folga financeira. A gravíssima crise internacional e europeia também condicionam a vida dos Açores e dos açorianos. Mas apesar disso temos tido a capacidade de ajudar as famílias e as empresas açorianas a ultrapassar esta fase difícil.

E é nisso que estamos concentrados. Já disse e reitero, neste processo eleitoral e na luta partidária que está em curso, o nosso adversário não é o PSD nem os outros partidos, apesar do respeito democrático que merecem. É a crise, o desemprego e as dificuldades das pessoas. É em combater essas dificuldades que estamos concentrados.

Contamos com todos, com um forma pró-activa, responsável e que contribua para o desenvolvimento dos Açores.

E não, como temos visto nalguns casos, com uma guerrilha permanente a desmerecer permanentemente o Governo dos Açores...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... e dessa forma também a desmerecer a imagem externa da nossa Região.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

O Orador: Com uma maledicência endémica por parte de alguns, especialmente do PSD (do maior partido da oposição nos Açores), que neste debate em torno das contas públicas tudo tem feito para denegrir a imagem do Governo e dos Açores, não percebendo que nesta altura é fundamental preservar uma boa imagem externa em termos de gestão das finanças públicas. Todos os documentos, todos os diagnósticos, todas as apreciações das entidades

externas que já referi, confirmam o que o Governo tem afirmado – quer nos riscos quer nas responsabilidades financeiras – e contrariam o que tem afirmado

o PSD. Mas o PSD, moldado e inebriado pela politiquice e pela partidarite aguda insiste em não reconhecer esses factos e, sobretudo, em continuar a tentar enganar os Açorianos para daí retirar dividendos político-partidários.

Aqui sim, Senhor Deputado Duarte Freitas, aplica-se o ditado do Pai que vai à parada ver o Filho marchar. Todos marcham para a esquerda, só o Filho marcha para a direita e o pai fica zangado porque só o Filho é está a marchar corretamente e todos os outros estão a marchar de forma errada.

Aqui, sim, Sr. Deputado Duarte Freitas, aplica-se esse ditado.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Mas foi o pai ou foi o filho que ficou perturbado ontem?

(Risos da Deputada Berta Cabral)

O Orador: Nós recusamos essa perspetiva. Não compactuamos com essa perspetiva.

É esta postura e esta perspetiva que tem tido o PSD, de quanto pior para os Açores, melhor para o PSD – estratégia eleitoral.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Oh! Não me diga!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Guerrilha!

O Orador: Apesar do debate político normal e do confronto de ideias, apesar das críticas e dúvidas legítimas e fundamentadas que muitos partidos levantam, todos temos de remar para o mesmo lado em nome do desígnio do desenvolvimento dos Açores.

Não fazê-lo é baixar os braços, é hipotecar o futuro das novas gerações e é pôr em causa a nossa Autonomia que tanto custou a conquistar e a aprofundar.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E não custou nada a hipotecar!

O Orador: Falando em AUTONOMIA, ontem, também aqui, e já hoje na intervenção que me antecedeu, falámos na importância de garantir e manter os princípios e os pressupostos do nosso regime autonómico.

A esse propósito reafirmo que o Memorando e o Acordo de Entendimento assinado entre o Governo da República e o Governo dos Açores, não nos tira autonomia, reforça a nossa autonomia,...

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Ainda se vai arrepender!

O Orador: ... consolida a autonomia da Região Autónoma dos Açores.

Deputada Berta Cabral (PSD): Já percebemos isso!

O Orador: Aquilo que diminui consideravelmente a nossa autonomia é propor um resgate financeiro na área da saúde.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Isso, sim, põe em causa a nossa autonomia e não o Memorando de Entendimento que foi assinado entre o Governo da República e o Governo dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Não te deixaram falar ontem!

O Orador: O relatório da IGF confirma a boa gestão, que tem sido feita nos Açores.

A nossa situação financeira é positiva apesar das dificuldades.

A este propósito, também não posso deixar de referir uma questão que é politicamente relevante:

Já assistimos nesta casa a muitos debates em que, por mais que se esclareça, por mais que o Partido Socialista esclareça, por mais que o Governo preste esclarecimentos, por mais que se prove que dois mais dois são quatro, quem está a ser esclarecido, pura e simplesmente não quer saber do esclarecimento,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... pura e simplesmente não está interessado nas respostas, porque essas resposta não lhe convém.

Como isso não lhe é conveniente do ponto de vista político e partidário ou diz que não está esclarecido, ou que o Governo e o PS não esclareceram.

Faço esta referência a propósito de notícias na comunicação social de hoje e também de posições de partidos e de alguns deputados que hoje tentam reafirmar factos que foram, cabal e categoricamente, esclarecidos ontem.

Refiro-me às notícias relativamente aos despedimentos na função pública e ao aumento dos impostos, que foram, cabal e categoricamente, aqui desmentidas. Não decorrem em medida nenhuma do acordo que foi assinado entre o Governo da República e o Governo dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em política não vale tudo.

Deputado Artur Lima (CDS-PPS): Apoiado!

O Orador: Os tempos exigem responsabilidade, verdade e seriedade.

As pessoas não compreendem, não querem saber da guerrilha permanente em nome de táticas pré-eleitorais ou as incoerências gritantes a que temos assistido, por parte, sobretudo, do PSD...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado!

O Orador: ... e que se verificam novamente neste debate, com aquela incoerência de quem de manhã diz que a Região está na falência, à beira do colapso,...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Quem? Quem?

O Orador: ... mas à tarde promete tudo o que lhe vem à cabeça sem dizer como vai pagar ou como vai fazer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Recusamos essa postura em nome da seriedade e em nome da verdade.

Tendo em conta aquilo que se passa no mundo, tendo em contra aquilo que se passa no nosso país, tendo em conta também aquilo que se passa na Região Autónoma da Madeira, temos garantido nos Açores princípios absolutamente fundamentais, até mesmo em nome da dignificação e do prestígio da atividade política que para nós tem sido, e estou certo que vão continuar a ser, intocáveis, princípios como a transparência, a verdade, a seriedade, o respeito democrático e institucional pela instituições e, sobretudo, o respeito e a prática permanente da verdade.

O Partido Socialista sempre atuou com base nestes princípios e não tem dúvidas que os açorianos podem contar que continuará a pautar a sua atuação por grande e enorme responsabilidade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Medina** (*CDS-PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Diagnóstico da situação financeira da Região Autónoma dos Açores", relatório apresentado e elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças e que o PSD entendeu que devia originar um debate de urgência em véspera de eleições.

Da parte do CDS queria começar por afirmar que este Relatório da Inspeção-Geral de Finanças vem um pouco na sequência daquilo que foi o relatório do Tribunal de Contas e naquilo que tem sido a discussão das últimas contas e dos últimos orçamentos na Região Autónoma dos Açores.

Quero fazer algumas observações sobre o mesmo, que nos parecem pertinentes. Já tínhamos alertado e continuamos a alertar para o perigo não só de riscos orçamentais que estão inerentes neste relatório (e riscos muito sérios) que podem pôr em causa a sustentabilidade das finanças públicas na Região Autónoma dos Açores.

Vou tocar em três pontos que são essenciais: a questão do défice, da dívida e das responsabilidades contratuais.

Em matéria de défice, como V. Exa. deve saber, Sr. Vice-Presidente, o CDS na altura da discussão dos últimos dois orçamentos (refiro-me ao de 2011 e ao de 2012) alertou que as receitas fiscais estavam acima daquilo que devia ser a expetativa da execução das mesmas.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Veja a execução. Passa dos 90%!

O Orador: O que é certo é que diz o Relatório da Inspeção-Geral de Finanças que, para além dos défices que têm existido desde 2009 (e inclusive o de 2012,

é só uma questão orçamental, porque ainda não está totalmente executado), "o défice atualmente de 15,6 milhões de euros reflete-se otimista face à execução efetiva de 2001".

Tem a ver exatamente com a questão das receitas fiscais.

É claro que isto provoca uma situação que nós não desejamos, Sr. Vice-Presidente, que é o recurso ao endividamento para suprir essas necessidades do défice.

Seja o défice menor ou maior em relação aos anteriores, o que é facto é que ele existindo vai implicar um maior endividamento para a Região, ou poderá implicar um maior endividamento para a Região. Era esta a primeira questão (primeira nota) que gostaria de aqui deixar.

A segunda questão, Sr. Vice-Presidente, a questão da dívida.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não aprovaram o orçamento?

O Orador: O Sr. Vice-Presidente, nesta matéria, diz que a relação da dívida direta em relação ao PIB (V. Exa. sabe) situa-se na ordem dos 11%, mas sabe que essas contas não podem ser feitas dessa forma. Temos que tomar atenção também à dívida indireta.

Logicamente que não se pode deixar dívida direta de fora em empresas ou em setores onde a região detém 100% do capital. Portanto, não são os 11%...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Está a ver Sr. Vice-Presidente?! Não esperava por esta!

O Orador: ... que V. Exa. estava aí a anunciar. Estamos a falar na casa dos 50% na relação entre as dívidas e o PIB.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já estragou tudo!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, este quadro é muito elucidativo em relação a essa matéria.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Só pode falar 3 minutos. No último minuto estragou tudo!

O Orador: O quadro da dívida apurada pela Inspeção-Geral de Finanças é muito elucidativo em relação a essa matéria.

Depois digo-lhe mais uma coisa, Sr. Vice-Presidente. Vamos falar em factos mais concretos.

Dívidas a fornecedores.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vá lá!

O Orador: A Região deve 432 milhões de euros a fornecedores, com o setor da saúde a ser um setor fortemente penalizado.

Para quem tem preocupações com as empresas nos Açores, apresentar valores na ordem desta grandeza é preocupante do ponto de vista não só da sustentabilidade, não só das finanças públicas, mas também do Setor Empresarial na Região Autónoma dos Açores. Também gostaria de deixar aqui este alerta em relação a esta matéria.

É claro que a questão da saúde é bastante preocupante, basta ver que os dados que são apresentados aqui pela Inspeção e que o Tribunal de Contas já tinha referido também, apontam para uma falência dos três hospitais.

Temos questionado sempre o Sr. Vice-Presidente: como pensa...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Sr. Deputado, essa situação é das autarquias!

O Orador: ... resolver esta situação no curto prazo?

Vou relembrar-lhe que em termos de resultados líquidos estamos a falar em 86 milhões de euros, em 2001.

Em capitais próprios, negativos, estamos a falar em 185 milhões de euros.

Dívida financeira e comercial (dívida à banca e dívida a fornecedores): estamos a falar em 706 milhões de euros no final de 2011.

Se isso não é preocupante para o Governo Regional dos Açores, se isso não põe em causa um setor fundamental como o setor da saúde, penso que a nossa divergência em relação a essa matéria é total e a falta de rigor ou de transparência que V. Exa. tem anunciado aqui, penso que deve merecer uma reflexão mais cuidada e outro tipo de intervenção, não só por parte da bancada do Partido Socialista como do próprio Governo Regional.

Depois, queria também deixar aqui mais duas notas (Sr. Vice-Presidente, se achar que esta matéria tem relevância ou não): projeto SCUT.

Afinal, o projeto SCTU não é bem aquilo que o Governo Regional andou para aqui a anunciar, de que as rendas estavam controladas até ao final do contrato. Pelos visto, não é isso que a Inspeção Regional de Finanças diz em relação a essa matéria.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Sr. Deputado, leia bem! **O Orador:** Em primeiro lugar, existe um custo progressivo em relação às rendas que vão ser pagas.

Em segundo lugar, existe um risco,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Isso já está num quadro que o senhor aprovou na Assembleia!

O Orador: ... uma cláusula no contrato, que tem a ver com o nível de rentabilidade para os acionistas. Isto pode implicar um pagamento superior,...

Deputada Catarina Furtado (PS): Isso tem a ver com os acidentes!

O Orador: ... uma renda superior, no futuro, na concessão da SCUT na Região Autónoma dos Açores.

Para finalizar esta primeira intervenção gostaria de fazer referência a duas situações que também são muito importantes e tem a ver com a questão dos portos, administrações portuárias.

Diz também o relatório:

"...a reestruturação das três administrações portuárias, prevê-se que esta empresa seja sustentável e capaz de solver com os seus recursos de atividade e os seus compromissos. Não obstante, seria desejável uma consolidação do passivo financeiro de curto prazo, já que a eventual dificuldade da sua não renovação criará um problema certo de tesouraria, podendo envolver um risco orçamental para a Região".

Há várias empresas que têm que fazer aqui também um reajustamento dos seus passivos de curto prazo.

Gostava que o Sr. Vice-Presidente esclarecesse essa matéria.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Bela questão!

O Orador: Por fim, e para terminar, em relação à elaboração deste relatório, aquilo que temos referido ao longo dos últimos anos: a Agência para o Investimento na Região Autónoma do Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Boa questão!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): E a resposta!

O Orador: Já questionei diretamente o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quando tinha funções como Secretário Regional da Economia, questionei várias vezes o Governo Regional, de que esta Agência não tem razão de existir de uma forma autónoma. Está-se a perder sinergias pelo facto de se ter criado uma Agência que não tem esta capacidade, a principal capacidade que devia ter, que é de atrair investimento externo para a Região.

Vou terminar, Sr. Presidente, começando por dar umas notas ao proponente desta iniciativa, nomeadamente ao PSD:

Num momento de tão grandes dificuldades, ao CDS também espanta-nos que o PSD tenha um discurso nesta casa e lá fora utilize o discurso inverso.

Deputada Catarina Furtado (PS): Às vezes não é só lá fora!

O Orador: Vou citar as palavras do Sr. Deputado António Marinho, quando acusa o Governo de estar a abusar dos dinheiros públicos.

Deputada Catarina Furtado (PS): Não é nada de especial!

O Orador: Pergunto ao PSD e à sua candidata, com certeza (se aquilo que o PSD tem feito nos últimos meses em campanha, terra a terra, prometendo mundos e fundos, gastando virtualmente aquilo que é supostamente a folga do nosso orçamento regional), como é que o PSD tem a legitimidade de vir para este plenário acusar o Governo Regional de usar e abusar dos dinheiros públicos, quando a atuação do PSD lá fora é exatamente igual à do Governo Regional?

Como é que este PSD consegue (e quer!) pedir uma nova maioria absoluta para esta Região, quando demonstra que efetivamente o PSD é exatamente igual ao PS nos gastos dos dinheiros públicos?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Estavas a ir tão bem!

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Boa gestão!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir o debate.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de agradecer e congratular-me por aquilo que foram as intervenções, quer do Bloco de Esquerda, quer de uma parte substancial da intervenção do Sr. Deputado Pedro Medina e da do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Permitam-me responder concretamente a algumas das questões fazendo um resumo.

Aquilo que a Sra. Deputada Zuraida Soares disse é essencial.

Na análise destas matérias, e em desespero, o PSD, única e exclusivamente com o objetivo de atacar o Governo, o que tenta fazer, sem conseguir, é prejudicar os Açores, denegrir os Açores e assim prejudicar os açorianos. Isso foi uma questão muito bem colocada pela Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já percebemos!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Quando a argumentação chega a este ponto já não há mais nada a fazer!

O Orador: Aproveitando para responder à sua questão, o que fizemos em relação à EDA é aquilo que fazemos periodicamente em relação às empresas públicas regionais,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): O Sr. Deputado Aníbal Pires é que colocou essa questão!

O Orador: ... que é solicitar uma avaliação do valor real de mercado das empresas, para termos em conta esse valor naquilo que é a definição do património da Região.

Como comprometemo-nos nesta Assembleia há dois anos, estando o mandato a concluir, o que dissemos cumprimos: não iriamos proceder, no âmbito desta legislatura, à privatização da EDA.

A avaliação que fazemos é aquela avaliação que, no nome da boa gestão das finanças públicas regionais, deve ser permanentemente feita para sabermos, com rigor, aquilo que vale a nossa participação e cada empresa do sector público.

Segunda questão, também muito importante, que a Sra. Deputada Zuraida Soares colocou:

Podemos andar aqui com malabarismo, mas como a Sra. Deputada Zuraida Soares disse e muito bem, dívida pública (só há um critério!) é aquela que é definida pelo Sistema Europeu de Contabilidade Nacional.

Dívida pública é o critério que o Governo do PSD e do PP usam.

Dívida pública é o critério que todos os governos da Europa usam.

Dívida pública é o critério do SEC 95, não há outro.

Como muito bem a Sra. Deputada referiu, não se percebe como é que o PSD vem para os Açores inventar critérios, somar valores, duplicar valores, quando o mesmo PSD fala numa linguagem completamente diferente em termos de critérios de dívida pública a nível nacional.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Essa é uma incongruência muito grande.

Dívida pública só há uma,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Isso é verdade!

O Orador: ... é aquela que o Banco de Portugal determina, é aquela que o INE determina, é aquela que as entidades europeias determinam, é aquela que o Governo da República quantifica e determina, e é o SEC 95.

Nesse conceito, como referiu muito bem o Sr. Deputado Pedro Medina, inclui não só a dívida direta como a dívida das empresas públicas que estão dentro do perímetro da Administração Pública.

Do somatório dessas duas partes, este relatório também certifica o valor da dívida pública da Região que, aliás, já tinha sido definido e quantificado pelo

INE e pelo Banco de Portugal que são 690 milhões de euros. É este o montante que se pode comparar com os 200 mil milhões de euros do nosso país.

Por isso é que repetimos e reafirmamos, de acordo com o único critério de dívida pública existente, que o montante referente à Região é, *per capita* por açoriano, seis vezes inferior aquela que corresponde por cada português do continente e cinco vezes inferior aquela que corresponde por cada madeirense.

É esta a verdade dos factos e contra isto não há nenhuma justificação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa conta não é assim que se faz!

O Orador: Segunda questão essencial:

Tivemos uma avaliação. O país está neste momento em avaliação pela troika.

A troika já produziu quatro relatórios de avaliação em relação à situação do país, nas suas diversas componentes.

Em nenhum dos quatro relatórios de avaliação da troika, a troika fez alguma observação negativa, alguma crítica, ou identificou algum risco orçamental, ou demonstrou qualquer preocupação com as finanças públicas da Região. Isto é um facto que deve orgulhar os Açores e todos os açorianos, incluindo o PSD.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Gostaria de trazer a esta casa a informação de um documento recebido do Governo da República, curiosamente assinado pelo Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, com certeza uma pessoa que o PSD considera credível.

Comunicou-nos, recentemente, que a troika não solicitou, não identificou necessidade de, nesta avaliação, fazer uma reunião presencial com as autoridades da Região Autónoma dos Açores, solicitando apenas o envio de um quadro...

Deputado António Marinho (PSD): O relatório da IGF acabado do ler!

O Orador: ... nos mesmos termos em que tinha sido os anteriores e que, cito: "o Governo da República foi muito apreciado pela troika". Ou seja, o Governo

da República comunicou à região que a troika tinha decidido que não havia necessidade, nesta fase de avaliação, de fazer qualquer reunião com o Governo dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É para não gastar dinheiro nas viagens!

O Orador: Perante o facto de quatro avaliações consecutivas não haver nenhuma referência a riscos, a preocupações com a situação orçamental dos Açores, muito pelo contrário, a troika confirma, na quinta avaliação, que os Açores não são uma preocupação para o país e que não existem riscos orçamentais nem problemas que comprometam a situação financeira da Região e do país.

Esta é uma excelente notícia para os Açores.

Se dúvidas houvessem sobre a credibilidade das finanças públicas regionais, sobre a sua transparência e essencialmente sobre o nosso rigor e a sustentabilidade futura das nossas finanças públicas, penso que ficaram também mais uma vez esclarecidos e com isto confirmamos tudo aquilo que temos vindo a dizer, a afirmar e a ser reconhecido por todas as entidades internacionais.

Mais uma vez (reparo no incómodo da bancada do PSD),...

Deputada Berta Cabral (PSD): Nota-se!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... uma boa notícia para os Açores e para os açorianos é, pelos vistos, uma má notícia para o PSD.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista pela voz do Sr. Deputado Berto Messias e também o Governo Regional pela voz do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional afirmaram aqui a tese peregrina de que a oposição deve estar calada e não deve falar...

Deputada Catarina Furtado (PS): Para dizer asneiras, é melhor!

O Orador: ... dos problemas orçamentais e financeiros que vive a Região.

Uma forma de patriotismo é confundir o Governo Regional com os Açores e confundir os Açores com os interesses do Partido Socialista.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): É confundir os interesses dos Açores com os interesses do PS!

O Orador: O que vos quero dizer é que uma forma de exercer a cidadania e uma forma de patriotismo é demonstrar a quem nos está a ver, aos observadores estrangeiros, que os partidos da oposição assumem aquilo que é o seu papel em democracia, que é fiscalizar com rigor a ação do Governo e que aqui nós observamos e dizemos as coisas com transparência e com frontalidade.

Esse é o melhor sinal que pode chegar lá fora. Não é comportarmo-nos como se fossemos aqui uma ditadura totalitária, está toda a gente calada e a aplaudir o Governo, quer o Governo endivide e coloque os Açores à beira da bancarrota como estava.

Os senhores queriam o quê?

Para não assustar a troika, nós aqui aplaudíamos a bonita obra que os senhores têm para nos apresentar.

Eu peço desculpa!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Está desculpado!

O Orador: Isso não funciona.

O que funciona lá fora é o que funciona quando se observam sistemas políticos que são credíveis, quando têm oposições democráticas, oposições com coragem, com frontalidade de vos colocar perante os problemas que os senhores acabaram de apresentar.

Eu estou muito preocupado, devo dizer-vos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor andou a ler o discurso do Cavaco Silva!

O Orador: Eu fico muito preocupado, Sr. Secretário da Presidência, quando vejo que as Parcerias Público-Privadas representam 1,600 milhões de euros...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não percebe nada disso!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Isso é alguma novidade?!

O Orador: ... quando temos um Orçamento na Região que está dependente em mais de 50% das receitas do exterior.

Como é que vamos pagar isto?

Eu fico muito preocupado, tenho que o dizer.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é nada disso. Nem sequer sabe do que é que está a falar!

O Orador: Oiça! Depois, na página nº 23 do relatório...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Isso já sabíamos! Não precisa o relatório da IGF!

O Orador: Eu sei que os senhores não gostam de ouvir estas coisas.

... fico muito preocupado quando se escreve isto:

"Conforme se observa pelo quadro supra, os três hospitais apresentam uma situação de grave desequilíbrio económico-financeiro...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): O que diz o relatório do Tribunal de Contas?

O Orador: ... com capitais próprios negativos e elevados défices de endividamento."

Quero dizer-vos: eu fico preocupado!

Tenho que dizer-vos. Os senhores não gostam de ouvir, mas fico muito preocupado...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não leu o relatório do Tribunal de Contas?

O Orador: ... com a situação de rotura que os senhores colocaram o setor da saúde.

Quero ler mais um bocadinho...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Leia, leia!

O Orador: ... em relação ao relatório:

"Esta situação indicia insuficiências estruturais no financiamento do Serviço Regional de Saúde, sendo de referir no entanto, pela arquitetura de funcionamento do processo de transferências do Orçamento da Região para os hospitais, os défices e insuficiências estão alocados nestes últimos, não se refletindo diretamente no défice da Região Autónoma ou da SAUDAÇOR enquanto empresa reclassificada.

Contudo, a magnitude acumulada das perdas e o nível crescente de endividamento, quer financeiro, muito dele a curto prazo, quer comercial, envolve elevados riscos orçamentais, deverão ser colmatados a curto prazo sob pena de comprometer [vejam bem!] a sustentabilidade dos hospitais".

Fico preocupado. Fico preocupadíssimo!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Fecha-se os hospitais!

O Orador: Agora o Sr. Deputado Berto Messias diz: não, não! Isso não se pode dizer porque os investidores ficam assustados e saem a correr!

Deputado Berto Messias (*PS*): Eu não disse nada disso!

O Orador: Não! O que temos que demonstrar em democracia é confrontar-vos com as vossas insuficiências e a vossa incompetência nesta matéria.

Deputado Berto Messias (PS): Eu não disse nada disso!

O Orador: Quero dizer-vos mais, nesta intervenção.

Eu fico muito preocupado quando temos 20 mil desempregados na Região Autónoma dos Açores. Isto é extremamente preocupante.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é alguma novidade?

O Orador: Depois dizem: bom, mas isso é a crise internacional e nacional!

Mas temos um desemprego superior à média nacional.

Os senhores não têm culpa no cartório? Não reconhecem isso?

Vejam bem!

Depois, quando temos 20 mil pessoas no Rendimento Social de Inserção, ou seja, 7% da população dos Açores...

Deputado Berto Messias (*PS*): O senhor está a fazer um número em direto para a Antena 1!

O Orador: ... eu fico muito preocupado.

Mais. Um terço da população açoriana vive abaixo do limiar da pobreza. Não vos preocupa? Não acham que é uma situação explosiva do ponto de vista social?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Os corvinos já desligaram o rádio!

O Orador: Ainda por cima, quando os senhores têm a vulnerabilidade orçamental que é aqui apresentada, os senhores têm estes resultados, do ponto de vista social, tremendamente negativos. Como é que os senhores vão enfrentar isso?

Por isso, o que vos quero dizer é que, de facto, a situação financeira é horrível, os dados macroeconómicos são tremendos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Horrível não é um adjetivo político muito comum!

O Orador: Mais do que isso: aqui não passa, pelo menos do que diz respeito ao PPM, essa vossa estratégia de "estamos todos calados para não assustar os investidores".

O que lhe quero dizer é que, da nossa parte, como convém em democracia,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Se fosse na Madeira já tinha sido expulso!

O Orador: Eu peço-vos desculpa! Eu não vos interrompi nas vossas intervenções.

Cada vez que eu falo é um mau estar tremendo.

Eu sei que digo as coisas com a frontalidade que têm que ser ditas, mas os senhores tenham paciência! Eu só preciso de mais um minuto...

Deputado Berto Messias (PS): Tenho muito gosto em ouvi-lo, Sr. Deputado!

O Orador: ... para terminar esta intervenção.

Gostava de vos dizer também que os senhores têm enormes responsabilidades no que diz respeito ao setor agrícola que está em colapso e que está sem futuro, porque os senhores não têm uma estratégia de futuro para a Região.

Os agricultores não sabem o que é vai acontecer depois de 2015.

Temos um setor da saúde absolutamente agarrotado.

Temos um setor de transportes que esmaga qualquer possibilidade de desenvolvimento no turismo.

Temos um setor das pescas completamente rapado.

Pergunto-vos:

Qual é o futuro? Qual é a vossa estratégia?

Os senhores vêm aqui e pedem para ser premiados, depois de apresentar este bonito serviço e estes resultados absolutamente desastrosos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Acho melhor romper o acordo!

O Orador: É isto que vos tenho a dizer.

Finalmente, para terminar esta intervenção, os despedimentos na função pública.

Ontem disse que os senhores tinham assumido, no Memorando que assinaram com o Governo da República, despedimentos na função pública.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade!

O Orador: Agora vêm dizer: "bom, é o número de reformados".

Tendo em conta a idade média da nossa função pública, eu não vejo como é que os senhores resolvem este problema,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já está resolvido!

O Orador: ... a não ser cumprindo aquilo que assinaram, despedindo efetivamente funcionários públicos na Região.

Os senhores não querem reconhecer porque faltam 39 dias para as eleições.

Os senhores sabem perfeitamente aquilo que assinaram. Não há outra forma, não há volta a dar!

Reafirmo aquilo que disse: os senhores vão despedir funcionários públicos na Região Autónoma dos Açores!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É mentira!

Deputado Berto Messias (*PS*): Pede para ser esclarecido mas o senhor não quer ser esclarecido! A questão é essa!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e

Srs. Membros do Governo:

Quero começar esta segunda intervenção por agradecer ao Sr. Vice-Presidente a

resposta que deu a uma das questões que eu coloquei, embora a questão que eu

coloquei ia para lá de 2012.

O Sr. Vice-Presidente tem uma bancada que o suporta. Se V. Exa. não está em

condições de responder, então a bancada que suporta o seu governo terá de o

fazer.

A questão é muito clara:

Há ou não uma intenção do Partido Socialista, se vier a formar governo depois

de 2012, de privatizar a EDA?

O PSD ainda não veio ao debate. Limitou-se à tribuna. Esperemos que venha ao

debate, porque se promoveu o debate certamente estará interessado em debate.

A questão que foi colocada ao Partido Socialista é também colocada ao Partido

Social Democrata.

Agradeço que haja uma resposta sobre esta questão.

Relativamente às questões da situação das finanças públicas regionais, eu julgo

que, com exceção do PSD, que tem vindo sistematicamente a colocar na agenda

política a dívida pública da Região, como se esse fosse o único e exclusivo

problema político da Região Autónoma dos Açores...

(Pausa)

Havia ali uma reunião do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata...

Presidente: Não se preocupe! Faça favor!

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Era a resposta!

O Orador: ... e eu não queria interromper.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): O senhor é o campeão dos apartes!

O Orador: Ainda por cima tem cá uma convidada especial. Eu não queria, de

facto, interromper a reunião do Partido Social Democrata.

Já acabaram a reunião? Posso continuar? Muito obrigado.

43

Como eu estava a dizer, o PSD tem vindo sistematicamente a colocar na agenda política regional a dívida pública da Região, como se esse fosse o único problema que a região tem ou se fosse o maior problema da região.

Coloca em causa o valor da dívida e dramatiza a situação. Aliás, não há nenhuma entidade, a não ser o Deputado Paulo Estêvão e o PPM, que faça coro com o Partido Social Democrata relativamente ao valor da dívida e ao dramatismo que se dá ao valor da mesma.

Mas como estava a dizer, não há nenhuma instituição, não há nenhuma entidade, a não ser o PSD, que vem repetindo pela voz do Deputado António Marinho, a mesma cassete que ouvimos aqui há 4 anos.

Deputado António Marinho (PSD): Eu não sou do PCP!

O Orador: Sr. Deputado, quando o senhor falou daquela tribuna, pareceu-me que o senhor tinha rebobinado uma cassete que eu ouvi aqui há 4 anos, e voltou a reproduzi-la.

A Representação Parlamentar do PCP também tem manifestado ao longo destes 4 anos preocupação sobre alguns aspetos do endividamento.

Uns colocam em causa a questão da saúde, colocam em causa o próprio funcionamento do setor. Aliás, o subfinanciamento deste setor e a situação financeira, quer da SAUDAÇOR, quer dos Hospitais Empresa, levou a que o Governo do Partido Socialista tivesse tomado uma decisão que era uma das suas bandeiras, ou seja, que aqui nunca haveria taxas moderadoras. Mas foram introduzidas as taxas moderadoras.

Foram introduzidas as taxas moderadoras exatamente por causa do problema da dívida da saúde.

Mas o problema da dívida da saúde não se resolve com a introdução das taxas moderadoras, porque a introdução das taxas moderadoras e o encerramento de serviços apenas leva a que se criem barreiras e dificuldades num acesso à saúde por parte dos cidadãos. Foi aquilo que o Governo do Partido Socialista fez numa vã tentativa para minorar o problema do subfinanciamento a que vetou o setor da saúde.

Há uma outra questão que também não é nova. O Relatório da Inspeção-Geral de Finanças, ao contrário do que fez crer ou tentou fazer crer o Deputado Paulo Estêvão, não traz nenhuma novidade a esse respeito.

Basta ler o relatório do Tribunal de Contas do ano anterior. É exatamente o que se diz ali.

De facto, é preocupante. É preocupante porquê? Porque esta forma que se encontrou de financiar a construção das SCUTS ou do hospital de Angra põe em causa aquilo que poderão vir a ser as dificuldades financeiras para os planos de investimento anuais para as próximas legislaturas. Isto é com certeza muito preocupante.

Mas não é isto que mais nos preocupa. O que mais nos preocupa tem a ver com a situação da economia regional, tem a ver com a situação dos cidadãos, tem a ver com este contínuo empobrecimento das famílias.

De facto, isso é que nos preocupa mais do que valor da dívida que, como todos já percebemos, é um valor que não compromete e que está controlado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Precisa, com certeza, de haver outras opções ao nível do financiamento público, precisa de haver reequilíbrios de modo a que as famílias e as empresas possam encarar o presente e o futuro com otimismo. Isso sim!

Agora, dramatizar, como faz o PSD, a questão da dívida pública, na minha

opinião, só pode ser por duas razões. Primeira: o PSD fará isto porquê? Porque não tem um projeto político

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ora, aí está!

alternativo...

O Orador: ... a este projeto político. Esta é uma da razões que eventualmente V. Exas. poderão negar, mas a verdade é que nós, ao longo desta legislatura, por parte do PSD não assistimos a nada que nos desse conta que V. Exas. têm um projeto alternativo.

Aliás, a vossa líder tem é um grande role de promessas. Se elas viessem a ser cumpridas, Sra. Deputada Berta Cabral, isso sim levaria a uma situação de endividamento público enorme. Isso sim!

Deixe-me concluir, Sra. Deputada.

Esta estratégia do PSD (é bom que a(o)s açoriana(o)s tenham disto consciência) só servirá se por um remoto acaso o PSD chegasse ao poder para depois concluir: "afinal de contas o que herdámos dos governos do Partido Socialista não nos permite cumprir aquilo que anunciámos! Antes pelo contrário, teremos de aumentar os impostos, teremos que suspender os apoios sociais, teremos de acabar com as remunerações complementares, compensatórias e outros apoios que entretanto foram dados".

Só se pode concluir, da estratégia do PSD, isto mesmo.

Não tem projeto alternativo a este modelo de desenvolvimento e já estão aqui a preparar uma desculpa para não fazer nada daquilo que estão a prometer em todo o lado, a toda a gente ao longo dos últimos meses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Anuncio-lhe que terminou o seu tempo neste debate.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho neste debate, porque me parece que existem aspetos que necessitam de ser realçados perante esta câmara (aliás, já foram abordados, em parte, pela Sra. Deputada Zuraida Soares) e parece-me muito importante serem salientados quanto ao significado político que têm.

O Relatório da Inspeção-Geral de Finanças, que confirma a ausência de riscos orçamentais quanto às finanças públicas da Região Autónoma dos Açores,...

Deputado Pedro Medina (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... riscos em dimensão que justifiquem apoios significativos do Governo da República, tem também algumas considerações que não podem passar em claro nesta Assembleia.

É uma pena que todo este debate se tenha circunscrito a carregar cada vez mais nas cores negras da situação financeira da nossa Região, numa política de quanto pior melhor.

É importante que este relatório nas considerações que tece, por exemplo, quanto à dívida ou alegada dívida da Região ao Serviço Nacional de Saúde, não passe em claro nesta Assembleia, quando diz que é entendimento da IGF que cabe às Regiões Autónomas, e em particular à Região Autónoma dos Açores, a responsabilidade pelos encargos respeitantes à prestação dos cuidados de saúde assegurados pelo Serviço Nacional de Saúde.

É importante que não passe em claro nesta Assembleia o teor, o sinal de alerta que consta deste Relatório da Inspeção-Geral de Finanças quanto a algumas considerações sobre a forma como se deve exercer a Autonomia na nossa Região.

É essencial que isto seja salientado neste debate. É essencial que esta câmara diga, quer em relação a uma matéria, quer em relação a outra, qual é o seu entendimento sobre ela.

O entendimento que o Partido Socialista tem quanto à questão do Serviço Nacional de Saúde e das alegadas dívidas ao Serviço Nacional de Saúde é claro: Não se pode considerar que isto constitua uma dívida.

Em relação às considerações que tece este Relatório da Inspeção-Geral de Finanças sobre a forma como a nossa autonomia deve ser exercida e sobretudo aquilo que são os desígnios estratégicos nacionais e a forma como o exercício da autonomia se deve compaginar com os desígnios estratégicos nacionais, é preciso ter muito cuidado. Não posso deixar passar neste debate sem, assumindo a minha responsabilidade como deputado, chamar a atenção para estes aspetos.

Mas não é isso que o promotor desta iniciativa quis fazer. O que o promotor desta iniciativa quis fazer foi o de anunciar o caos, anunciar a desgraça, anunciar o quanto pior melhor.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É, aliás, esta a coluna vertebral da estratégia política do Partido Social Democrata.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não interessa que o Relatório da Inspeção-Geral de Finanças diga, "os senhores tenham em atenção alguns aspetos, mas no geral a vossa situação é comportável para que sejam os senhores a gerir a autonomia da região".

Deputado Paulo Estevão (PPM): Eu não disse isso!

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Ele não disse nada disso!

O Orador: Não interessa que o Relatório da Inspeção-Geral de Finanças...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Não diz nada disso!

O Orador: ... diga: "a região não apresenta riscos orçamentais que importem apoios significativos da República". Isto não tem importância.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não é bem assim!

O Orador: Não interessa que a troika diga "nós não necessitamos de reunir com o Governo Regional, dispensamos a reunião com o Governo Regional!" Isto não interessa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado leu o relatório errado!

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Não é bem assim! Já viu quanto custou a *suite* do Sr. Vice-Presidente em Lisboa?

Deputado Berto Messias (PS): Mas que deselegância é essa?

Deputado Francisco César (PS): Queria que ele dormisse no meio da rua?

Deputado Berto Messias (PS): É o desespero total! É lamentável!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado Vasco Cordeiro faça favor de continuar.

O Orador: Aqui, neste debate, o que interessa ao promotor desta iniciativa é dizer que a Região está à beira do precipício.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Está, está!

O Orador: Ora, aí está!

Mas porquê?

Deputado Paulo Estevão (PPM): Está e ficará pior em pouco tempo!

O Orador: Para que surja como salvador!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Exatamente!

Deputada Berta Cabral (PSD): Exatamente! É isso mesmo!

O Orador: Vejo, pelos apartes, que esta minha visão da estratégia do Partido Social Democrata está inteiramente correta.

(Risos da Câmara)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os açorianos já conhecem este filme.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Já, já! Quem é que foi de mão estendida para a República?

O Orador: Os açorianos já viram este filme na República.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Quem é que foi de mão estendida para Lisboa?

O Orador: Os açorianos já viram este filme com Durão Barroso.

O país está de tanga!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Os açorianos já viram este filme com Pedro Passos Coelho!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): São dezasseis anos a ver esse filme! Já chega!

O Orador: Os açorianos sabem onde é que este caminho vai dar.

Os açorianos sabem o que está a acontecer com o Governo da República.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Hoje, neste debate, o que ficou demonstrado é que o PSD-Açores se prepara para fazer na Região aquilo que o Governo da República está a fazer.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Ou alguém acha que em determinada altura deste processo o PSD dirá: "olhe, afinal a situação está melhor do que aquilo que nós pensávamos! Não serão necessárias medidas draconianas! Olha, afinal nós temos mais folga do que pensávamos!"

Não, Sras. e Srs. Deputados!

Não, açorianas e açorianos!

Aquilo que este debate significa é que caiu a máscara ao PSD-Açores.

Afinal, o gato escondido com o rabo de fora está do vosso lado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Mas vamos então a aspetos mais concretos. Vamos a algo de mais concreto.

O que é que o PSD-Açores está a dizer neste debate às famílias açorianas?!

Não é certamente "a situação está em condições de nós podermos manter os impostos baixos".

O que o PSD está a dizer às famílias açorianas é "isto está uma desgraça e vamos ter que aumentar impostos".

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O que é que o PSD-Açores está a dizer aos empresários dos Açores?

Não está a dizer certamente "nós temos folga para continuar a apoiar as empresas, para reforçar as medidas de apoio às empresas açorianas".

O que o PSD-Açores está a dizer é "isto está uma desgraça do ponto de vista de finanças públicas, vamos ter que subir impostos".

O que é que o PSD-Açores está a dizer neste debate aos idosos açorianos?

Não é certamente "bem, afinal temos mais folga do que pensávamos; as prestações sociais, por exemplo, o cheque pequenino, o Complemento Açoriano para o Abono de Família de Crianças e Jovens, pode ser aumentado".

Aquilo que está a ser dito neste debate é "a situação está catastrófica e nós, se porventura fossemos governo, teríamos que alterar os impostos, teríamos que diminuir as prestações sociais, teríamos que aumentar os impostos."

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, os dados estão claros.

Temos relatórios do Tribunal de Contas, temos relatórios da Inspeção-Geral de Finanças.

Ninguém pode dizer "nós não conhecemos"!

A situação financeira da nossa Região está clara.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor não conhece!

O Orador: É conhecida de todos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor não leu o relatório!

O Orador: É com base neste conhecimento que em nome do Partido Socialista eu reafirmo aqui: nós temos condições para manter os impostos mais baixos nos Açores do que no Continente e do que na Madeira.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Nós temos condições para ter prestações sociais, como o Complemento Regional de Pensão, como o Complemento Regional de Abono de Família para Crianças e Jovens como o apoio à aquisição de medicamentos para idosos. Nós temos condições para fazer isso.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Não é traçando um quadro negro das nossas finanças públicas que podemos depois dizer que isso se mantém.

Há uma incongruência cruel nesta estratégia do PSD-Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É que vai chegar a uma altura em que terá que optar: ou tem que optar por dizer que as finanças públicas estão más e teve que sacrificar impostos mais baixos e prestações sociais; ou vai ter que dizer que afinal a situação das finanças públicas não é má e por isso consegue manter impostos baixos e consegue manter prestações sociais.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há uma conclusão que se impõe neste momento, decorrido que já foi este tempo de debate.

O PSD-Açores confessa-se incapaz, confessa-se impotente para manter o nível de apoio fiscal e o nível de apoio social às famílias e às empresas açorianas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista está pronto e decidido a manter a boa gestão das nossas finanças públicas, todas as medidas de apoio social e todas as medidas de apoio fiscal às famílias e às empresas açorianas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado Aníbal Pires, em relação à resposta à sua pergunta:

Neste momento e com os dados que tenho não considero que seja equacionável a privatização do restante capital social da EDA.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de meia hora. Retomamos às 12 horas e 25 minutos. Até já.

Eram 11 horas e 53 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 34 minutos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Prosseguindo o nosso debate, pela respetiva ordem de inscrições, dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou voltar novamente à EDA. É inevitável! Na realidade, os esclarecimentos que o Sr. Vice-Presidente, e mesmo na sua intervenção, o Sr. Deputado Cordeiro, fizeram, não me esclareceram, quando comparo as vossas afirmações com o teor explícito neste diagnóstico. Gostaria de ler para perceberem bem qual é a minha dúvida.

Na página 29 está escrito o seguinte:

"A Região Autónoma dos Açores considera esta participação na EDA, [os 50,1%], como não estratégica, tendo dado em 2011 instruções ao Conselho de Administração da EDA, para iniciar o processo com vista à alienação da maior parte destas participações no grupo.

De acordo com as informações que nos foram transmitidas, encontra-se em fase final o processo de avaliação da participação de 50,1% na EDA.

A eventual alienação daquela participação, em 2012 ou 2013, implicará um encaixe financeiro interessante, permitindo à Região Autónoma dos Açores alguma margem de manobra financeira que poderá direcionar, pelo menos em parte, para recapitalizar algumas empresas do Setor Público".

Nem aquilo que o Sr. Vice-Presidente disse sobre a matéria, nem aquilo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro disse, tem alguma coisa a ver com aquilo que aqui está escrito. É absolutamente contraditório.

A minha questão é: o que está escrito neste Diagnóstico da Inspeção-Geral de Finanças é falso. Já foi verdadeiro, mas no momento atual e atendendo à situação, até económico-financeira, o problema não se coloca.

Foi atirado para um futuro mais ou menos próximo, nomeadamente para uma próxima legislatura e é exatamente por isso que era muito importante ouvir o PSD sobre esta matéria, porque as eleições ainda não estão ganhas para nenhum lado, nem para ninguém. Portanto seria muito bom ouvir o PSD...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eles não respondem!

A Oradora: ... sobre as suas intenções, mas neste caso concreto, importante mesmo é ouvir o Governo Regional, que ainda está em funções até outubro. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Segue-se o Sr. Vice-Presidente do Governo. Tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro, para pedir desculpa ao Sr. Deputado Pedro Medina, porque esquecime, na intervenção anterior, de responder a uma pergunta que me tinha colocado, nomeadamente sobre a situação que foi identificada, e bem, sobre a necessidade de reestruturação, licenciamento a curto prazo, da Portos dos Açores, no sentido de calendarizar a médio e a longo prazo. Aliás, o mesmo aconteceu com a LOTAÇOR.

Essas duas situações já foram devidamente concretizadas, isto é, neste momento já foi estabelecido essa reestruturação.

Essas preocupações que tinham, legitimamente, neste momento já não fazem sentido, porque já foram resolvidas.

Em relação à Sra. Deputada Zuraida Soares reafirmo aquilo que referi.

A avaliação que solicitámos, que fazemos periodicamente às empresas públicas, àquelas de maior dimensão, vai no sentido de avaliar permanentemente e atualizar a avaliação do seu valor contabilístico real.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Olha o nariz a crescer!

O Orador: Como nos comprometemos aqui há dois anos, e reafirmamos agora (acho que ficou inscrito no Orçamento da Região penso até que por proposta do Bloco de Esquerda e que o Partido Socialista votou favoravelmente), não haveria qualquer privatização no âmbito desta legislatura de empresas estratégicas.

Reafirmo que evidentemente para o Governo Regional a EDA é uma empresa e um setor estratégico da Região.

Sobre essa matéria estamos esclarecidos.

Aquilo que fizemos há dois anos, cumprimos. Não haverá privatização da EDA nesta legislatura.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Exatamente! E a Deputada Zuraida Soares vai acreditar!

O Orador: Em relação ao futuro, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro respondeu de forma cabal e precisa sobre essa matéria.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Disse o contrário, mas foi cabal e preciso!

Presidente: Informo a câmara que o Bloco de Esquerda acabou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho** (*PSD*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedir desculpa, relembrando as palavras do Sr. Vice-Presidente do Governo.

Pedir desculpa é um ato de humildade e que fica bem em qualquer lado, mas quando dizemos a verdade não temos que pedir desculpa.

Nós, por muito que não o quiséssemos, preferíamos efetivamente não ter razão...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E não têm!

O Orador: ... mas a verdade está aqui neste dois documentos. Está no Parecer da Conta da Região Autónoma dos Açores de 2010, como uma entidade independente, como um órgão de soberania que é o Tribunal de Contas, e está agora no Relatório da Inspeção-Geral de Finanças do passado mês de junho.

Não viemos aqui anunciar nada, como foi sugerido por alguém. Viemos aqui fazer com que se discutisse a verdade destes documentos no primeiro órgão de Autonomia. Por isso cumprimos a nossa obrigação perante quem nos elegeu.

Por muito que trunquem os documentos, por muito que façam leituras diversas, por muito que adulterem o que nele está escrito, o que nele está escrito é claro.

Vamos lembrar só os números.

Quando dizemos dívida da Região, excluindo a Administração Local, excluindo o Setor Público Empresarial Local, o que nos diz o Relatório do Tribunal de Contas,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já está outra vez no relatório do Tribunal de Consta?

O Orador: ... o relatório da IGF é que são 1,990 milhões de euros.

O que nos diz também o relatório da IGF é que as responsabilidades das Parcerias Público-Privadas são 1,690 milhões de euros.

Deputado Francisco César (PS): Valor nominal, Sr. Deputado!

O Orador: Ou seja, 1990 mais 1,690 milhões de euros são 3,680 milhões de euros de responsabilidades.

Como dizia o Sr. Doutor Guilherme de Oliveira Martins, Presidente do Tribunal de Contas, aquilo que são as responsabilidades das PPP's não é dívida, mas tem que se pagar.

Sobre os futuros orçamentos desta região autónoma vão recair 3,680 milhões de euros, quer os senhores queiram, quer não queiram. Têm que pagar os compromissos que assumiram.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E os vencimentos dos funcionários públicos?

O Orador: Já se deve pedir desculpa quando se tenta enganar as pessoas. Tenta-se enganar os açorianos quando vem o Presidente (está aqui!) dizer: "o valor exato de eventuais responsabilidades futuras é de 1,500 milhões".

O Sr. Vice-Presidente do Governo gosta de reduzir ainda mais e diz que não! Diz que a dívida não ultrapassa os 715 milhões.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E é verdade!

O Orador: Mil e quinhentos/Setecentos e quinze!

Logo a seguir é o próprio Sr. Vice-Presidente que diz que afinal de contas são 1,300 milhões.

Olhe, para além de revelar uma total falta de credibilidade deste governo a este nível, chama-se a isto enganar os açorianos.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Aí, sim, tem que se pedir desculpa aos açorianos pelo facto de se ter enganado, porque é nossa obrigação falar verdade a quem nos elegeu.

Uma nota ao Sr. Vice-Presidente, um elogio, se quiser assim.

É um elogio pelo esforço titânico que o senhor tem feito ao longo das últimas três semanas a correr atrás do prejuízo.

Temos visto, permanentemente:

Sai o Relatório da Inspeção-Geral de Finanças, vem o Sr. Vice-Presidente a correr;

É conhecido o Memorando, lá vem o Sr. Vice-Presidente correr atrás do prejuízo.

O senhor efetivamente tem feito uma perfeita maratona e é ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): De esclarecimento aos açorianos!

O Orador: ... de elogiar e de felicitar a força que tem tido para isso.

Mais. Por manter sempre a mesma cara, mesmo quando diz inverdade, mesmo quando recorre àquilo que não é verdade, mesmo quando faz leituras diversas dos documentos elaborados.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): As suas leituras!

O Orador: Não são minhas!

É a Inspeção-Geral de Finanças ou o Tribunal de Contas que fazem isso e o senhor não muda a cara. Isto revela que o senhor realmente tem capacidade para dizer a inverdade sem mudar a cara e diz tudo sobre a credibilidade deste Governo – o senhor representa este Governo! – e sobre a forma como tem enganado as pessoas.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): O senhor não acerta em nenhuma conta!

O Orador: Há uma última questão. Quando disse aqui (não sei se hoje repetiu) na quinta-feira passada que o PSD não disse absolutamente nada...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Vou mandar-lhe uma fotografia minha!

O Orador: Tanto disse alguma coisa que o senhor correu mais uma parte da maratona a corrigir aquilo que tínhamos dito. Se nada tivéssemos dito, o senhor tinha ficado parado e quieto. Não ficou! É sinal que dissemos alguma coisa!

De alguma maneira eu poderia dar-lhe razão se o senhor tivesse dito assim.

O PSD veio, mas não disse absolutamente nada de novo. O senhor tinha toda a razão. Sabe porquê?

Deputado Francisco César (PS): O senhor não acerta em nenhuma conta!

O Orador: É porque aquilo que veio agora comprovado pela Inspeção-Geral de Finanças, que há um anos tivemos pelo Tribunal de Contas, é aquilo que o PSD sempre tem dito.

Infelizmente é aquilo que o PSD sempre tem dito. Por isso não dissemos nada de novo.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mais uma questão relevadora também dessa falta de credibilidade.

Dizia o Sr. Vice-Presidente, a propósito do Memorando (as palavras que utilizou na altura), quando foi ouvido na Comissão de Economia, relativamente a todas as questões: era inócuo, redundante, não tinha conteúdo...

Deputado Francisco César (PS): Não era assim, Sr. Deputado!

O Orador: ... não tinha novidades, estar aqui ou não estar era a mesma coisa.

Então para que é o Memorando?

Foi a pergunta que lhe fiz?

É exatamente a mesma coisa que agora se pode dizer. Se a Região está em completa saúde financeira, como o senhor diz que está, se está na maior das maravilhas do mundo, então para que é que foram pedir ajuda à República?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso é óbvio!

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, o senhor não quer é saber!

O Orador: Falta aqui mais uma pérola. Ainda hoje soubemos, por exemplo e dá nota da conduta deste Governo Regional, que a fatura do porto da Horta, cujas obras iriam custar 35 milhões, já vão nos 47 milhões e anuncia-se mais 3 milhões e meio para a dragagem.

É esta a conduta financeira deste Governo Regional.

Finalizando, e muito rapidamente.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, nós só tínhamos feito a declaração inicial. Por isso o senhor adiantou-se nas suas declarações. Adiantou-se, eventualmente, por motivos mediáticos.

Seguramente não se adiantou para esclarecer os açorianos!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito rápido.

Evidentemente que não vou responder e mais uma vez desculpo os excessos de linguagem que caracterizam o Sr. Deputado António Marinho.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado António Marinho (*PSD*): Basta dizer a verdade para esclarecer os açorianos!

O Orador: O Sr. Deputado António Marinho está aqui perante um grande dilema e todos já percebemos qual é.

Basta, aliás, olhar para as expressões da primeira fila da vossa bancada para perceber a vossa preocupação.

Deputado João Costa (*PSD*): Olhe para as expressões da primeira fila da sua bancada!

O Orador: Quero dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado António Marinho.

O senhor disse que o Relatório da Inspeção-Geral de Finanças diz que a dívida pública da Região era, excluindo as autarquias, 1,990 milhões de euros.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Não sabe ler nem números nem cartas!

O Orador: Disse, não disse?

Só que o Sr. Deputado António Marinho esqueceu-se de ler aquilo que é a referência que sobre esta matéria também faz a Inspeção-Geral de Finanças. Passo a citar:

"Deste montante inclui cerca de 212 milhões de euros de dívida do Sector Público Empresarial que numa lógica de proporcionalidade não será da responsabilidade da Região Autónoma dos Açores em virtude do capital de algumas empresas não ser detido a 100% pelo Governo Regional.

Esta situação resulta, em grande parte, da participação do grupo EDA." Já está aqui o Sr. Deputado a omitir e a somar 211.

Mas o mais importante é que este dia é também um dia de referência.

O Sr. Deputado acabou, na sua atabalhoação, atrapalhação e nervosismo,...

Deputado José San-Bento (PS): É típico das intervenções do PSD!

O Orador: ... por, ao contrário do que sempre disse, reconhecer que rendas futuras não são dívidas.

O Sr. Deputado António Marinho acabou de desmentir os montantes que sempre apresentou. Estamos falados sobre isso.

Deputado António Marinho (*PSD*): Para não lhe chamar um nome feio, só lhe digo que o senhor falta novamente à verdade! Está no sangue! Está permanentemente a faltar à verdade!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Diga o nome!

O Orado: Sr. Deputado, eu ouvi-o com toda a serenidade, com toda a calma.

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Vice-Presidente. Tem esse direito.

O Orador: O Sr. Deputado António Marinho faça o favor de também me ouvir com o mesmo respeito que eu o ouvi.

Sobre esta matéria todos já percebemos o que está aqui em causa.

Primeira questão: como referiu, citou e bem, só há um conceito e uma forma de calcular a dívida pública da Região Autónoma dos Açores. É aquela que é

definida pelo Sistema Contabilístico Europeu (SEC 95). É aquela que mede a dívida pública do país, de todos os países e o critério único de cálculo da dívida pública, que inclui a dívida da responsabilidade da Administração Regional, mais a dívida das empresas que estão dentro do perímetro da Administração Pública dos Açores. Isto é que é dívida pública.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Menos para o PSD-Açores!

O Orador: É isto que o PSD no Continente fala que é dívida pública; é isto que o PP, no Continente e na Região, falam que é dívida pública; é isto que o Bloco de Esquerda, no Continente e na Região, falam de dívida pública; é isto que PCP, no Continente e na Região, falam de dívida pública.

A única divergência que há aqui sobre este critério é o PSD-Açores, e apenas nos Açores!

Deputado António Marinho (PSD): E a IGF e o Tribunal de Contas!

O Orador: Reafirmo aquilo que me citou: a dívida pública regional é, de acordo com o critério do Sistema Contabilístico Europeu, 690 milhões de euros, certificado por todas as entidades internacionais (troika, INE, Banco de Portugal, EUROSTAT, Governo da República, todas as entidades). Sobre isto não há qualquer dúvida.

Sobre esta matéria está a resposta efetivamente dada.

O resto são trocas e baldrocas que o Sr. Deputado António Marinho tenta desesperadamente fazer.

Deputado António Marinho (PSD): Está aqui!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Com esta calaram-se!

Deputado João Costa (PSD): Falou o homem do superavit!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina** (*CDS-PP*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida, em fase também dos esclarecimentos do Sr. Vice-Presidente, especificamente em relação à questão da Portos dos Açores. Não tem a ver só com a Portos dos Açores, com certeza. Tem a ver com a LOTAÇOR e com outras empresas.

A questão que eu deixava é que ao fazer-se esta reestruturação de dívida dessas empresas, pode também estar-se a provocar uma injustiça geracional, porque se o benefício é para as gerações presentes, o sacrifício será depois para as gerações futuras.

Desse ponto de vista, aquilo que estamos a alertar também em relação às recomendações...

Deputado Francisco César (PSD): Só vai haver cortes daqui a 10 anos!

O Orador: ... que vêm da Inspeção-Geral de Finanças, preocupa-nos não só o presente, mas essencialmente o futuro e o futuro desta Região.

Dizer também ao Sr. Vice-Presidente que tem razão numa matéria. Em relação à dívida das entidades regionais, tem razão. Aliás, foi o valor que também apurámos...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Exatamente! Então corrija o Sr. Deputado António Marinho!

O Orador: ... com base no diagnóstico da IGF.

De facto, à dívida das autarquias temos que tirar 212 milhões que têm a ver com dívida, que não é responsabilidade direta da Região uma vez que tem a ver com as participações sociais nas empresas. É referido pela própria Inspeção-Geral de Finanças.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ouça, Sr. Deputado António Marinho!

O Orador: O valor que apurámos é cerca de 1 milhão, 769 milhões de euros.

Portanto, temos que ser rigorosos nessa matéria.

Aqui, mais uma vez reafirmo que quem quer ter responsabilidades e quem está a apelar para uma maioria ou uma nova maioria absoluta na Região Autónoma dos Açores tem que começar por ter rigor na apresentação das contas, rigor e transparência na apresentação das análises que faz sobre este mesmo processo.

Em relação a essa matéria o CDS está descansado.

Em relação a essa matéria o CDS tem procurado fazer a sua atuação no sentido de não só esclarecer as pessoas, mas também esclarecer os açorianos e, de certa forma, quando provoca o debate é sempre no sentido de ser a voz de quem não está aqui representado, que é o povo açoriano.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Nessa matéria a questão da fiscalização ao Governo Regional é feita por qualquer um dos deputados nesta casa e é neste sentido, é nesta linha de orientação que fazemos.

Para já é tudo, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Não tenho mais inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Secretário Regional...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Uma interpelação à Mesa.

Para informar os tempos sobrantes, se faz favor.

Presidente: Com certeza. O Sr. Secretário vai anunciar os tempos sobrantes.

Secretário: O PSD tem 7 minutos; o Governo tem 9 minutos; o PCP terminou o seu tempo; o Bloco de Esquerda também terminou o seu tempo; o PS tem 5 minutos e 2 segundos; o CDS-PP tem 5 minutos e 3 segundos e o PPM tem 2 minutos e 2 segundos.

Presidente: Passamos à fase de encerramento do debate.

Tem a palavra, querendo, o Governo Regional. Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Relatório da Inspeção-Geral de Finanças que hoje foi aqui analisado confirma na íntegra os valores apresentados pela Região sem qualquer desvio ou derrapagem nas suas contas públicas.

Concluiu que a situação financeira e orçamental da Região não comporta riscos que impliquem apoios significativos da República.

Concluiu que a Região tem capacidade para cumprir/liquidar os seus compromissos.

O Relatório da Inspeção-Geral de Finanças concluiu pela sustentabilidade e pelo equilíbrio das finanças públicas regionais.

Perante esta realidade só tinha, o PSD, uma alternativa: pedir desculpas aos açorianos...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... por ter levantado falsas e infundadas suspeitas;

Por ter-se enganado profundamente, como foi amplamente demonstrado por todos os partidos presentes nesta casa, nas suas contas;

Mas mais importante:

Por, nesta ânsia de criticar e de atacar o Governo, tentar denegrir os Açores e tentar prejudicar os açorianos, no fundo, para afetar a vida de todos nós.

O Relatório da Inspeção-Geral de Finanças confirma, e hoje foi aqui reconfirmado neste debate de forma inequívoca, o valor da dívida pública regional e o valor da dívida de todos os subsectores da Administração Regional. Mesmo, e como foi reafirmado, contabilizando a participação da Região em todas as empresas, o valor apurado por todas as entidades é metade do que foi apresentado pelo PSD.

Mas hoje também, ao debatermos o Relatório da Inspeção-Geral de Finanças, que analisou a globalidade de todo o setor da Administração Pública, da Administração Regional, incluindo as autarquias, importa também lançar uma palavra sobre as contas das autarquias que estão refletidas neste relatório.

Se repararmos, de acordo com esse relatório, a câmara dos Açores com maior nível de endividamento é a Câmara de Ponta Delgada.

Deputada Berta Cabral (PSD): Também é a maior!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Das três empresas municipais com maior nível de endividamento, duas são de Ponta Delgada.

Então vejamos os dados:

No final de 2001, ou seja, no momento em que atual líder do PSD assumiu a responsabilidade da Câmara de Ponta Delgada, a dívida era de 6 milhões, 970 mil.

No final de 2011, de acordo com os critérios definidos pelo próprio PSD, a Câmara de Ponta Delgada, incluindo a dívida da Câmara de Ponta Delgada, incluindo as empresas municipais...

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Assembleia Municipal, Governo Regional da Madeira, Governo da República! Sempre a fugir!

O Orador: ... é de 65 milhões, 199 mil. Ou seja, em 10 anos, Ponta Delgada aumentou 10 vezes a sua dívida. É esta a realidade do orçamento do município de Ponta Delgada, incluída neste Relatório da Inspeção-Geral de Finanças.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Ai que medo! Fogem, fogem! Quem tem medo é que foge!

O Orador: Por isso, o relatório da Inspeção-Geral de Finanças, reconhecendo esta realidade, desmente de forma inequívoca e categórica aquilo que o PSD tentou apresentar.

Já não falo da realidade da evolução das contas de Ponta Delgada, nos últimos 10 anos. Isto está demonstrado. Mas particularmente um partido que pretende ser alternativa não se pode enganar em 1,600 milhões de euros.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é ridículo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nem pode apresentar como candidata a Presidente do Governo quem em 10 anos aumentou 10 vezes a dívida da entidade que estava a gerir.

Mas muito mais importante do que se enganar desta forma como o PSD se enganou...

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Isso é que é guerrilha! Isto é Assembleia Regional dos Açores!

O Orador: ... esta fixação de encontrar valores que não correspondem à realidade para atacar o Governo dos Açores, apenas teve como consequência tentar prejudicar os Açores e os açorianos.

Mas felizmente a credibilidade das contas públicas dos Açores vieram ao de cima. Foram reconhecidas por todas as entidades nacionais e internacionais, como ainda hoje tivemos notícia, em relação à posição da troika relativamente à nossa Região.

A conclusão que podemos tirar claramente deste debate confirmado por todas as entidades nacionais e internacionais é que o que o PSD tentou fazer com este debate foi um "tiro que lhe saiu pela culatra".

Posso dizer que o PSD "veio para tosquiar mas saiu claramente tosquiado".

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para encerrar o debate tem a palavra o proponente. Sra. Deputada Berta Cabral faça favor.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Gosto de pensar que na política é tão importante ouvir como falar.

E ouvi. Ouvi ontem o Partido Socialista perder mais tempo a dizer o que o Memorando de Entendimento "não tem" do que a explicar aos açorianos o que o Memorando realmente tem e a forma como ofende a nossa Autonomia.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A senhora nem sequer falou!

A Oradora: E ouvi hoje o Partido Socialista repetir que os Açores estão bem!

Mesmo depois do Tribunal de Contas,

Mesmo depois da Inspeção-Geral de Finanças,

Mesmo depois do Memorando de Entendimento,

Está tudo bem.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E não a ouvimos!

A Oradora: E ironicamente acabámos a pedir ajuda a quem o PS diz estar pior do que nós.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

A Oradora: Nestes dois últimos anos o Partido Socialista continua a repetir as mesmas frases, as mesmas imagens os mesmos eufemismos em relação à situação da região.

Mesmo hoje.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Isto é que é uma intervenção com conteúdo!

A Oradora: Quando tudo é tão evidente, continuam no registo do *superavit*! Não sofremos de dogmatismo partidário.

Sabemos bem que muitas obras foram realizadas durante este ciclo de governação. Sabemos reconhecer as coisas boas que foram feitas da mesma forma que reconhecemos o que está mal.

Deputados Duarte Freitas e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Hoje temos:

O mais elevado número de desempregados de sempre,

A mais elevada taxa de desemprego jovem de sempre,

Deputados Cláudio Almeida e João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A maior taxa de beneficiários de Rendimento Social de Inserção do país (e também de sempre).

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Muito bem!

Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade Social (Ana Paula

Marques): Isso é mentira!

A Oradora: O turismo em queda...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é mentira!

A Oradora: ... ao contrário do que acontece no resto do país,

Hotéis fechados. E outros que nunca chegaram a abrir.

O sistema de saúde está em pré-falência.

E um governo sem dinheiro e sem crédito para pagar os seus compromissos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

A Oradora: Este é o ciclo de governação que agora termina e que infelizmente merecia um final melhor.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados:

Dentro de cinco semanas entramos num novo ciclo de governação. Num terceiro ciclo da autonomia. Os desafios que se colocam são enormes. Mas sabemos as respostas que temos de dar. Sabemos o que temos de fazer.

O tempo das grandes obras passou, o tempo dos grandes investimentos não é este tempo.

O tempo agora é de investir nas pessoas. De governar para as pessoas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então! E as promessas!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

A Oradora: Governar para as pessoas é salvar o nosso sistema de saúde.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Aumentando as taxas moderadoras!

A Oradora: É preciso garantir que todos os açorianos têm e podem continuar a ter cuidados de saúde. Iguais ou melhores que qualquer outro cidadão europeu.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Gratuitamente para todos!

A Oradora: Governar para as pessoas é garantir os apoios regionais na terceira idade. Não podemos repetir que "está tudo bem" quando há idosos que vivem com dificuldades e não têm dinheiro para os medicamentos que precisam.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

A Oradora: Governar para as pessoas é investir no nosso sistema educativo.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E é retirar mais um vencimento aos pensionistas!

A Oradora: Garantir que todos os açorianos, vivam onde viverem, nasçam onde nascerem, tenham as mesmas oportunidades que qualquer outro cidadão europeu.

Governar para as pessoas é dar esperança aos nossos jovens.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Ensino gratuito! Escolaridade obrigatória!

A Oradora: É agir, é ter medidas concretas para a nossa juventude. Não podemos repetir que "está tudo bem" quando quatro em cada dez jovens não têm emprego.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mais entusiasmo! Mais entusiasmo!

A Oradora: Governar para as pessoas é assegurar estabilidade à administração pública.

Deputada Isabel Rodrigues (*PS*): E o memorando?

A Oradora: Temos uma das melhores administrações públicas. Temos dos melhores funcionários públicos do país.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Os tais funcionários públicos não mereciam a remuneração compensatória!

A Oradora: Não podemos sacrificá-los nem admitir que os sacrifiquem em nome dos erros financeiros de quem nos governa.

Deputada Isabel Rodrigues (*PS*): Ah sim! A senhora disse isso ao Dr. Passos Coelho!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

A Oradora: Governar para as pessoas é resolver a dramática situação do desemprego.

Sabemos que os postos de trabalho não se criam por decreto. Resolver a situação do desemprego é revitalizar as nossas empresas. Apoiar os nossos agricultores, valorizar os nossos pescadores. É promover o turismo é pôr em prática um novo modelo de transportes que promova os produtos regionais e o consumo de produtos regionais em todas as ilhas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Como?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

A Oradora: Governar para as pessoas é construir uma região económica que garanta o progresso e o desenvolvimento sustentado dos Açores.

Só assim, Srs. Deputados, se criam novos postos de trabalho.

Só assim, Sras. e Srs. Deputados, se defende a nossa autonomia.

Governar para as pessoas é criar oportunidades para todas as ilhas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Todas as ilhas menos o Corvo!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É vezes 8, não é vezes 9!

A Oradora: Mais do que nunca os açorianos precisam de nós. Precisam de mais atenção e menos betão. Precisam de mais segurança e menos retórica.

Precisam, em suma, de mais governo e menos política.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados:

Nós somos açorianos. Eu acredito nos Açorianos!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Nunca nos resignámos às dificuldades,

A resposta para a situação financeira dos Açores não está na austeridade.

Está na forma como governamos.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é preciso!

A Oradora: Está na racionalidade com que investimos os recursos que temos.

Está na parcimónia com que utilizamos os dinheiros públicos.

Está na defesa da nossa Autonomia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Olhe Ponta Delgada!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A senhora aumentou

10 vezes mais a dívida da câmara!

A Oradora: Não precisamos de austeridade.

Precisamos é de um governo melhor.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Houve quem não aplaudisse!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está encerrado este debate.

Vamos fazer o nosso intervalo regimental.

Regressamos às 15 horas com a continuação da Agenda.

Bom almoço e até logo.

Eram 13 horas e 10 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito boa tarde. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Vamos prosseguir com a nossa Agenda.

Temos de seguida o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 14/2012** – adapta à Região Autónoma dos Açores o Código do Trabalho e respetiva regulamentação", apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Regerá a grelha de tempos que costumamos usar nos Projetos de Resolução e nos Projetos de Decreto Legislativo Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para apresentar o diploma.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (BE): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz a esta câmara um Projeto de Decreto Legislativo Regional que visa adaptar à Região Autónoma dos Açores o Código de Trabalho e a respetiva regulamentação.

Nos seus traços gerais este mesmo projeto já foi apresentado a esta Assembleia, da tribuna, usando a figura regimental que o permite.

Acerca do mesmo podemos ainda tecer outro tipo de considerações e aprofundar de alguma maneira as razões da sua apresentação e o seu próprio conteúdo.

Antes de mais, eu gostaria de trazer a esta câmara diversas afirmações de um célebre e respeitado constitucionalista, o Prof. Bacelar Gouveia, de cujas inclinações político-partidárias são absolutamente insuspeitas e conhecidas. De diversas maneiras, em diversas ocasiões e através mesmo de estudos publicados sobre esta matéria tem dito o seguinte:

"Há ainda muito a fazer no edifício legislativo autonómico para operacionalizar todas as potencialidades do nosso novo Estatuto Político-Administrativo." Isto, diz o Prof. Bacelar Gouveia.

O Bloco de Esquerda-Açores diz o seguinte:

"A melhor maneira de defender a Autonomia é exercê-la até ao limite do seu âmbito".

É exatamente este exercício da Autonomia, no sentido de a concretizar e defender, que nós consubstanciamos naquilo a que já chamámos, e continuamos a chamar, um humilde contributo, que é a adaptação deste Código de Trabalho. Importa recordar também, a este propósito, que nós passámos nesta câmara a manhã de ontem e a manhã de hoje, direta e indiretamente, a falar de Autonomia, a falar das prorrogativas da Autonomia, da forma de as exercer e, sobretudo da forma de as defender contra todos os ataques perpetrados do exterior, quando não mesmo do interior da nossa Região.

"Palavras leva-as o vento", como o povo costuma dizer.

Portanto, será importante passarmos das palavras à prática.

Sras. e Srs. Deputados, temos aqui uma boa oportunidade.

Esta alteração e adaptação ao Código do Trabalho pode ser explicada, em resumo, da seguinte maneira, sobretudo para os Srs. Deputados e para as Sras. Deputadas que não tenham tido oportunidade de ler o volumoso diploma entregue pelo Bloco de Esquerda:

Aos 64 artigos alterados pela Lei nº 23/2012, de 25 de junho, o presente Projeto de Decreto Legislativo Regional confere uma nova redação, bem como rebusca matéria do Decreto Legislativo Regional de 2006, que adaptou o Código de Trabalho e institui uma cláusula e salvaguarda de não aplicação relativamente aos artigos aditados em 2012.

Posso referi-los. São eles:

O afastamento do banco de horas individual e grupal até 50 horas semanais e 150 horas anais, por vontade da entidade patronal;

O afastamento das novas regras em detrimento da compensação devida ao trabalhador em caso de cessação do contrato de trabalho que passa de 30 dias por cada ano para 20 dias e,

O afastamento do esvaziamento legal das convenções coletivas de trabalho.

Referir também que algumas das alterações o são relativamente à terminologia e ao ajustamento do articulado, relativamente à alteração efetuada pela 3ª Revisão do Código do Trabalho.

As principais alterações prendem-se, por um lado, com o princípio do tratamento mais favorável aos trabalhadores e, por outro, nos termos estatutários, na promoção dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Poderia ainda acrescentar, bem a propósito, que também se baseiam no conceito do Direito de Trabalho como direito de compensação e de proteção.

Vamos então ver, entre outras alterações, algumas daquelas que nos parecem importantes ressaltar.

A concessão do Estatuto de Trabalhador Estudante, nomeadamente trabalhador estudante que preste trabalho suplementar, terá direito a descanso compensatório de igual número de horas do prestado, ao invés de duração de metade do número de horas;

Fixação do regime do direito de retribuição até 10 faltas por ano, para prestação de provas, e não a três dias, conforme está agora estipulado;

Obrigatoriedade de envio do Regulamento Interno da Empresa, ao serviço regional com competência inspetiva;

Diminuição dos prazos para contrato sem forma escrita nos casos especiais de contrato de muita curta duração, como é o caso do trabalho sazonal, agrícola ou turístico;

Reposição do limite de 5 horas para intervalo para descanso;

Trabalho suplementar, reposição do descanso compensatório ou remuneração não inferior a 100%;

Reposição da remuneração do trabalho suplementar em 50% na primeira hora, e não 25% como agora acontece, e 75% nas seguintes, e não 37% como agora acontece;

Reposição do pagamento de prestação de trabalho em dia feriado em 100%, ou descanso compensatório;

Reposição da duração e aumento do período de férias, e acumulação do gozo de férias, no caso de férias para o continente, estrangeiro ou Madeira conforme constava do Decreto Legislativo Regional nº 19/2006, de 2 de junho, que nós revogámos;

Reposição das condições e regras a cumprir na situação de redução ou suspensão em situação de crise empresarial, nomeadamente as relativas à informação, duração, compensação retributiva e negociação com a estrutura representativa dos trabalhadores,

Reposição dos valores da compensação por despedimento coletivo em 30 dias e não em 20 dias, por cada ano completo de antiguidade;

Reposição dos requisitos do despedimento por inadaptação e condições admissíveis nos termos constitucionais.

Estão aqui alguns exemplos da nossa tentativa de evitar que nos Açores se perpetre a destruição da vida e dos direitos do(a)s trabalhadore(a)s e que esta destruição fique à porta das nossas prorrogativas autonómicas.

Importa explicar ao(a)s açoriano(a)s, de uma maneira geral, quais são as medidas e as alterações (algumas) do novo Código de Trabalho de junho deste ano que o Bloco de Esquerda considera particularmente gravosas.

- Imposição de horários de trabalho que tornam ainda mais difícil a conciliação da vida profissional com a vida social e familiar.

Estando a falar para homens e mulheres, não posso deixar, daqui, deste lugar, falar em especial para as mulheres trabalhadoras açorianas que se veem absolutamente esmifradas...

Deputado José San-Bento (PS): Estão a trabalhar, neste momento!

A Oradora: Eu estou a fazer a mesma coisa e o Sr. Deputado também.

... entre os horários arbitrários impostos pelos patrões e, por exemplo, a obrigação de comparecer na escola do seu filho ou da sua filha quando a tal é chamada, ou os horários das creches, dos ATL's e das escolas para ir buscar os seus filhos, ou o direito até de dar aos seus filho(a)s a possibilidade de terem outro tipo de atividades (ir buscar as crianças, levar as crianças, como à natação, qualquer iniciativa ou atividade artística, etc.).

Tudo isso está posto de lado com a imposição destes horários de trabalho.

- Diminuição do valor das compensações por despedimento tornando-os mais fáceis e mais baratos.

Atrevo-me a dizer que numa região com a precaridade galopante e escandalosa que graça no nosso tecido social e económico e com os salários que temos na nossa Região, em média, significativamente mais baixos do que no todo nacional, e com os níveis de desemprego que a todos assusta e preocupa, seja ao Governo Regional, seja aos partidos aqui representados, seja sobretudo aos desempregados desta Região, será bom e de uma grande vantagem facilitar os despedimentos.

- Alterações dos mecanismos para despedir no que diz respeito à extinção do posto de trabalho, deixando os patrões de mãos livres para definir quem querem despedir.

Mais uma vez arbitrariedade.

- Alteração do conceito jurídico da inadaptação, subvertendo os requisitos objetivos da justa causa de despedimento em claro contraciclo com a Constituição da República.

E deixando mais uma vez total arbitrariedade e discricionariedade, por parte dos patrões, na rotura dos contratos de trabalho.

A este propósito também podemos pegar num exemplo simples do que é este conceito de inadaptação.

Se, por exemplo, a um vendedor de livros a entidade patronal lhe impuser um objetivo de vender 500 livros e ele não o conseguir fazer, isso é causa para invocar o conceito de inadaptação.

Era bom que nós, cidadãos e cidadãs, independentemente da atividade que exercemos, termos consciência de que este mesmo conceito de inadaptação, por incumprimento dos objetivos, poderia e deveria ser aplicado a alguns Ministros, por exemplo, da República que ainda não acertaram na previsão, nem no défice, nem da dívida pública (refiro-me ao Ministro Vitor Gaspar, ou então, ao Ministro que previu o fim da crise para meados do ano passado). INADAPTAÇÃO, diz o Bloco de Esquerda! Portanto, deveriam ser despedidos.

- O embaratecimento do valor do trabalho através da diminuição do valor do trabalho extraordinário.
- O corte nos dias de férias e a diminuição dos feriados, mantendo o mesmo salário, ou seja, trabalhar mais, ganhando menos.
- Anular ou suspender uma significativa parte das convenções coletivas de trabalho para, em sua substituição, impor a lei do mais forte.
- Garantir a precaridade absoluta para jovens e para menos jovens que ou aceitam esta circunstância de não terem presente nem futuro e estarem absolutamente proibidos de planear a sua vida, ou então têm sempre a possibilidade de emigrar.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pergunta do Bloco de Esquerda é esta:

Proteger os trabalhadores com estas medidas, como é invocado no novo Código do Trabalho?

Criar emprego com estas propostas?

Diminuir o número de desempregados?

Dignificar o trabalho?

É mais do que claro que o que se pretende é tornar a vida das pessoas num inferno, porque não sabem quando podem acompanhar o(a)s seus filho(a)s e a sua família.

Vale a pena recordar que com o banco de horas agora imposto, um simples e inocente churrasco de fim-de-semana está absolutamente proibido, porque depois da carne estar comprada o patrão pode dizer "hoje trabalha", seja feriado, seja sábado ou esteja fora do seu horário de trabalho.

O Bloco de Esquerda-Açores reafirma a sua recusa em aceitar que, em nome do combate à crise da dívida e de um suposto aumento de competitividade, que assenta na lógica, sempre assentou e continua a assentar, dos salários baixos, que tem condenado a nossa economia, se agrave a situação preocupante em que se encontram muitas famílias açorianas com o desemprego de vários dos seus membros e outros perto disso.

A legislação do trabalho não pode conduzir a um agravamento do contexto, profundamente negativo que já vivemos.

A crise social que nos submerge a todo(a)s não permite a indiferença dos poderes públicos.

Poderia ainda acrescentar a esta breve exposição, aliás relembrar, que em maio deste ano este assunto foi aqui debatido e discutido. Nessa ocasião, quer o Governo Regional, quer o Partido Socialista, mas no caso do Governo Regional (refiro-me a declarações feitas, publicadas e que constam do Diário das Sessões desta Assembleia pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional) pediu, ou ia pedir, ou tinha sido pedido, vários pareceres jurídicos sobre a possibilidade de adaptarmos ou não à nossa Região o Código de Trabalho.

O Bloco de Esquerda não tem notícia de que o Governo Regional tenha recebido esses pareceres, nem sequer sabe se os pediu em tempo útil, mas uma coisa neste momento sabe, é que de acordo com o relatório da comissão de análise a este nosso Projeto de Decreto Legislativo Regional, o Partido Socialista votou contra.

É inevitável perguntar, onde é que estão esses pareceres jurídicos, qual foi o conteúdo desses pareceres jurídicos, para todos podermos compreender as razões desta reprovação.

Mas importa também recordar a este propósito que o Partido Socialista dos Açores, também em sede de Comissão e dando parecer a este no Código de Trabalho, de junho deste ano, emanado do Governo da República, deu parecer negativo. Foi, enfim, saudado em plena comissão pelo Bloco de Esquerda e, lembro-me bem, pelo Partido Comunista quando votou contra, deu parecer negativo.

Mas agora, a uma adaptação deste código à nossa realidade, tentando menorizar nos Açores a desgraça devida para o(a)s nosso(a)s trabalhadore(a)s, o Partido Socialista, o mesmo Partido Socialista, vota contra esta alteração.

Também era inevitável concluir que, aparentemente, o Partido Socialista quer o melhor para o(a)s trabalhadore(a)s do continente, mas não se importa que o "inferno" bata à porta do(a)s trabalhadore(a)s açoriano(a)s.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: A este propósito também gostaria de retomar as palavras que subscrevemos do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ontem, ditas daquela tribuna, onde afirmou, e bem, que a Autonomia não é uma coisa abstrata, etérea, estratosférica, que é um termo que as Sras. e os Srs. Deputados conhecem bem.

Dizia o Sr. Deputado que Autonomia é a autonomia das pessoas. A Autonomia tem que ter a ver com a vida concreta e diária das pessoas e tem que servir exatamente para que essa vida seja menos amarga e menos difícil.

Sábias palavras, as do Sr. Deputado Vasco Cordeiro!

"Não bate a bota com a perdigota", quando a possibilidade de melhorar essa vida é chumbada pelo Partido Socialista.

Para finalizar, Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda não tem ilusões e compreende bem que a um mês das eleições nenhum partido nesta Região quer assumir que vai dar cabo da vida de quem trabalha, deixando passar este Código do Trabalho tal como foi apresentado pelo Governo do PSD-CDS da República e votado pela maioria que suporta este Governo na Assembleia da República.

Por via disso, cada um com pretextos e razões diferentes, uns refugiam-se em processos legais, jurídicos e constitucionais.

Tudo serve para não contrariar a troika, a troika que o PS, o PSD e o CDS subscreveram, aceitam e pretendem levar até ao fim as suas medidas com o mesmo tipo de furor e, atrevia-me a dizer, prazer com que o faz o Primeiro-Ministro.

Estes pretextos que as Sras. e os Srs. Deputados, legitimamente, poderão invocar (já o fizeram e voltarão a fazê-lo), podem ter cabimento numa discussão

teórico-jurídico constitucional, mas posso garantir-vos, Sras. e Srs. Deputados, que não têm cabimento nenhum na vida de qualquer trabalhador ou trabalhadora desta Região.

Eu não disse que tinha. Disse que tinham legitimidade de invocar, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É da Constituição!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não jurámos sobre a Constituição e o Estatuto?

A Oradora: Eu deixo dois reptos em nome do Bloco de Esquerda, aos Srs. e às Sras. Deputadas e também ao Governo Regional:

O primeiro repto é este:

Se têm dúvidas jurídico-constitucionais....

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Muitas!

A Oradora: ... deixem o Tribunal Constitucional decidir.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Essa é que é a verdadeira maneira de exercer a Autonomia. É não ficar à portinha do que se pode fazer com medo do Tribunal Constitucional, mas é desafiar o Tribunal Constitucional a dizer: "Não senhor, isto não passa, mas nós aqui fizemos o que tínhamos que fazer. Exercemos a Autonomia até ao limite daquilo que é possível".

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Depende!

A Oradora: Isso é a sua opinião, mas o senhor não é constitucionalista. Que eu saiba é médico dentista, certo, Sr. Deputado?

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): E a senhora filósofa!

A Oradora: Eu, que não sou constitucionalista nem jurista, sempre ouvi dizer que na dúvida presume-se a inocência do réu. É uma coisa comum, até vemos nos filmes da televisão.

Façamos a mesma coisa com a nossa Autonomia. Na dúvida, deixemos o Tribunal Constitucional decidir e fique ele com o ónus de deixar a Autonomia ir até onde pode ir.

Segundo repto, Sras. e Srs. Deputados:

Peço-vos que expliquem aos trabalhadores e às trabalhadoras açorianas por que é que ainda não tiveram tempo, e aqui dirijo-me diretamente ao Partido Socialista e ao Governo Regional, para pedir, receber e analisar os pedidos de parecer jurídico que os senhores assumiram nesta casa o compromisso de fazer? Para já ficava por aqui.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições, após a apresentação do diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP não tem grandes dúvidas sobre a competência que este órgão tem para legislar sobre esta matéria.

Não posso deixar de estar de acordo com a Deputada Zuraida Soares quando diz que se houver dúvidas, então o Tribunal Constitucional que responda a essas dúvidas. Isso, sem dúvida.

Mas relativamente ao Decreto Legislativo Regional que o Bloco de Esquerda nos traz aqui para apreciar, discutir e analisar, basta ler o primeiro parágrafo de um dos pareceres de uma das centrais sindicais para se perceber que aquilo que, em termos de conteúdo, aqui nos traz o Bloco de Esquerda, é uma versão ligeiramente melhorada da versão do Código de Trabalho que o Partido Socialista fez aprovar em 2009. É assim como uma perspetiva de "do mal o menos".

Com as questões do trabalho, com os direitos dos trabalhadores, não pode ser, de facto, "do mal o menos".

Aquilo que tem sido a posição do PCP na República, relativamente a estas questões, é de que este Código não serve. Não serve o atual, nem servia o anterior.

O PCP não pode por este motivo, mas por outros, dar o seu voto favorável a esta iniciativa do Bloco de Esquerda. Não pode por outros motivos,

designadamente, pelo facto deste processo não ter sido precedido de um processo negocial com as organizações sindicais.

Aquilo que aconteceu foi apenas a audição dos representantes dos trabalhadores através das centrais sindicais.

É importante que efetivamente se faça na próxima legislatura uma adaptação ao Código Laboral. Aliás, eu lembrava que a Dra. Berta Cabral, convidada especial do Grupo Parlamentar do PSD nesta sessão,...

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Deputada, Sr. Deputado! Deputada por direito próprio!

Deputado Francisco César (PS): Ausente!

Deputado Hernâni Jorge (PS): É a ultrapassagem!

O Orador: ... foi a primeira líder política na Região Autónoma dos Açores a anunciar a intenção do PSD em fazer uma adaptação do Código Laboral à Região Autónoma dos Açores.

Lembro exatamente a altura em que a Dra. Berta Cabral fez esta afirmação, foi aquando do encerramento da COFACO, na Ilha do Faial.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): As coisas que o senhor se lembra!

O Orador: É verdade, as coisas que eu me lembro.

É evidente que a Dra. Berta Cabral o afirmou na altura (é verdade, Sr. Deputado?)...

Deputado Pedro Gomes (PSD): É verdade!

O Orador: ... e é evidente que a Dra. Berta Cabral depois se esqueceu deste anúncio, desta promessa.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Isso é que não é verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Aliás, à semelhança de outras!

O Orador: Fica apenas o registo.

É, de facto, necessário fazê-lo mas este processo não pode ser feito da forma (e perdoe-me, Sra. Deputada) ligeira...

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): O Sr. Deputado prometeu isso, se bem me lembro!

O Orador: ... como o Bloco de Esquerda nos trouxe aqui esta proposta.

É um assunto demasiado sério, porque se trata da vida e das condições de trabalho da(o)s açoriana(o)s, para ser tratado com ligeireza.

Precisa, sobretudo de ser discutido, amplamente discutido e negociado com as Representações dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo... Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Era bom que fossem conhecidas as posições dos outros partidos!

(*) **Deputada Isabel Rodrigues** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo esta minha intervenção por reiterar aquilo que o Partido Socialista/Açores já disse noutras ocasiões e reiterar aquilo que a bancada do Partido Socialista fez, quando a isso foi chamada, que é manifestar desde logo a nossa defesa intransigente pelos direitos dos trabalhadores, o nosso empenho no combate ao desemprego e na promoção do crescimento económico.

Certamente a Sra. Deputada Zuraida Soares não acompanhou os trabalhos da CAPAT, porque se tivesse acompanhado estaria a par das motivações do Partido Socialista.

Foi com base nessas motivações que o Partido Socialista se manifestou contra, e volta a manifestar-se hoje contra, as alterações introduzidas ao Código do Trabalho operadas pela Lei 23/2012.

Queria também dizer-lhe, Sra. Deputada, que no que toca à forma de exercício da Autonomia, nem o Prof. Bacelar Gouveia, nem o Bloco de Esquerda darão certamente lições.

Deputada Zuraida Soares (BE): Dão lições ao Partido Socialista!

A Oradora: Não, não darão.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas a humildade democrática obriga a isso!

A Oradora: O Partido Socialista tem nesta legislatura e nas anteriores uma marca de exercício audaz mas responsável da Autonomia.

É sobretudo isso que esta matéria demanda.

Por falar em exercício responsável, em humildade democrática e em outras coisas que a Sra. Deputada falou, começava por lembrar uma entrevista que a senhora deu ao Correio dos Açores, no passado dia 20 de agosto, onde o jornalista diz:

"- Este projeto de diploma pode ser considerado eleitoralista."

A Sra. Deputada responde assim:

"- Não tem nada de eleitoralista, porque nós já nos comprometemos a fazê-lo há 3 anos atrás...

Deputada Zuraida Soares (BE): Dois anos!

A Oradora: ... quando fizemos as nossas jornadas parlamentares sobre o trabalho".

Eu estou a ler. Que tenha sido há dois anos. Estaríamos em 2009/2010.

Hoje corre o mês de setembro de 2012.

A senhora anuncia em 2009 ou em 2010 uma proposta de legislação de trabalho para a Região, eu presumo que para resolver as questões que a senhora achava que estavam mal resolvidas no Código de Trabalho de 2009.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Estarei certa ou estarei errada?

Deputada Zuraida Soares (BE): Já lá vamos!

A Oradora: Acontece que aquilo que a senhora faz hoje, ou que fez um julho passado, sensivelmente há dois meses, é apresentar nesta câmara, dois meses antes da última sessão legislativa desta legislatura, uma proposta que, do ponto de vista material, não é mais do que a repristinação geograficamente delimitada ao território dos Açores...

Deputada Zuraida Soares (BE): Dava-lhe jeito!

A Oradora: ... do Código do Trabalho de 2009.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é não!

A Oradora: Deixe-me que lhe diga que na vertente de adaptação ela é absolutamente minimalista.

O que sobressaía da sua proposta é este conceito que não deixa de ser, do ponto de vista jurídico, extremamente interessante e que dará certamente lugar a importantes trabalhos da doutrina, que é a repristinação...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é!

A Oradora: ... com limitação geográfica.

Acontecem ainda coisas mais interessantes.

Eu pesquisei a vossa atividade, depois de dar entrada esta proposta nesta Assembleia, e aquilo que eu vejo é que o Bloco de Esquerda dá entrada da proposta....

A vossa página da internet é pública ou não?

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Eu pesquisei, mas não sei como é que a Sra. Deputada pesquisou! Há várias formas de pesquisar!

A Oradora: E destina-se a informar os cidadãos em geral da atividade que os senhores desenvolvem, ou não?

Consultei a página do Bloco de Esquerda na internet à procura das diligências preparatórias que o Bloco de Esquerda teria desenvolvido para elaboração desta proposta, com a exigência que ela demanda.

Aquilo que verifiquei (a senhora corrigir-me-á, se eu estiver errada) foi que o Bloco de Esquerda procedeu a um conjunto de consultas, depois da proposta já estar elaborada e entregue nesta Casa.

Faz um conjunto de consultas com os sindicatos.

Tenho que lhe dizer, Sra. Deputada, que nesta matéria o Partido Socialista acha que se trata de uma perspetiva extremamente redutora, porque os trabalhadores merecem o nosso máximo respeito, mas a economia não se resume aos trabalhadores. Onde estarão os postos de trabalhos sem as empresas, sem o tecido empresarial da Região?

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Na Albânia não existe empresas, é o Estado!

A Oradora: Para nós o consenso que esta proposta demanda tem que ser construído com todos os agentes económicos.

Este é mais um aspeto interessante que eu destaco da vossa proposta.

Mas há depois uma questão que é ainda mais interessante, que é o Bloco de Esquerda apresentar nesta Assembleia uma proposta de adaptação do Código de Trabalho da qual discorda.

Eu confesso que é a primeira vez que vejo isso na história da democracia.

Deputada Zuraida Soares (BE): A sério?!

A Oradora: É, é a primeira vez que vejo isso na história da democracia.

Mas perguntava-lhe: em dois anos o Bloco de Esquerda não teve tempo ou oportunidade de construir uma proposta de adaptação com as soluções que os senhores acham que seriam as soluções adequadas?

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas é isso que se está a discutir, Sra. Deputada?

A Oradora: Sra. Deputada, o que resulta daqui é que a vossa proposta, entregue em julho, com conteúdos dos quais os senhores discordam, não é mais nada do que puro oportunismo político e eleitoralista.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Sabendo o Bloco de Esquerda que se trata de uma matéria (é verdade!) que exige uma fina análise jurídico-constitucional, sabendo que é uma matéria que exige um vasto debate com todos os agentes económicos, que é uma matéria que exige um largo consenso (por isso é que se fala em concertação, Sra. Deputada!), o que é que faz o Bloco de Esquerda?

Opta por apresentar uma proposta deliberadamente para impedir que ela seja debatida na sociedade civil e que possa ser debatida nesta Casa, para agora se fazer de vítima e dizer que foi o PS que não quis.

Não, Sra. Deputada!

Os senhores tentaram aproveitar-se e esse aproveitamento chega ao ponto da senhora apresentar uma proposta da qual discorda. Acho que é importante que se sublinhe que aquilo que a sua proposta contém não é o que o Bloco de Esquerda pensa sobre a matéria.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está escrito no preâmbulo!

A Oradora: Ao terminar esta minha intervenção, queria dizer que a(o)s açoriana(o)s conhecem bem o empenho do Partido Socialista na defesa do emprego e na defesa dos postos de trabalho.

São inúmeras, e demorariam muito tempo, as medidas que têm sido implementadas pelo Governo dos Açores, procurando responder à crise internacional e nacional que também se reflete nos Açores.

Nessa matéria, Sra. Deputada, estamos muito descansados.

Deixe-me que lhe diga que, ao contrário do Bloco de Esquerda, o calendário do Partido Socialista não é o calendário das eleições. É o calendário dos Açores.

É isso que nos move!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

(*) **Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Aníbal Pires (PCP): O PSD fala?!

O Orador: Estamos aqui, como já foi bastas vezes referido, a proceder à análise de uma proposta de diploma que visa a adaptação do Código de Trabalho à Região Autónoma dos Açores.

Desde logo, é preciso fazermos aqui uma contextualização do que é que está em causa.

Está em causa o novo Código do Trabalho, que é o resultado de um determinado quadro histórico, económico e social de Portugal.

É o resultado, de facto, da situação do país conforme foi assumido, responsavelmente, por várias forças políticas a nível nacional.

É, desde logo, o resultado do acordo que foi negociado pelo Partido Socialista e, posteriormente, pelo acordo que foi celebrado pelo Partido Socialista, pelo PSD e pelo CDS-PP a nível nacional.

Estamos perante uma dimensão legislativa de algo que é essencial às sociedades, à regulação da relação entre os trabalhadores e quem os emprega.

Estamos, por isso, perante um assunto muito importante, como também já foi aqui referido, designadamente pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, de grande dimensão social e económica.

Por isso, um assunto desta importância não deve ser de forma alguma analisado à pressa, decidido à pressa, tendo em conta, como também já foi aqui referido, que não foram seguidos os trâmites regimentais normais: o Governo não foi ouvido, houve entidades que foram consultadas e foram suscitadas a participar em reuniões de comissão que não foram ouvidas... Isto é, os trâmites normais do processo legislativo não foram seguidos.

Entendemos que um assunto desta dimensão devia ter o maior debate, reflexão e estruturação possível.

O Bloco de Esquerda utilizou, legitimamente, o direito potestativo de agendamento. Não é isso que está em causa.

Um assunto com esta dimensão, com este impacto, não deve ser abordado parlamentarmente desta forma. É esta a posição do PSD.

A um mês das eleições não há urgência que justifique a votação de um diploma com esta dimensão, da forma como é suscitado pelo Bloco de Esquerda, como não deve ser nenhum assunto, como já foi aqui referido.

Mas um assunto com este impacto, com esta amplitude não deve ser abordado parlamentarmente apenas com base em *timings*, agendas ou pressas eleitorais. Não nos parece que seja a forma mais adequada de o abordar.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: De resto, a próxima configuração parlamentar que ocorrerá daqui a pouco mais de um mês, irá ter tempo, oportunidade e condições políticas para estudar e avaliar as especificidades da Região, estas sim, que fundamentam as adaptações específicas do Código do Trabalho à Região Autónoma dos Açores e que façam, no fundo, com que os trabalhadores açorianos tenham algumas regras que sejam distintas das regras nacionais.

Parece-nos que tem que ser visto exatamente nesta perspetiva da especificidade da nossa realidade e das especificidades que fundamentem que os Açores tenham regras próprias.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Por isso o PSD admite, como já admitiu e foi aqui relembrado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, proceder a adaptações do Código de Trabalho à Região.

Sublinho bem isto que vou dizer:

O PSD admite e está a estudar essas possibilidades, mas pelas reais e concretas...

Deputado Francisco César (PS): O senhor ainda faz parte do PSD?

O Orador: Não percebi o que é que o senhor quis dizer com isso, mas deve ser mais uma das coisas que são típicas do Sr. Deputado.

Presidente: Srs. Deputados não entrem em diálogo.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado Clélio Meneses.

O Orador: Como disse que era algo importante, o Sr. Deputado Francisco César faz aquelas habilidadezinhas de rapaz pequeno que é tentar baralhar,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor deixe isso da mão!

O Orador:... como já fez, e há exemplos neste plenário, infelizmente, que demonstram isso.

Deputado Francisco César (*PS*): Vê-se os rapazes pequenos onde é que estão! **Presidente:** Sr. Deputado, vamos prosseguir.

O Orador: Dizia que o PSD admite e volta a admitir a possibilidade de adaptar à Região.

Estamos a estudar esta matéria, mas sim (e isto é que é importante) pelas reais e concretas especificidades da Região.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O quadro que o PSD tem para proceder à adaptação à Região do Código de Trabalho são exatamente as reais e concretas especificidades da

Região e não pelas genéricas e abstratas particularidades ideológicas de algum partido.

Deputados Pedro Gomes e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é que nos distingue.

Por aquilo que são os Açores, pelas específicas e concretas condições e circunstâncias da Região, o PSD admite adaptar à Região e não por abstratas e genéricas particularidades ideológicas.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD anuncia e reafirma isso.

De resto, e passe aqui este aparte, o Sr. Deputado Aníbal Pires fez referência ao anúncio do PSD que iria proceder à adaptação à Região deste diploma, mas esqueceu-se da sua própria promessa. Quer dizer que deu mais importância à promessa do PSD do que à sua própria.

Deputados Pedro Gomes e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A 8 de maio de 2012, o Sr. Deputado Aníbal Pires prometeu exatamente aqui, nesta tribuna, que iria proceder à adaptação à Região deste diploma e até agora não o vimos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem lembrado!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Fica registado que o Sr. Deputado está mais atento às promessas do PSD do que às suas próprias, o que significa a importância que dá a umas e a outras.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Já lá vamos! Agora vai para a segunda parte!

O Orador: Por outro lado, gostaria de referir que estas particularidades ideológicas, genéricas e abstratas que foram aqui referidas, no fundo, visam, conforme também aqui foi afirmado pela Sra. Deputada Isabel Rodrigues, fazer como que uma reposição genérica daquilo que antes o próprio Bloco de Esquerda criticava.

Genericamente faz uma reposição do quadro legal anterior, que por acaso o Bloco de Esquerda criticava, e fazem esta transposição genérica daquilo que antes não era a vossa opinião, com argumentos (e isto também parece-me importante) de política nacional.

O Bloco de Esquerda transpõe para a Autonomia, isto é, pretensa e aparentemente quer utilizar a Autonomia para trazer para os Açores argumentos e perspetivas de política nacional.

Não nos parece que essa seja a melhor forma de respeitar a Autonomia...

Deputada Zuraida Soares (BE): Essa é rebuscada, Sr. Deputado!

O Orador: ... e de utilizar os meios da Autonomia.

Não nos parece que, utilizando este Parlamento para, repetida e reiteradamente, fazer apenas política nacional, para fazer referências ao Governo da República esquecendo aquilo que é a Autonomia, seja a forma mais adequada de defender e de utilizar os meios da Autonomia.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): O Código de Trabalho não está em vigor nesta Região? Isso são boas notícias!

O Orador: Por isso também não sendo na nossa perspetiva a forma mais adequada de utilizar os meios de Autonomia e de defender a Autonomia, para o PSD a forma real de utilizar os meios de Autonomia, de defender a Autonomia, será...

Deputada Zuraida Soares (BE): É não fazer nada!

O Orador: ... utilizar aquilo que são as nossas especificidades para melhor defender os Açores e os trabalhadores açorianos.

Certamente que esta não será a melhor forma de o concretizar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos, como já foi aqui dito, numa matéria muito sensível e que, naturalmente, exigia uma discussão e um debate aprofundado, feito nesta casa e

com as diversas instituições que representam quer os trabalhadores, quer os empresários.

É óbvio que com o *timing* que o Bloco de Esquerda pretendeu fazer isso, entregando isto tarde, não deu tempo a que, por exemplo, pudéssemos ouvir o representante da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, o Governo Regional dos Açores. Isso, naturalmente, limita a nossa apreciação do documento.

O Sindicato que foi ouvido, por exemplo, a UGT, não tem dúvidas de que isto não pode ser aplicado aos Açores. Passo a ler o que diz:

"Contudo, tivemos a oportunidade de transmitir na altura as nossas dúvidas quanto ao alcance e sucesso desta iniciativa do Bloco de Esquerda, na medida em que a Região Autónoma dos Açores carece de quaisquer competências para adaptar o Código do Trabalho no sentido pretendido por esta iniciativa." É o que aqui está dito.

De resto, era preciso lembrar, e já foi lembrado pela Deputada Isabel, que o Bloco de Esquerda vem aqui apresentar um coisa com a qual não concorda nem concordou.

Agora, Sr. Deputada, há uma coisa muito importante:

A Autonomia para ser respeitada tem que se dar ao respeito, porque senão passa a ser olhada pela República como "andar a brincar às leis".

Eu sou médico dentista, efetivamente, deputado e legislador, como a senhora é filósofa e legisladora.

Portanto, tinha a obrigação estrita de, quando legislar, saber pelo menos o que é estão a fazer.

Não é enviar para o Tribunal Constitucional e o Tribunal Constitucional que decida.

Nós mandamos e o Tribunal decide!

Deputada Zuraida Soares (BE): Nós não mandamos nada. As dúvidas são suas!

O Orador: Dúvida quer dizer que temos um grau de certeza de que isto – isto agora é do campo da filosofia, Sr. Deputada – ...

Deputada Zuraida Soares (BE): É da moral!

O Orador: ... passa e não é inconstitucional. Arriscamos.

Deputada Zuraida Soares (BE): O senhor é que tem dúvidas, não sou eu!

O Bloco de Esquerda não tem dúvidas!

O Orador: Agora, quando temos a certeza que isto é matéria de "direito, liberdades e garantias" e que não passa, obviamente estamos a ser acintosos, não só para com o Governo da República,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ou medrosos!

O Orador: ... mas também para com o Tribunal Constitucional.

Portanto, é preciso ter respeito nessas matérias.

A Sra. Deputada deve esquecer-se (naturalmente que não lhe interessa) que pela primeira vez, desde o 25 de Abril, foi possível chegar a um consenso em sede de concertação social (os empresários, representantes dos trabalhadores, sindicatos...

Deputada Zuraida Soares (BE): Desgraçadamente!

O Orador: ... à exceção da CGTP).

Chegar a esse acordo foi essencial para manter a paz social no país...

Deputada Zuraida Soares (BE): Vê-se!

O Orador: ... e para obviamente ganhar credibilidade perante os mercados externos, Sra. Deputada, e isso é fundamental para recuperar Portugal.

É claro que, pelas vossas contas e pelas vossas políticas, Portugal podia ir ao fundo que os senhores não se preocupavam nada, porque já estão na estratosfera. Portanto, já não eram atingidos...

Deputada Zuraida Soares (BE): Veja bem onde é que está, Sr. Deputado!

O Orador: ... por esse afundamento do país.

O que se tem que dizer é que é possível (pode ser possível) fazer micro adaptações numa coisa ou outra do Código do Trabalho, muito específica.

Não vale a pena iludir os açorianos e dizer que podemos adaptar o Código do Trabalho,...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Não é iludir. É dizer que vale a pena ir mais além!

O Orador: ... porque não podemos,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas quem é que disse isso?

O Orador: ... em um ou outro pormenor. Eu chamo de pormenor.

Agora, o esqueleto do Código do Trabalho não pode ser alterado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Porquê? Quem disse?

O Orador: Não pode ser alterado!

Deputada Zuraida Soares (BE): Quem disse?

O Orador: Diz a Constituição.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não diz!

O Orador: Diz a Constituição, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não diz nada!

O Orador: Recomendo-lhe o estudo da Constituição.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não diz! É a prova de que o senhor não é constitucionalista!

O que é diz o Estatuto Político-Administrativo?

O Orador: Depois...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não diz! Dava-lhe jeito, mas não diz!

O Orador: ... para defender os trabalhadores é preciso também defender as empresas, coisa que os senhores desprezam e ostilizam.

Os empresários...

Deputada Zuraida Soares (BE): Quantos?

O Orador: ... para o Bloco de Esquerda...

Deputada Zuraida Soares (BE): Também andou a pesquisar, Sr. Deputado?

O Orador: ... são um ser, uma classe e uma casta a abater.

Deputada Zuraida Soares (BE): Tanta demagogia!

O Orador: Portanto, não há emprego, não há empregados, não há trabalhadores se não houver o essencial... Empresas!

Deputada Zuraida Soares (BE): Tanta demagogia!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): É saudável!

O Orador: É disto que os senhores não gostam.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não gostamos!

O Orador: E empresas saudáveis, com condições de criar postos de trabalho.

Primeiro é preciso revitalizar a economia, apoiar os empresários para que possam criar postos de trabalho e possam criar emprego.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É isso que a senhora e o Bloco de Esquerda não querem fazer.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Esmifrando os trabalhadores! Não há outra maneira! Só essa!

O Orador: Vêm aqui fazer o seu habitual número eleitoralista...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ai quem fala!

(Risos dos Deputados do Grupo Parlamentar do BE)

O Orador: ... porque sabe que não há possibilidade de se chegar mais profundamente e mais além nessa matéria e vem apresentar uma coisa contra a qual discordou profundamente e votou contra, o seu partido, na Assembleia da República.

Não viria mal ao mundo até que apresentasse cá, desde que a fundamentasse, a alterasse...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mais?!

O Orador: ... e adaptasse aos Açores.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mais?!

O Orador: Foi coisa que a senhora não fez.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar aqui...

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): A sua promessa!

O Orador: ... o desafio ou a questão que me foi colocada pela bancada parlamentar do PSD, até secundada por apartes da 3ª fila da bancada do PSD, talvez como uma tentativa de pressão sobre o Deputado do PCP.

Mas como sabe, Sr. Deputado João Bruto da Costa, o PCP resiste bem às pressões, principalmente esta pessoa que V. Exa. tem aqui, à frente.

Deputado João Costa (PSD): Vai-se chegar para o lugar certo!

O Orador: Há muita gente nesta Região Autónoma dos Açores que resiste às pressões que o PSD lhes tem feito, e dá a cara sem medo e sem preço. Espero que tenha percebido, Sr. Deputado João Costa.

Deputado João Costa (*PSD*): O senhor seja sério!

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses, o senhor fez-me um grande favor. Como muito bem referiu foi em maio que o PCP disse naquela tribuna o seguinte:

"O PCP apresentará nesta ou na próxima legislatura uma proposta de revisão do Código Laboral".

Deputado Pedro Gomes (PSD): Está enganado, Sr. Deputado!

O Orador: É evidente que os motivos que aqui serviram como base, ou um dos motivos, para o PCP não dar apoio a esta iniciativa do Bloco de Esquerda tem exatamente a ver com o facto de, de maio até ao fim da legislatura, passar muito pouco tempo.

Uma iniciativa deste teor e desta dimensão necessita, como disse há pouco, de muito mais tempo.

A bancada do PSD terá de arranjar melhores argumentos para pressionar a Representação Parlamentar do PCP...

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Sr. Deputado Aníbal Pires... Que falta de argumentos!

O Orador: ... e terá certamente de arranhar melhores argumentos para pressionar os militantes e simpatizantes do PCP na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Estão a pressionar?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições neste momento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pode ser que mais alguém se levante, Sr.

Deputado João Bruto da Costa, ou é só o PCP?

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Tem 4 minutos. Faça favor.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em nome do Bloco de Esquerda agradeço todos os comentários, de todos os Srs. Deputados, feitos à nossa iniciativa legislativa, agradeço até mesmo as pesquisas...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Legítimas, aliás!

A Orador: ... sobre o percurso do Bloco de Esquerda/Açores, feitas no nosso *site* ou em qualquer outro sítio, ...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Mas que insinuação é essa?

A Oradora: ... e vou tentar responder a todas elas, tentando não me esquecer de nenhuma.

"Do mal o menos", seria o princípio fundamentador da nossa iniciativa legislativa.

Eu preferiria chamar-lhe, "para pior já basta assim"!

Aquilo que foi mau em 2009, que foi o Código do Trabalho de José Sócrates, ficou absolutamente insuportável em 2012, com o Código de Trabalho de Passos Coelho.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Quando digo que ficou insuportável, falo em nome do respeito pela dignidade e pelo valor do trabalho.

Se o Bloco de Esquerda tiver que escolher, em nome da dignidade e do valor do trabalho, entre um Código de Trabalho que já não o respeita e o outro que o atira para o caixote do lixo, não serão os nossos posicionamentos ideológicos que nos impedirão de defender aquilo que for melhor para os trabalhadores e menos penalizador para quem trabalha na nossa Região.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Que fique claro, e penso que com isto respondi a várias intervenções, Sras. e Srs. Deputados.

Falta um processo negocial.

Faltará! Mas curiosamente as duas centrais sindicais que se manifestaram, que deram um parecer presencial e escrito, sobre este diploma, nenhuma invocou a ausência do processo negocial, tendo uma delas dito claramente (e consta do parecer da Comissão), a sindicalista Graça Silva, candidata a deputada pelo Partido Socialista neste momento, em resposta a uma questão minha, o seguinte:

"Considero [dizia Graça Silva], que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tem poderes para fazer a adaptação proposta e que, em última análise, deverá ser o Tribunal Constitucional a tomar posição sobre as questões de legalidade, pois entendo que nos compete percorrer o caminho, independentemente de, no fim, o resultado não ser o pretendido."

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A senhora na próxima legislatura acerta isso!

A Oradora: A este propósito Graça Silva, candidata a Deputada pelo Partido Socialista, sindicalista e representante dos trabalhadores, acrescentou:

"Aliás, o mesmo aconteceu com o processo de adaptação à Administração Pública Regional dos Açores da Lei nº 12/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas."

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É esse o vosso argumento?

A Oradora: Não só a vossa candidata e sindicalista concordou com a argumentação do Bloco de Esquerda, como concordou com o Projeto, como inclusivamente não evocou nem a inexistência do processo negocial, nem sequer o perigo da inconstitucionalidade.

É bom que conste, porque das duas, uma, Sras. e Srs. Deputados:...

Deputado Berto Messias (PS): Já respondemos a muitas das suas perguntas!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É para ver o quão plural é o Partido Socialista!

A Oradora: Ouça, Sr. Deputado.

... ou esta sindicalista, que eu respeito e que tenho a certeza que o(a)s trabalhadore(s) desta Região também respeitam, continua a pensar desta maneira, ou os senhores vão ter que alterar a sua forma de pensar.

Nessa bancada, pelos vistos, ela não poderá dizer aquilo que disse e que está aqui escrito.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Vou continuar:

"O Bloco de Esquerda apresentou de forma ligeira".

Duas lembranças às Sras. e aos Srs. Deputados: fomos o único partido nesta câmara que cumpriu o compromisso...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: ... de apresentar uma adaptação do Código de Trabalho, assumida em maio de 2011 (há pouco mais de um ano) nas nossas jornadas parlamentares.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Fomos os únicos que o cumprimos.

Também sobre essa matéria não há lições a dar sobre a ligeireza.

Aliás, lamentavelmente nesta câmara ninguém dá lições a ninguém. Toda a gente sabe tudo. Isto é a prova de uma arrogância absolutamente antidemocrática, porque nesta Casa e fora dela, Sras. e Srs. Deputados, ou todos estamos disponíveis para aprender, ou então nem a vida faz sentido, nem a política tem futuro.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Todos, Sra. Deputada!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas nós somos democratas, Sra. Deputada!

A Oradora: Finalmente, e vou terminar, Sr. Presidente, o PSD está a estudar a matéria.

O Bloco de Esquerda ousou apresentar aquilo a que se tinha comprometido.

Deputado Pedro Gomes (PS): O Bloco de Esquerda questionou mal!

A Oradora: O PS disse que ia estudar a matéria e pedir pareceres.

Fiz a pergunta e continuo à espera da resposta: onde estão esses pareceres? Qual foi o resultado deles?

Mas enquanto um espera e outro espera, um vai pedir pareceres e o outro já os pediu, ou não pediu e eles não chegaram, o que acontece é que o(a)s trabalhadore(a)s desta região estão todos os dias a ser espoliados de direitos, a ser feridos na sua dignidade, a trabalhar mais ganhando menos, a ter cada vez menos possibilidade de garantir a dignidade das suas vidas e das vidas das suas famílias.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Não me venham com a conversa das empresas, porque as empresas vão à falência porque os trabalhadores não têm dinheiro para fazer compras. É por isso que as empresas vão à falência.

Se não compram, as empresas não vendem. As empresas não vendendo, evidentemente vão à falência e criam desemprego.

Portanto, não venham pôr de um lado os trabalhadores e do outro lado as empresas, como se uma e outra coisa estivessem completamente opostas, em oposição, em luta permanente e não se condicionassem mutuamente.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Quem diz isso é a sua ideologia, Sra. Deputada!

A Oradora: Isso é demagogia! Isso é populismo! Isso é o eleitoralista de que os senhores acusaram o Bloco de Esquerda.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para a história ficarão duas coisas:

O Bloco de Esquerda cumpriu um compromisso, tanto quanto soube e foi capaz de o fazer.

Ousou fazê-lo!

Os senhores não cumpriram o compromisso e, pelo contrário, arranjaram todas as desculpas para inviabilizar esta proposta.

O povo açoriano, sobretudo quem trabalha nesta Região, saberá tirar as suas conclusões.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

Presidente: Terminou o tempo do Bloco de Esquerda neste diploma.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues** (*PS*): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, vou começar por referir a questão das pesquisas, que parece que tanto a incomodou.

O Bloco de Esquerda tem uma página pública na internet. Um dos motivos pelos quais eu tive absoluta necessidade de consultar a página do Bloco de Esquerda, para perceber com quem é que os senhores tinham trabalhado na construção desta proposta, foi porque a senhora, convidada pelo Presidente da CAPAT a apresentar a sua iniciativa à Comissão, prescindiu de o fazer.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Ora, aí está!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh!

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): É verdade!

A Oradora: Prescindiu de apresentar a iniciativa à CAPAT, no dia em que acabámos apenas por proceder à audição da CGTP, porque a UGT não compareceu.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu não estava nessa reunião?

A Oradora: Prescindiu de apresentar a iniciativa. O Presidente da Comissão convidou a senhora a apresentar a iniciativa...

Deputada Zuraida Soares (BE): Foi apresentada neste plenário!

A Oradora: ... e a senhora prescindiu de o fazer na Comissão. Esta é a primeira questão.

Deputado José Cascalho (BE): Foi apresentada em plenário!

A Oradora: Segunda questão:

Parece que a senhora não percebeu a posição do Partido Socialista.

Deputada Zuraida Soares (BE): De maneira nenhuma!

A Oradora: Vou voltar a dizê-la, Sra. Deputada.

O Partido Socialista dos Açores discorda das alterações introduzidas ao Código do Trabalho e nunca disse que não trabalharia numa adaptação à Região.

Não o faz é quando a senhora o quer. Faz quando e como deve ser feito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Em terceiro lugar, Sra. Deputada, não vamos entrar nessa discussão, mas é bom que o Bloco de Esquerda entenda que tudo o que entrar, pelo menos no núcleo do conceito de direito fundamental dos trabalhadores, é reserva de lei.

Isso tem que ser analisado caso a caso, fronteira a fronteira. Isso não se faz da forma como a senhora pretendeu que se fizesse.

Mas muito mais importante para nós, é que o que quer que viesse a sair desta câmara fosse construído com os parceiros sociais.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Isso a senhora impediu que fosse feito com o seu calendário. Parceiros Sociais! Concertação Social, Sra. Deputada! Dois conceitos que são muitos caros ao Partido Socialista.

Para terminar, deixe-me que lhe diga que a senhora não respondeu aos açorianos, porque o que a senhora tinha que responder aos açorianos é por que é que a proposta que a senhora apresentou aqui é uma proposta do Partido Socialista na República...

Deputada Zuraida Soares (BE): Uma interpelação, Sr. Presidente!

A Oradora: ... e não a proposta do Bloco de Esquerda. Essa é que era a sua promessa eleitoral.

O que fica para a história é que, no afã eleitoralista do Bloco de Esquerda, os senhores pegam em propostas do Partido Socialista na República e entregam na Assembleia Legislativa fazendo tábua rasa das vossas próprias convicções.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: É isso que fica na história deste debate.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para uma interpelação?

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Peço, Sr. Presidente, para solicitar ao Partido Socialista, uma vez que foi anunciado pelo Sr. Presidente que o Bloco de Esquerda tinha esgotado o seu tempo (é lamentável que a Sra. Deputada faça uma pergunta...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Foi retórica!

A Oradora: ... direta quando sabe que o tempo foi esgotado), nos termos acordados em Conferência de Líderes, que o Partido Socialista dê tempo ao Bloco de Esquerda para responder à Sra. Deputada.

Deputado Berto Messias (*PS*): Quanto tempo a senhora precisa?

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Para responder a mim ou aos açorianos?

A Oradora: Somos humildes, Sr. Deputado. Aceitamos o que nos dão. Decida.

Deputado Berto Messias (PS): O PS cede tempo, aliás como tem acontecido.

A Oradora: Eu só vou responder a esta pergunta.

Presidente: Não sei se o Partido Socialista quer responder ao repto da Sra. Deputada.

Quanto tempo tem o Partido Socialista, Sr. Secretário?

Secretário: Doze minutos.

Presidente: O Partido Socialista dispõe neste momento de doze minutos.

Cede três minutos ao Bloco de Esquerda?

Deputado Berto Messias (*PS*): Se for preciso, pode ser mais!

Presidente: Sr. Deputado, isto não pode ser bem assim, a olho. Convém fixar.

Cede três minutos. O Partido Socialista fica com nove minutos.

O Bloco de Esquerda tem três minutos. Quer inscrever-se, presumo eu, Sra. Deputada?

Tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não o gaste todo, seja poupadinha!

(*) **Deputada Zuraida Soares** (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada, Sr. Deputado Berto Messias.

Não respondi diretamente à pergunta como não respondi a outras, porque o tempo não dá.

O tempo tem que ser cumprido e o Sr. Presidente disse que o tempo estava esgotado, mas uma vez que o tenho agora, vou responder.

Da exposição de motivos do nosso Projeto de Decreto Legislativo Regional, no ponto 3 consta o seguinte:...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso não é publicado!

A Oradora: "Tendo em conta as prorrogativas legislativas da Autonomia Regional e a composição da Assembleia Legislativa, o Bloco de Esquerda entende, com ligeiras diferenças, que se deve manter o ordenamento jurídico proporcionado pelo Código de Trabalho de 2009, com supervenientes alterações antes da revisão de 2012 efetivada pela Assembleia da República Portuguesa e promulgada pelo Presidente da República."

No ponto 4, no mesmo âmbito da exposição de motivos, dizemos:

"Não se trata sequer de uma escolha política. São conhecidas as divergências do Bloco de Esquerda relativas ao Código de Trabalho de 2009".

O que propomos tão-somente é manter o que estava e resultou de uma maioria absoluta do Partido Socialista na República.

A nossa atitude provém talvez do aforismo popular "para pior já basta assim".

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

A Oradora: Sr. Presidente, se estamos a tratar de justificações, eu também me permito perguntar ao Partido Socialista por que raio de razão é que, tendo aqui aprovado o Código de Trabalho de 2009,...

Deputada Isabel Rodrigues (*PS*): Aprovado? Isso foi aprovado na Assembleia da República!

A Oradora: ... agora vota contra o Projeto de Decreto Legislativo Regional que o retoma e o pretende repor em alguns dos seus conteúdos na Região Autónoma dos Açores?

Organizem-se, Sras. e Srs. Deputados!

Ou votam lá contra e aqui a favor; ou votam aqui contra e lá a favor. Ninguém se entende.

Coerência política, zero.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues** (*PS*): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Será a minha última intervenção nesta matéria, para não deixar que permaneçam dúvidas à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Em primeiro lugar, quero reiterar, Sra. Deputada, que a promessa que a senhora fez aos açorianos em 2010 foi de apresentar a sua proposta de adaptação,...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Maio de 2011!

A Oradora: ... não de apresentar a proposta do PS.

Essa questão é importante porque não é por vir na exposição de motivos que a senhora apaga um lapso temporal de dois anos, durante o qual a senhora poderia ter elaborado a sua proposta.

Penso que este esclarecimento é extremamente importante para os açorianos.

Voltando à questão do Código de 2009, quero apenas reafirmar que a questão fundamental para o Partido Socialista é que, o que quer que seja que saia desta casa, seja feita com os parceiros sociais, coisa que pelos vistos é indiferente ao Bloco de Esquerda.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não haver mais intervenções.

Assim vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de manter-se como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade o diploma foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 12 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Face a este resultado passamos para o ponto seguinte da nossa Agenda.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para uma interpelação, faça favor.

Deputado Berto Messias (*PS*): Sr. Presidente, para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado.

Regressamos às 16 horas e 50 minutos. Até já.

Eram 16 horas e 20 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 16 horas 59 minutos.

Vamos continuar com a agenda. Hoje há muito trabalho para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, já percebemos.

Foi retirado o Projeto de Resolução, do PPM, relativo ao PISA.

Segue-se o Projeto de Resolução n.º 63/2011 — "medidas de incentivo às boas práticas de integração de açoriano(a)s em risco de exclusão e/ou excluídos socialmente", apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Vale a nossa grelha de tempos habitual.

Dou a palavra, para apresentar o diploma, ao Sr. Deputado José Cascalho.

(*) **Deputado José Cascalho** (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A integração da população em risco de exclusão, como sejam aqueles incapacitados por serem portadores de deficiência, de doença mental, doença crónica, comportamentos de dependência, etc., é um processo difícil e complexo.

É também exigente, porque envolve muitos atores sociais que devem atuar em coordenação.

Mas sabe-se também, por estudos publicados, que a atividade profissional é um fator protetor face ao risco de exclusão.

Assim, este Projeto de Resolução procura dar uma contribuição para reduzir esse risco ao propor a valorização social das empresas e instituições, ou entidades que integram, empregando o(a)s açoriano(a)s com maior risco de exclusão, atribuindo um prémio de boas práticas empresariais a estas entidades, aliás, como se pode ver pelas duas propostas do diploma, que eu cito:

- "1- A divulgação das entidades com maior taxa de integração de açoriano(a)s em risco de exclusão e/ou excluídos socialmente, nomeadamente as pessoas incapacitadas por serem portadores de deficiência, de doença mental, doença crónica, comportamentos de dependência, entre outras formas de incapacidade, assim como emigrantes regressados compulsivamente;
- 2- Instituição de um prémio de boas práticas empresariais para fomentar a integração dos destinatários mencionados no número anterior".

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra.

(*) **Deputada Nélia Amaral** (*PS*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução vem formalizar uma intenção já manifestada pelo Bloco de Esquerda, em dezembro do ano passado, aquando da apreciação de um projeto de resolução da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que propunha medidas para a otimização do tempo de resposta dos serviços públicos aos jovens em situação de desemprego nos Açores.

Pretendia o Bloco de Esquerda alargar o âmbito de aplicação da referida resolução para, no âmbito do nº 3 da sua componente resolutiva, reconhecer e premiar as boas práticas de integração profissional de pessoas com deficiência e toxicodependentes em processo de recuperação.

Foi entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na altura, que, apesar de reconhecer a relevância sobretudo social, mas também económica da intenção do Bloco de Esquerda, que não seria no âmbito do Projeto de Resolução que na altura estávamos a apreciar.

Aproveito para saudar a postura do Bloco de Esquerda que, ao contrário de outras forças partidárias que se contentam em anunciar e prometer sem concretizarem essas promessas ou esses anúncios, saiu dessa discussão plenária e apresentou efetivamente um Projeto de Resolução que visava implementar ou concretizar esse objetivo.

Saúdo igualmente a postura que o Bloco de Esquerda apresentou aquando da discussão desta iniciativa, quer na audição da Sra. Secretária Regional, quer nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, clarificando algumas dúvidas e acolhendo algumas sugestões das outras forças partidárias.

É por isso com agrado que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente uma iniciativa de outro Grupo Parlamentar que contribui para a concretização de uma prioridade assumida pelos governos do Partido Socialista desde 1996: a promoção da igualdade de oportunidades, a inclusão dos açorianos excluídos ou em risco de exclusão nos vários setores de vida em sociedade como cidadãos de pleno direito.

Em nosso entender esta iniciativa dá mais um contributo para facilitar a integração profissional de pessoas com incapacidades que influenciem negativamente a sua empregabilidade, quer essas incapacidades decorram de situações de deficiência, de doença mental, de doenças crónicas ou de dependências, assim como de emigrados regressados compulsivamente. Fá-lo através da divulgação anual das entidades que revelem maior taxa de integração destes grupos alvo e da instituição de um prémio de boas práticas de inclusão que distinga essas entidades.

Temos consciência de que a inclusão destes grupos alvo é uma tarefa multifacetada e que não se alcança com esta iniciativa.

Sabemos, como aliás referem alguns dos pareceres recebidos na Comissão de Assuntos Sociais, que essa inclusão exige um esforço integrado de prevenção, da intervenção precoce, de formação, de habilitação, de reabilitação, da educação... Em sentido lato, de todas as áreas de intervenção económica, política e social.

Aliás, o Regime Jurídico da Prevenção, da Habitação e da Reabilitação e Participação de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade na Região Autónoma dos Açores, que recentemente aprovámos nesta Assembleia, é bem prova dessa consciência.

Orgulhamo-nos do percurso que a Região Autónoma dos Açores tem feito nesta matéria, designadamente no âmbito da inclusão profissional por via de programas ocupacionais, de programas de formação socioprofissional e do desenvolvimento do mercado social de emprego, assim como dos incentivos à empregabilidade que se encontram em vigor na Região.

Mas não podemos, nem queremos deixar que essa consciência, esse reconhecimento e esse conhecimento nos paralise, nos deslumbre ou nos ilibe de implementar todas as medidas que de uma forma ou de outra possam contribuir para esse objetivo.

Espero, sinceramente, que esta iniciativa seja entendida por todos, e em particular pela sociedade civil e pelas empresas que podem ser abrangidas por ela, como mais um contributo para que ao olhar alguns segmentos da nossa sociedade deixemos de ver exclusivamente aquilo que não conseguem fazer, abrindo espaço para que nos envolvamos num esforço coletivo para reconhecer e potenciar aquilo que conseguem efetivamente fazer.

Concluo com um apelo a que o contexto atual não sirva de desculpa para uma maior tolerância para com a exclusão desses nossos compatriotas.

Deputadas Isabel Rodrigues e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta matéria que se debate neste preciso momento é relevante.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: É importante criar condições e incentivos para a reinserção socioprofissional da população portadora de deficiência e extoxicodependentes.

É natural que haja algumas empresas que dificilmente empregarão ou mostrarão interesse em empregar este tipo de trabalhadores, pois necessitam de grande apoio e orientação, mas é óbvio que todo e qualquer incentivo é bem-vindo e louvável. A prova disto é este diploma que o Bloco de Esquerda aqui apresenta que vai ao encontro destas necessidades.

No entanto, todos sabemos que já existem alguns apoios à contratação de pessoas com dificuldades de inserção sócio laboral (já aqui foi referido pela Deputada Nélia), mas é importante conhecer o impacto que esses programas têm vindo a ter junto desta população.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É natural que há que haver um trabalho direcionado para o desenvolvimento das aptidões individuais deste tipo de população.

Há que haver responsabilidade social, responsabilidade social por parte das empresas, responsabilidade social por parte das famílias e por parte do Governo Regional.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para além da questão do fomento da integração socioprofissional da população com dificuldades de reinserção socio-laboral é importante também não esquecer que é necessário haver um reforço das prestações sociais destas famílias, no apoio à habitação, à saúde e não só.

É desta forma que o PSD acha que é importante também ir ao encontro dos alertas dados pelos pareceres de determinadas entidades com trabalho desenvolvido nessa matéria.

O PSD acha importante este diploma que o Bloco de Esquerda apresenta nesta Casa.

Desta forma, irá votar favoravelmente este diploma.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa** (CDS-PP): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou fazer uma intervenção que espero que seja breve, pragmática, honesta e assertiva.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Vamos lá ver se consegue!

O Orador: Vou esmerar-me e dar o meu melhor, Sr. Deputado, como todos nós nesta casa.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Esperemos que sim!

O Orador: O primeiro impacto que tivemos desta iniciativa foi de alguma estranheza, porque contemplava e aglutinava no universo de pessoas que se pretende que beneficiem dela apenas os portadores de deficiência e os extoxicodependentes.

Graças ao excelente trabalho feito na Comissão de Assuntos Sociais por todas as forças políticas lá representadas, o empenho dos deputados e sobretudo a abertura manifestada pelo Bloco de Esquerda para fazer evoluir este universo de pessoas para um universo mais alargado, obviamente conseguiu-se uma segunda versão que supera em muito a primeira no seu âmbito de aplicação.

Há, para todos estes cidadãos, que são o novo universo de Projeto de Resolução, sejam eles portadores de deficiência, de incapacidades de vária ordem, pessoas em recuperação de situação de adictologia, ou mesmo cidadãos em situação de repatriamento, um denominador comum que é uma fragilidade no âmbito da empregabilidade.

Sras. e Srs. Deputados, num momento em que conjunturalmente toda a nossa sociedade está fragilizada, particularmente no âmbito da empregabilidade, isto leva a que esta preocupação seja ainda mais pertinente. Ou seja, no âmbito de

uma sociedade fragilizada, os mais fragilizados de sempre tornam-se ainda mais vulneráveis.

Obviamente o CDS-PP é um partido humanista, tem preocupações sociais. O nosso histórico releva exatamente isso, nós defendemos nesta casa maiores apoios, ajudas técnicas para os cidadãos portadores de deficiência.

Demos o nosso contributo com propostas de alteração para a aprovação, há meses, de um regime jurídico que é específico para cidadãos portadores de deficiência, incluindo obviamente a valorização da sua empregabilidade.

Mas voltando ao Projeto de Resolução, este alargamento leva a que haja aqui a ponderação de duas situações: os cidadãos que estão fragilizados involuntariamente, ou seja, por situações de incapacidade resultante de deficiência, e os que estão fragilizados voluntariamente. São diferentes.

Os cidadãos em situação de repatriamento que queiram inserir-se ou reinserir-se no mercado de trabalho, temos que proporcionar para que isso aconteça. Não devemos, nem podemos negar-lhes isto.

Desta forma, igualizar com base na fragilidade no âmbito da empregabilidade, parece-nos uma boa generalização.

Em relação à parte resolutiva da iniciativa levantaram-se vários fantasmas no longo percurso que ela percorreu na Comissão.

Um deles é a lista que é preconizada no primeiro ponto resolutivo que levantou questões quanto a eventuais quebras de violação de privacidade, de eventual exposição de situações.

O entendimento que o Grupo Parlamentar do CDS-PP faz dessa lista é que ela refere as empresa, tão só e exclusivamente as empresas com maior índice de empregabilidade de cidadãos em situação de vulnerabilidade.

Obviamente que por essa via não expõe ninguém nem nenhuma situação que queira ser exposta.

Outra reserva que poderia haver em relação a esta iniciativa é o facto de se estar a impor alguma coisa às empresas, de se estar a vincular as empresas ou outras entidades a qualquer coisa.

Este Projeto de Resolução, no nosso entendimento não impõe nada, não vincula ninguém, cria apenas um estímulo e um incentivo para que as empresas tenham outra sensibilidade social, mais sensibilidade.

A questão que resulta daqui é se este Projeto de Resolução vai resolver o problema. É óbvio que não vai resolver o problema, mas consideramos que é um contributo válido, um passo válido, que tem que ser dado conjuntamente com outros no sentido de que a nossa sociedade comece a encarar este tipo de situação de outra forma.

Faço também uma referência aos pareceres. Os pareceres foram extremamente úteis e dignificaram em muito a nossa reflexão sobre este assunto.

Obviamente que há muito mais a fazer do que aquilo que estamos aqui a discutir.

Há pareceres positivos, há pareceres negativos embora nenhum deles se manifeste contra a iniciativa.

O adjetivo mais negativo que lá parece é o adjetivo "inócuo".

A iniciativa, do nosso ponto de vista, não é inócua. Embora não vá resolver o problema, é um contributo. Obviamente que iremos votá-la favoravelmente.

Presidente: Sra. Secretária Regional do Trabalho e da Solidariedade tem a palavra.

(*) Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra também para uma breve e curta intervenção.

Em primeiro lugar, para dizer e sublinhar que esta é uma matéria de grande relevância social. Não obstante o trabalho destes últimos 16 anos nesta matéria, porque efetivamente os números estão à vista, nós crescemos imenso nalgumas áreas (quase 1000%, como é caso dos Centros de Atividade Ocupacionais), crescemos numa rede alargada de respostas sociais, crescemos no número de utilizadores dessas respostas sociais, mas consideramos que efetivamente é preciso fazer mais.

Nesta matéria queria também saudar o Bloco de Esquerda pela iniciativa que teve, que é uma feliz iniciativa pela forma como os trabalhos foram conduzidos na Comissão de Assuntos Sociais, pela democraticidade, que é exemplar, da forma como foram ouvidos os parceiros destas áreas, das diversas Instituições e Associações Particulares de Solidariedade Social.

O Governo concorda com esta proposta.

Há ainda trabalho a fazer na regulamentação do regime jurídico que foi aqui aprovado há pouco tempo (este ano) nesta Assembleia.

Deixo também um apelo, que me parece fundamental, a toda a sociedade civil, porque estas coisas da integração social têm muito a ver com todos nós.

Todos temos um papel importantíssimo na integração das pessoas com deficiência, na forma como trabalhamos todos os dias nas nossas organizações, nas empresas, na escola, nos departamentos do Governo.

É fundamental que a sociedade perceba e contribua cada vez mais para a integração da pessoa com deficiência e esta é, sem dúvida, uma boa iniciativa, uma forma feliz que todos tiveram de encarar esta área.

Penso que é com estes bons contributos que cada vez se dá mais liberdade a estas pessoas que precisam da nossa ajuda e que precisam de ser compreendidas.

É evidente que, quer nas empresas de inserção, quer através dos programas PROSA, há um conjunto diverso de cidadãos que são integrados mas há aqueles que têm muita dificuldade nessa integração.

Nós devemos criar os mecanismos fundamentais para que essa integração seja possível e para que essas pessoas se considerem cidadãos de plenos direitos e tenham uma vida mais feliz.

È isso que norteia o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Governo, mas também por todos nós e isso tem muito a ver com aquilo que nós conseguimos transmitir à sociedade civil, envolvendo todas as pessoas.

É fundamental que estes mecanismos cada vez mais sejam partilhados com todos para tornar estas pessoas mais felizes e com mais dignidade.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar irá apoiar, sem qualquer dúvida, esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

No entanto, não poderia deixar de registar aqui, até positivamente, a posição do PSD e do CDS sobre esta matéria, uma vez que no país, o Governo do PSD e do CDS são responsáveis pelas reduções do IRS para os deficientes, pela redução das pensões dos deficientes das Forças Armadas, pelos cortes nos financiamentos às associações de deficientes e pela redução de quase 4 milhões de euros no Orçamento Geral de Estado para ajudas técnicas aos deficientes.

Portanto, quero saudar o PSD-Açores e o CDS-Açores por aqui terem uma atitude diferente relativamente a esta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para uma breve nota que me parece importante deixar aqui.

Permitam-me que discorde, em certo ponto, com alguma parte da declaração da Sra. Secretária da Solidariedade Social quando refere que nos Açores as questões sociais são uma prioridade para o Governo.

Acredito que seja uma prioridade, mas o que é certo é que as opções que o Governo Regional do Partido Socialista tem vindo a tomar não são as melhores.

O exemplo disso é que, por exemplo, os Açores, em 2010, tinham 19.949 beneficiários do Rendimento Social de Inserção, ou seja, os Açores tinham a mais alta taxa do país...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Há bocado diziam que era a maior taxa de sempre!

O Orador: ... de cidadãos que receberam o rendimento Social de Inserção.

Sra. Secretária, quando disse que as questões sociais são uma prioridade deste Governo do Partido Socialista, o facto é que cada vez mais açorianos recebem o Rendimento Social de Inserção; há cada vez mais açorianos no desemprego.

Sra. Secretária, permita-me que discorde consigo.

Agora numa coisa concordo: é possível fazer mais e melhor! Claro que é possível!

Tenho dito.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Eu sei que o âmbito da nossa resolução é um bocadinho lato, mas creio que ainda assim devemos tentar fazer um esforço para o cumprir.

Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra.

(*) **Deputada Nélia Amaral** (*PS*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu não tinha intenção de voltar a intervir, mas a última intervenção do Sr. Deputado Cláudio Almeida julgo que não pode ficar sem alguma observação ou sem alguma resposta.

Efetivamente, Sr. Deputado, os dados comprovam-no. As políticas sociais foram e são uma prioridade para os Governos do Partido Socialista e para este Grupo Parlamentar.

Passámos de uma "política de avestruz", de fingirmos que determinados tipos de problemas não existiam na nossa sociedade, para uma política de os assumirmos com frontalidade, de procurarmos alternativas para melhor responder às pessoas que se debatem com eles no dia-a-dia e, como acabámos de comprovar, acolher alternativas que nos sejam propostas por outros grupos partidários.

Lamentavelmente não é esse o caso, com o PSD.

Ainda ontem ouvia, em declaração, a Sra. Deputada Berta Cabral dizer que são necessárias mais residências para pessoas com deficiência. Aliás, teria sido bom se tivesse utilizado o termo "pessoas com deficiência" ao invés de deficientes.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Muito bem!

Deputada Isabel Rodrigues (PS): É uma questão concetual!

A Oradora: Em nada contribui para melhorar a resposta que existe já nos Açores.

Habituaram-nos já a esse tipo de intervenção. O Governo faz um e o PSD vem dizer que é preciso fazer mais dois ou três.

O Governo estabelece um tipo de resposta e vem o PSD dizer que é preciso alargar esse tipo de resposta.

Aquilo que queria, no fundo, Sr. Deputado Cláudio Almeida, é perguntar-lhe qual é a alternativa que apresenta.

Existem efetivamente muitas famílias a beneficiar do Rendimento Social de Inserção nos Açores.

Mas eu, pessoalmente, orgulho-me de ter sido por mão de um Governo do Partido Socialista que se estabeleceu uma medida que visa garantir que todas as pessoas, independentemente das suas características pessoais ou sociais, possam viver com dignidade.

Qual é a alternativa que o senhor apresenta, Sr. Deputado?

Deputadas Isabel Rodrigues e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Boa pergunta!

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida, para debater a resolução, tem a palavra.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Atenção! Vamos ouvir a alternativa!

(*) **Deputado Cláudio Almeida** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD já referiu aqui, e eu já referi nesta casa, que, como é óbvio, é importante apoiar esse tipo de iniciativas.

Aliás, é de boa vontade que apoiamos esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Deputada Isabel Rodrigues (*PS*): Boa vontade? Mas isto é uma questão de boa vontade?

O Orador: Agora, Sra. Deputada, é natural que se peça mais e melhor.

Deputada Nélia Amaral (PS): Será necessário que concretize esse mais e melhor!

O Orador: É natural que se exija mais e melhor. Basta ver os pareceres que foram dados à Comissão. É natural que se peça e que exija mais e melhor.

Quem está no Governo, neste momento, são os senhores, não somos nós.

Aliás, a Sra. Deputada Nélia Amaral acabou de referir aqui que se orgulha deste Governo ter inserido o Rendimento Social de Inserção.

O Rendimento Social de Inserção é uma resposta às asneiras que o Governo tem feito nesta matéria.

Se o Governo Regional tivesse uma boa política social, tivesse uma política de ir ao encontro dos problemas sociais da população açoriana, se calhar não tinha sentido necessidade de aplicar o Rendimento Social de Inserção.

Se calhar não tínhamos 19 mil famílias a receber o Rendimento Social de Inserção.

Deputada Isabel Rodrigues (*PS*): Sr. Deputado o Rendimento Mínimo às famílias está estendido por essa Europa fora!

Presidente: Sra. Deputada Nélia Amaral tem a palavra para debater a resolução.

(*) **Deputada Nélia Amaral** (*PS*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Efetivamente vou debater a resolução.

Muito rapidamente só para dizer ao Sr. Deputado Cláudio Almeida e deixar bem claro nesta câmara que para mim, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e para os Governos do Partido Socialista, a inclusão das pessoas desfavorecidas não é uma questão de boa vontade, Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

A Oradora: É uma questão de direito!

Deputados Vasco Cordeiro, Ricardo Cabral e Isabel Rodrigues (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Costa (PSD): Já a inserção não se pode dizer o mesmo!

Presidente: Não tenho mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados vamos votar a resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:

Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/2012 – "estabelece a gratuitidade dos manuais escolares", apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Vamos seguir a grelha de tempos habitual.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta da Representação Parlamentar do PCP, que agora vamos discutir, visa tornar gratuitos os manuais escolares em todo o ensino obrigatório.

Trata-se, em primeiro lugar, de tornar a escolaridade obrigatória efetivamente gratuita, porque atualmente na prática não o é.

O material essencial para os alunos sem o qual não é pura e simplesmente possível completar com sucesso os estudos não é gratuito. Pelo contrário, tem custos muito elevados, custos que, aliás, se agravam à medida que se avança no percurso académico e no caso dos manuais obrigatórios atingindo valores na casa das várias centenas de euros.

O aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos, uma medida positiva que, aliás, sempre apoiámos, implica que todas as famílias serão obrigadas, sem opção, a fazer face a esses custos acrescidos dos manuais dos anos mais avançados, o que torna ainda mais urgente apoiá-los nesse esforço, se, de facto, queremos que o ensino obrigatório seja universal e gratuito.

Para uma família que tenha, por exemplo, dois filhos no ensino obrigatório, podemos estar a falar de uma despesa superior a 500 ou 600 euros, que tem que desembolsar toda de uma vez a cada ano letivo.

Já sei que me dirão que o sistema de Ação Social Escolar garante a gratuitidade ou o empréstimo de manuais a famílias carenciadas, mas a verdade é que a estreita definição de carenciado deixa de fora muitas famílias que, com rendimentos baixos, estão acima desse limiar.

Pobres de mais para viverem com desafogo, são consideradas ricas de mais para terem direito ao apoio social.

Essas famílias que dependem apenas do rendimento do trabalho são as mais sacrificadas do país. Têm sido mais oneradas com impostos, prestações dos bancos, taxas, aumento do custo de vida e, o ano passado, com o corte de metade do subsídio de Natal.

São elas que têm suportado o grosso dos sacrifícios que são exigidos aos portugueses e é também a essas famílias que esta proposta se dirige.

Por outro lado, pensamos que o empréstimo de manuais escolares cria uma diferenciação social negativa, em que os filhos dos mais abastados podem dispor e manusear livremente os seus manuais, enquanto os filhos dos mais pobres são obrigados a mantê-los em perfeito estado de conservação para que possam ser devolvidos no final do ano letivo.

Pensamos que é importante que as crianças e jovens, independentemente dos rendimentos dos seus encarregados de educação, possuam livros, manuais escolares incluídos, livros que possam usar como quiserem, que possam anotar ou sublinhar, que possam fazer do livro um objeto seu com o qual têm uma relação íntima.

Pensamos que isto é importante, tanto para o sucesso escolar, como para a criação de hábitos de leitura e esse é outro dos sentidos da nossa proposta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A operacionalização do que propomos não é simples, temos perfeita consciência disso e entendemos que a nossa proposta está naturalmente sujeita a aperfeiçoamento. Agradecemos os contributos de todas as bancadas para a melhorar.

Mas também estamos convictos que a criação de uma Comissão Regional de Avaliação e Certificação de Manuais Escolares vai permitir uma melhoria do rigor científico dos manuais adotados sem com isso pôr em causa a Autonomia de cada projeto escolar.

Igualmente, a forma de certificação e aquisição dos manuais vai aumentar a exigência sobre as editoras e estamos certos que também permitirá alguma redução do custo individual de cada manual.

Os encargos que a Região terá de suportar não são significativos quando comparados com os benefícios para as famílias, para os alunos e para o sucesso do próprio sistema educativo.

Tratando-se de valores difíceis de quantificar com precisão, tendo em conta as diferenças entre manuais adotados e entre níveis de ensino, é possível assumir um valor médio ponderado de 160 euros por ano, por aluno, o que resultaria num investimento total na ordem dos 6 milhões e meio de euros.

Um valor que terá tendência a reduzir-se em função da espetável redução de custos, em função das condições de competição entre as editoras.

Falamos, afinal, de menos de 3,3% do Orçamento Regional para a educação, um valor irrisório para aquele que é o mais reprodutivo dos investimentos, o investimento na educação, o investimento no futuro.

A demagogia da crise da austeridade, da redução do investimento do Estado e da distribuição do seu papel social não pode pôr em causa esse futuro.

Se em nome da troika deixamos de apostar na formação das gerações mais jovens, estamos a comprometer o desenvolvimento dos Açores e a vida dos açorianos para muitas décadas.

Não temos o direito de o fazer, pelo contrário, temos a obrigação de garantir que esse futuro é de bem-estar, de justiça social e de desenvolvimento. Esse é o sentido mais profundo desta nossa proposta.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Aníbal Pires.

Estão abertas as inscrições para o debate deste diploma na generalidade, Sras. e Srs. Deputados.

Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umas breves palavras apenas para dar o ponto de vista do Governo sobre esta iniciativa que agora a câmara aprecia.

Desde logo, tivemos oportunidade de analisar em Comissão e de explicar ao Sr. Deputado que a perspetiva que o Governo Regional tem sobre a questão dos manuais escolares – não é apenas do Governo Regional, é corroborada, por exemplo, pelo Conselho Nacional da Educação e por outras entidades – é de que os manuais escolares fazem sentido serem disponibilizados mediante um sistema de empréstimo. É isto que a Região faz desde 2010.

Inicialmente, por orientação do Governo dada às escolas, foi aplicada, ao nível dos quatro anos do primeiro ciclo, a orientação de que as escolas deviam proceder à aquisição dos manuais e proceder à sua disponibilização, sobretudo aos alunos em regime de subsidiação, aos alunos da Ação Social Escolar, mas com a ressalva de que se pretendia, e se pretende, o alargamento a todos os alunos e a outros ciclos de ensino.

Mas, como é evidente, por um lado, a Região já dispõe desse regime que abrange a totalidade, na maioria dos ciclos, dos alunos que beneficiam de escalão; por outro lado, recentemente, esta Assembleia teve oportunidade de aprovar uma iniciativa que ia no mesmo sentido, no sentido de aprofundar esse empréstimo.

O que é facto é que atualmente a esmagadora maioria das nossas unidades orgânicas procede ao empréstimo. Esse empréstimo tem tido inúmeras vantagens, desde logo, do ponto de vista da adesão dos pais, sobretudo ao nível do 1º ciclo tem sido significativa, e também naquelas preocupações que têm a ver com razões ambientais e de possibilidade de reutilização dos manuais.

O que o PCP aqui pretende é a disponibilização gratuita, ou seja, o manual passa a ser posse do aluno, ao contrário do que nós entendemos que deve ser feito.

O manual é posse da escola, o aluno devolve no términus do ano letivo, com exceção daqueles alunos que, estando sujeitos a exame, precisam do manual para efetuar o exame e esses sim têm o regime de exceção. Todos os outros estão obrigados a essa devolução.

Por outro lado, já que o Sr. Deputado aflorou a questão da Comissão, já temos na legislação regional a possibilidade de criação dessa comissão.

Essa comissão faz sentido ser criada, mas faz sentido num contexto que não é o atual. Porquê?

Só o ano passado tivemos a aprovação e a aplicação nas nossas escolas do CREP – Currículo Regional para a Educação Básica.

Isso leva a que não fizesse sentido ter simultaneamente constituída essa comissão e posto essa comissão a certificar manuais, quando nós sabemos que, de acordo com a aplicação do novo acordo ortográfico, para a certificação dos manuais, há um prazo transitório que está neste momento a decorrer e que só terminará em 2014. Não faria sentido que esta comissão estivesse constituída.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): De quem é a culpa?

A Oradora: Para além disso, aquilo que o Sr. Deputado pretende, julga o Governo, é mais redutor do que aquilo que a legislação regional já tem explanado desde 2007.

Aquilo que o Sr. Deputado pretende é que essa Comissão seja criada exclusivamente para a certificação dos manuais.

O que está na legislação regional é mais lato do que isso e nós entendemos que é assim que deve ser e não como o Sr. Deputado agora propõe.

Tendo em conta aquilo que eu expliquei, nós entendemos que esta iniciativa não faz sentido, por um lado, porque não está de acordo com aqueles que são os princípios que o Governo defende e, por outro (é preciso que também se diga), isto teria um impacto orçamental e financeiro muito significativo, provavelmente até superior ao que o Sr. Deputado ali disse,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito superior!

A Oradora: ... porque como nós sabemos, dependerá muito do ciclo em que o aluno está e dependerá até, ao nível do secundário, do curso em que o aluno se integra.

Os manuais variam muito de preço.

Portanto, segundo a previsão que a Secretaria dispõe, os custos seriam superiores a esses que o Sr. Deputado defende, para além de que isso não resolveria, julgamos nós.

Nada tem a ver. Não é possível correlacionar, e o Sr. Deputado sabe isso bem, o sucesso escolar com a posse do manual.

O que é preciso é que os nossos alunos, progressivamente, tenham acesso (e têm tido!) aos manuais escolares.

Neste momento temos o 1º ciclo com esta medida muito consolidada. O que pretendemos é progressivamente (e progressivamente, porque no contexto que vivemos é a única forma sustentada e credível de anunciar isto) estender aos outros ciclos de ensino.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa** (CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

È, de facto, a segunda iniciativa que sobe a esta casa, em poucos meses, relativa a manuais escolares.

A primeira foi do CDS-PP. Foi aprovada e consagra o regime de empréstimo de manuais escolares, faseada e responsavelmente, tendo em conta a implementação gradual do acordo ortográfico aos manuais dos diversos níveis de ensino.

Agora vem a Representação Parlamentar do PCP, eleita nas listas da CDU, preconizar um regime em que se dá o manual escolar, se cede a título definitivo aos alunos o manual escolar. Manuais gratuitos para toda a gente.

Sr. Deputado, quem é que não gostaria de dar manuais gratuitos a toda a gente, aliás no espírito do que está consagrado na Constituição Portuguesa?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah! Está?

O Orador: Obviamente que há uma diferença de responsabilidade aqui.

Há um partido sério que tem a noção do que é possível e há um partido que aproveita tudo para fazer campanha, aproveita tudo para ser populista.

Quando foi responsável pela governação arruinou o país e manifesta uma grande irresponsabilidade, porque não tem e sabe que não terá responsabilidades de outra ordem.

Sra. Deputada Zuraida Soares, devo dizer-lhe que afinal tem companhia na estratosfera. Pode não ser a companhia mais desejada, mas também lá está.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Tenho mais, Sr. Deputado! Se for ver, tenho de todas as bancadas!

O Orador: Tem mais. Muito bem!

Em relação à Comissão Regional de Avaliação e Certificação de Manuais Escolares, pareceu-nos uma ideia interessante, pioneira, mas após maturada e aturada análise, no fundo, o que se pretende aqui é criar mais uma comissão de sábios, mais custos, menos agilidade, centralizar mais o processo.

A perversão que isto encerra é que passa um atestado de incompetência às unidades orgânicas do Serviço Regional de Educação,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... do Sistema Regional de Educação, dos seus departamentos curriculares, dos seus professores que procedem à adoção de manuais com toda a competência.

Duvidar disto é duvidar daquilo que o Sr. Deputado normalmente diz defender, que é a autonomia das escolas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O que temos aqui é um número de demagogia insustentável e nem sequer é demagogia barata, é demagogia gratuita.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta proposta do PCP gostava de focar um assunto que tenho experiência concreta, que é a escolha dos manuais escolares.

Penso que nesta matéria estamos longe de ter um resultado bom.

Eu próprio conheço manuais que são adotados a nível de escola que têm um conjunto muito grande de erros. Posso exemplificar isso na disciplina na qual eu sou professor, a disciplina de história.

Lembro-me que no último Verão que tive oportunidade de preparar o meu filho para o exame de 12º ano, tive oportunidade de verificar, pelo menos naquele manual, no mínimo, uns 20 erros, em relação a datas, mapas e tudo isso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não acredito!

O Orador: Eu considero que em relação à escolha que está a ser realizada nas unidades orgânicas, não vejo mal nenhum que se concretize uma Comissão Regional de Avaliação e de Certificação dos Manuais Escolares, que colabore com as escolas e que aumente o rigor da seleção de manuais escolares.

Acho que isso é necessário e que podemos melhorar muito nessa matéria.

É evidente que não está tudo mal.

Temos escolas, departamentos que escolhem bem, e outros que escolhem menos bem.

O que penso é que podemos melhorar nessa matéria.

Não tenho nenhuma dúvida, e tenho experiência de muitos anos no nosso sistema de ensino (desde 95, nos Açores), que em relação aos manuais escolares o rigor e a exigência que os nossos alunos merecem não é universal e que se pode melhorar. Nesta matéria não tenho nenhuma dúvida.

Claro que continuando a dar lugar às unidades orgânicas, no âmbito daquela que é a sua autonomia, mas tendo também um processo de coordenação regional, o que irá aumentar o grau de exigência e de eficácia em relação a este processo.

Era este o testemunho que queria deixar aqui.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu quero começar nesta segunda intervenção por reconhecer o trabalho que tem sido feito, quer por iniciativa do Governo Regional relativamente ao empréstimo de manuais, bem como a iniciativa do CDS-PP que foi aqui aprovada há alguns meses atrás e que eu tive oportunidade de votar favoravelmente.

Mas a questão é a seguinte, Sra. Secretária Regional da Educação e Formação: Há uma exceção para os anos em que há exame (foi V. Exa. que disse), e penso que essa é a prática das escolas, mas os ciclos de ensino, como V. Exa. e todos nós sabemos, não têm apenas um ano. Há ciclos de ensino com quatro, com dois, com três. Portanto, um conjunto de anos.

Tanto quanto eu julgo saber – eu estou quase há quatro anos fora da escola – os exames incidem sobre os conteúdos fornecidos durante os anos do ciclo de ensino.

Portanto, quando V. Exa. permite que os alunos, excecionalmente, fiquem na posse do manual no ano em que têm exame, penso que é correspondente só àquele ano, o que quer dizer que impede que os alunos se preparem para exame com os manuais dos anos anteriores do ciclo de ensino que estão a fazer.

Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, parece-me a mim que um dos objetivos desta iniciativa, a questão da posse, para além de outras vantagens que entretanto já tive oportunidade de enunciar e que me escuso de repetir nesta câmara, a não ser que seja estritamente necessário, tem outras vantagens associadas. Mas esta, Sra. Secretária é fundamental.

A câmara não vai aprovar esta iniciativa, mas é bom, Sra. Secretária, que se tenha em consideração que os alunos para se prepararem para exame necessitam dos manuais, não só daquele ano, mas dos anos que precedem esse ano.

Quanto a uma afirmação que V. Exa. fez durante a sua intervenção, onde dizia que não é possível relacionar o sucesso com a posse dos manuais, é a opinião da Sra. Secretária, mas a sua opinião é volúvel.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Eu já ouvi a Sra. Secretária aqui, há alguns meses atrás, defender que havia estudos, até à saciedade, que indicavam para que o grupo de turma tivesse um determinado número de alunos, aliás, isto foi durante a discussão, salvo erro, do Regulamento dos Concursos.

V. Exa e o Grupo Parlamentar que apoio o seu Governo rejeitaram as propostas, que não foram só do PCP, penso que eram transversais aos partidos da oposição, mas verificámos a volubilidade dessa sua posição quando mais tarde veio a admitir que afinal de contas o melhor era termos grupos de turma na Região com menor número de alunos.

Podia dar-lhe mais alguns exemplos para vermos como a opinião de V. Exa. vai variando, conforme está o tempo.

Para já ficar-me-ia por aqui.

Relativamente ao que o Deputado Paulo Rosa disse, há uma questão que eu não posso deixar de referir.

Sr. Deputado Paulo Rosa, se há algum partido nesta câmara que não pode fazer a afirmação e a acusação que V. Exa. fez ao PCP, de que há partido sérios, colocando V. Exa. o CDS na qualidade de partido sério...

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Eu não disse isso!

O Orador: Não. V. Exa. disse isso.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Não disse! Responsáveis!

O Orador: E disse que há outros que aproveitam todas as oportunidades para iniciativas populistas.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): Responsáveis!

O Orador: Sr. Deputado, se há algum partido que nesta câmara é populista, é o CDS-PP.

Se há algum partido que nesta câmara não é sério, é o CDS-PP.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): À falta de argumento!

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Fica-lhe bem!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Rosa, relativamente às questões que colocou sobre a escolha dos manuais, penso que a intervenção do Deputado Paulo Estêvão lhe responde com toda a profundidade.

Deputado Paulo Rosa (CDS-PP): O Sr. Deputado acabou de embarcar na Plataforma!

O Orador: Relativamente a essa questão podia também dar-lhe algumas indicações sobre erros científicos que se encontram nos manuais escolares em todos os ciclos de ensino.

O Deputado Paulo Estêvão referiu os do 12º ano, mas há erros científicos, designadamente naquilo que se refere à Região Autónoma dos Açores, nos manuais escolares que são adotados pelas nossas escolas.

Deputado Paulo Rosa (*CDS/PP*): Eu vi vários!

O Orador: Então, parece-me que a tal Comissão Regional para a Certificação de Manuais faria todo o sentido, sem retirar nenhuma autonomia às nossas unidades orgânicas.

Relativamente à Comissão Regional para a Certificação de Manuais, Sra. Secretária Regional da Educação, sim senhor, já existe essa possibilidade, mas V. Exa. ainda não conseguiu, pelo menos a mim, explicar-me, tendo conhecimento que os manuais têm erros científicos e que a legislação regional até prevê a criação de uma Comissão Regional para a Certificação de Manuais Escolares, por que é que ainda não deu um pequeno passo para a pôr em prática? É isso que é importante que se perceba.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Eu já lhe explico outra vez!

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou fazer algumas considerações relativamente à iniciativa do PCP e corroborar do que disse a Sra. Secretária e do que já foi aqui dito.

Para começar, o timing desta iniciativa.

Esta iniciativa deu entrada nesta casa exatamente no dia em que se debateu e aprovou aqui por unanimidade, inclusivamente com o voto do PCP, a iniciativa do PP do empréstimo de manuais escolares.

Se havia a intenção do PCP de introduzir a Comissão de Certificação ou qualquer outra achega, julgo que teria feito mais sentido que a mesma tivesse sido incorporada ou proposta aqui quando se discutiu.

Outra questão, que já foi frisada, a falta de critérios na cedência dos manuais.

Numa altura, sobretudo como a que atravessamos, todos temos consciência que há que ter atenção aos gastos, os recursos, mesmo os gratuitos.

Gostaríamos de ter condições de dar cadernos, esferográficas, tudo, mas para proporcionar igualdade de oportunidade. É para isso que temos um regime de Ação Social Escolar, exatamente para que os que têm rendimentos inferiores possam usufruir de materiais de apoio para o desenvolvimento da atividade letiva em igualdade de proporcionalidade às outras famílias que podem efetivamente contribuir.

Portanto, não pode haver aqui uma ausência de critérios e dar pura e simplesmente.

Depois, não há aqui uma preocupação de devolução, nem em anos que não sejam de exames, nem em anos que sejam de exames. É dar e não haver qualquer preocupação em incutir nos alunos um sentido de partilha e de solidariedade do bem coletivo, do bem comum.

Julgo que neste aspeto o empréstimo, da maneira como está a funcionar, tem esta mais-valia e são valores que também devem ficar incutidos.

Depois os pareceres que recebemos da esmagadora maioria, vão exatamente no sentido de achar mais válido o que está em vigor, que é o empréstimo.

Já havia esta preocupação há bastante tempo e temos assistido cada vez mais, por parte de várias instituições, ao fomento de uma criação cada vez maior e diversificada de bancos de manuais que possam, de facto, colmatar, tornar mais acessível e salvaguardar mais alguma despesa às famílias.

Não posso deixar de fazer aqui alguma observação a duas ou três coisas que foram referidas por quem me antecedeu.

O Sr. Deputado Aníbal Pires, naquilo que me parece a verdadeira falta de argumentos, diz que a opinião da Sra. Secretária é volúvel e vai buscar uma situação completamente diferente da que aqui estamos a abordar.

Depois, reitera uma questão que já tinha sido esclarecida pela Sra. Secretária em Comissão, que é a questão de já haver a possibilidade da criação ou da implementação de uma Comissão de Avaliação e Certificação.

O Sr. Deputado insiste nesta questão – e o Sr. Deputado Paulo Estêvão também me parece ser adepto da Comissão – por que é que ela não existe, se ela já está teoricamente consagrada.

Talvez não vos tenha ocorrido que cada unidade orgânica tem em atenção e tem um conhecimento mais profundo da comunidade educativa que está envolvida.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Mas quem é que referiu essa situação?

A Oradora: Isto para ir ao encontro do que disseram.

A escolha dos manuais escolares é feita pelas unidades orgânicas, é feita por áreas disciplinares, é feita com critérios em que se afere a qualidade, a questão da ciência, se está cientificamente correto ou não, a questão do preço, do peso, se é um volume se são dois, se estão divididos, se trazem manuais de atividades, se têm guias de atividades.

Ao dizerem que há escolas que têm manuais com erros, estão num ataque, que julgo indevido e inusitado, aos docentes...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não há erros?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para que é essa demagogia?!

A Oradora: ... que em cada unidade orgânica escolhem os manuais para 4 anos letivos.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sra. Deputada, para que é essa demagogia?! **A Oradora:** Não é uma questão de demagogia, Sr. Deputado. É uma questão de veracidade.

São os docentes de cada escola.

Ao criarmos uma Comissão de Avaliação vão ser docentes que vão compô-la.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já sabia como é que a Sra. Deputada ia fazer!

A Oradora: Há em cada unidade orgânica docentes que fazem um trabalho sério, com critério, com grelhas na escolha dos manuais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi o que eu disse!

A Oradora: Se calhar pode haver alguns que não fazem tão bem, nem tão criteriosamente, ou pode haver falhas, porque dentro da combinação dos critérios aferem aqueles que existem.

Julgo que há que salientar aqui que isto não é correto da vossa parte.

Por tudo isto explanado, por acharmos exatamente que o tempo em que esta iniciativa deu entrada foi extemporâneo, por termos a funcionar uma iniciativa de empréstimo que veio ampliar e criar outros critérios de empréstimo dos manuais no nosso sistema educativo regional, o PS vai votar desfavoravelmente a iniciativa do PCP.

Obrigada.

Presidente: Sra. Secretária Regional da Educação e Formação tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Aníbal Pires, a sua iniciativa, na opinião do Governo, medra em vários erros.

O primeiro deles, talvez um dos mais evidentes, tem a ver com a questão de dizer que a gratuitidade dos manuais escolares é uma questão prevista na Lei de Bases do Sistema Educativo, o que não corresponde efetivamente à verdade.

O que a Lei de Bases prevê, sim, e ao contrário do que o senhor diz, é que essa gratuitidade se consubstancia no pagamento de propinas, no pagamento de emolumentos e que pode eventualmente vir a estar relacionada com apoios no âmbito da Ação Social Escolar, que é efetivamente o que o Governo já presta na Região.

Segundo erro, Sr. Deputado:

Para sermos absolutamente claros, esta iniciativa do PCP, na Assembleia Legislativa Regional do Açores, é uma cópia...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Isso é verdade!

A Oradora: ... menos elaborada, digamos assim, de uma iniciativa que foi apresentada na Assembleia da República.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Do PCP na Assembleia da República!

A Oradora: Devo dizer que os seus camaradas na Assembleia da República foram mais comedidos, ou seja, pediam que esta iniciativa se aplicasse apenas aos primeiros anos de cada ciclo. O Sr. Deputado quis logo tomar o bolo todo de uma vez, sem ter preocupações com custos.

Por outro lado (e foi isso que eu tentei demonstrar na minha primeira intervenção), esta proposta não é inovadora.

Não é inovadora, porque em parte copia aquilo que fez na República sem grande rasgo criativo.

Por outro lado, na parte que tenta inovar, cria uma suposta criação que até já está prevista na legislação regional.

Agora tentando responder às suas questões: por que é que a Comissão não foi posta em prática?

Em primeiro lugar, porque o CREP não estava aprovado. Foi aprovado apenas no ano anterior, como sabe, em 2011, e iniciou-se nas escolas no ano letivo que agora terminou.

Portanto, foi entendimento da tutela que não faria sentido criar uma comissão sem estar conciliado e consolidado o CREP, por um lado.

Por outro lado, em virtude das alterações e determinações nacionais que dizem que o acordo ortográfico tem que vir progressivamente a ser aplicado do ponto de vista dos manuais, não faria sentido criar uma comissão para estar a avaliar manuais que provavelmente deixarão de (tem um período de utilização entre 4 a 6 anos) estar em vigor.

Todos nós conhecemos casos de erros em manuais escolares, como conhecemos em livros científicos, como conhecemos em notícias de jornal.

Portanto, o erro científico existe em alguns manuais escolares, mas também é para isso que as equipas constituídas por professores das escolas trabalham e escolhem uns em detrimento dos outros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é suficiente!

A Oradora: Não vejo que a existência dessa comissão tirasse todos os males que possam aqui existir.

Sr. Deputado, isto para lhe dizer que aquilo que existe na Região, como lhe disse, o sistema de reutilização que está implementado, tem tido resultados muito positivos.

Neste momento, temos um volume muito considerável de manuais...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Sou o primeiro a reconhecê-lo!

A Oradora: Não, não! O que o senhor defende é uma coisa completamente diferente, que é a disponibilização gratuita dos manuais.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Mas reconheço que esse trabalho já está a ser feito!

A Oradora: Devo dizer-lhe, quanto à Ação Social Escolar, que também não colhe, porque os alunos que beneficiam dos escalões da Ação Social Escolar têm já os manuais gratuitos.

Para lhe dar um exemplo, um aluno que esteja no primeiro escalão tem direito a 76.39 para compra de material escolar, incluindo manuais e outros recursos.

Qual é o custo dos manuais deste aluno, que está no 1º ano?

Considerando a Língua Portuguesa mais as fichas, a Matemática com o livro prático e o Estudo do Meio, custa 37 euros. Ou seja, dos 76, o aluno retira este montante para fazer face aos manuais e sobra-lhe outro tanto para material escolar. E assim sucessivamente.

A nível do 1° ciclo, em todos os escalões, o aluno tem os manuais gratuitos na íntegra. Quando a orientação foi dada às escolas, foi colocada essa possibilidade.

É sabido que há encarregados de educação que, por exemplo, não querem recorrer ao manual por empréstimo, mas nessas situações essa possibilidade não é vedada, sendo certo que o custo do manual é retirado do montante que o aluno tem direito no âmbito da Ação Social Escolar.

É evidente que as ressalvas que existem, o sistema está a dar resposta.

Não está a dar resposta na íntegra porque, por exemplo, ao nível do ensino secundário, ainda não conseguimos fazer o caminho até lá chegar. Vai ser um caminho mais complexo, porque, evidentemente, como lhe disse, os manuais no

ensino secundário têm custos diferenciados e depende do curso (não só do ano) que o aluno escolheu.

Em termos gerais vir dizer que isto é uma grande inovação, Sr. Deputado, não estamos de acordo.

Não é este o caminho que o Governo professa.

O que entendemos é que deve ser no sentido da reutilização do manual, no sentido do empréstimo e no sentido daquilo que o próprio Conselho Nacional de Educação já defendeu, que é fazer que o aluno desenvolva. É um sentido de responsabilidade que, obviamente, o sistema de empréstimo desenvolve ou faz desenvolver.

Como é evidente, a disponibilização absolutamente gratuita e sem qualquer contrapartida, na nossa opinião, já não se faz.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado.

Vamos fazer esse intervalo e vamos retomar os nossos trabalhos às 18 horas e 20 minutos.

Até já.

Eram 18 horas e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 31 minutos.

Estávamos debatendo, na generalidade, o Projeto de Decreto Legislativo Regional do PCP relativo à gratuitidade dos manuais escolares.

Na lista de inscrições segue-se o Sr. Deputado Paulo Rosa, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa** (*CDS-PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começaria exatamente pelo Sr. Deputado Aníbal Pires. Para lhe dizer que não vou obviamente entrar em discussões sobre seriedade. Eu estou convicto que, a não ser por lapso, não usei essa palavra. Depois verificarei no diário das sessões.

O que tenho nas minhas notas e que pretendia dizer é tão só e simplesmente sentido de responsabilidade.

Se estiquei a corda, digamos, para a seriedade, obviamente que nenhum Deputado, nem nenhuma Deputada desta casa tem legitimidade para questionar a seriedade seja de que Grupo Parlamentar for, seja que deputado for, porque todos nós temos a mesma legitimidade aqui dentro e estamos obrigados ao respeito.

Deputado Rogério Veiros (PS): Tem de dizer isso ao seu líder!

Deputado José San-Bento (PS): Diga isso ao Sr. Deputado Artur Lima!

O Orador: Voltando à matéria.

A questão que o Sr. Deputado Aníbal Pires levanta quanto aos erros científicos dos manuais, em que diz que o Sr. Deputado Paulo Estêvão me respondeu devidamente, de facto ele interveio a seguir a mim.

Nós temos uma visão diferente do PCP e do PPM nesta matéria.

Os erros científicos detetados, quanto a nós, devem ser corridos no âmbito da escola, da unidade orgânica e não são a regra, como aqui se pretende fazer crer. São exceções. Como aliás disse a Sra. Secretária, todos nós diariamente lemos coisas em jornais, lemos romances, lemos inclusive revistas científicas, onde há erros.

Obviamente que consideramos que os professores, os departamentos curriculares, as escolas, têm todos os mecanismos para fazer boas escolhas. Regra geral elas são feitas.

Se há situações onde não são feitas, Sras. e Srs. Deputados, melhorar centralizando para nós não é a solução mais correta. Isso é andar para trás no processo de autonomia das escolas.

Para nós a autonomia das escolas implica responsabilização e a responsabilização pelas más escolhas eventuais em termos de manuais deve recair sobre a escola e a correção dessas situações deve incidir sobre a escola. Muito obrigado.

Presidente: Segue-se o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para reafirmar aquela que foi a posição que aqui defendi em relação a esta questão da adoção dos manuais.

Eu referenciei aquele que foi o meu testemunho.

Hoje em dia podemos encontrar muitos manuais que são adotados que contêm muitos erros científicos e erros pedagógicos, mas os erros científicos são mais objetivos: a data está incorreta, o mapa não corresponde, aquela contextualização também não está realizada com rigor.

É possível encontrar, hoje em dia, muitos manuais com muitos erros do ponto de vista científico. Isso é objetivo.

O que eu referenciei é que esse trabalho pode ser melhorado. É tão simples como isto.

Como em tudo na vida as coisas podem ser melhoradas, os processos podem ser melhorados.

Penso que uma comissão regional com docentes devidamente habilitados, das diversas áreas, ia contribuir para melhorar o trabalho nesta matéria e introduzir um maior índice de rigor. A verdade é essa.

O meu testemunho é pura e simplesmente este.

Por isso, na parte que diz respeito à Comissão Regional de Avaliação e Certificação dos Manuais Escolares, a minha posição é de que ela é necessária. É necessário introduzir maior rigor nessa matéria.

Muitas vezes por rotina, porque os professores estão subcarregados com muitíssimo trabalho burocrático, essa avaliação não é feita com o rigor necessário em todos os locais, em todos os departamentos. A verdade é essa. Assumo essa informação.

A maior parte das escolas, dos departamentos e dos professores obviamente fazem o seu trabalho e aquilo que têm a fazer.

Depois, se o processo pode ou não ser melhorado, eu acho que pode, como em tudo na vida: o trabalho dos políticos pode ser melhorado, o trabalho dos professores pode ser melhorado. Qualquer trabalho, qualquer função pode ser melhorada.

A comissão introduzindo novos meios de rigor, uma preparação específica para essa matéria, eu considero que não é má ideia.

Presidente: Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

(*) **Deputado Costa Pereira** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português não merece a nossa concordância por duas ordens de razões muito simples:

Em primeiro lugar, por uma questão de fundo.

Nós discordamos da orientação que está subjacente a esta proposta e que é a de dar tudo a todos, independentemente da capacidade financeira das famílias em adquirir os manuais escolares para os seus filhos.

Entendemos que uma família que tem possibilidade e capacidade financeira para adquirir os seus manuais escolares, não pode ser tratada pelo Estado da mesma maneira de uma que não tem.

Deputados Pedro Gomes e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este diploma coloca-os ao mesmo nível.

A segunda ordem de razões tem a ver com a oportunidade desta iniciativa.

Defendemos e entendemos que tem de haver estabilidade nas políticas governativas, nomeadamente na área da educação.

Entendemos que temos que dar tempo para que a legislação que é produzida e aprovada seja aplicada e seja avaliada na sua aplicação.

Há alguns meses aprovámos um diploma que estabelecia o regime de empréstimo dos manuais escolares. Dois ou três meses depois já queremos alterar isto tudo e já queremos um diploma que não é o empréstimo, é a oferta, a gratuitidade desses manuais escolares.

Entendemos que não é assim que se deve proceder na orientação das políticas educativas. Não podemos continuar a mudar leis atrás de leis sem esperar que aquelas que são aprovadas sejam aplicadas e seja verificada a sua exequibilidade.

Deputados Pedro Gomes (PSD) e **Paulo Rosa** (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Este conjunto de razões parece-nos ser suficientemente forte para não aprovarmos esta iniciativa.

Deputados Pedro Gomes e João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou prolongar esta discussão. De qualquer forma não posso deixar de tecer aqui algumas considerações. Começaria até pelos motivos expostos agora pelo PSD que demonstram, de facto, relativamente à primeira razão que sustenta o voto desfavorável do Grupo Parlamentar do PSD, coerência com os vossos princípios. Aliás, põe-se em relação à educação, como se põem em relação a outras áreas sociais, como seja a saúde, etc., etc., que V. Exas. consideram que devem ser pagas quando o pagamento está feito na origem, quando somos tributados de forma escalonada em termos do IRS, mas são visões diferentes.

Essa é a vossa visão. A nossa visão é substantivamente diferente.

Relativamente ao segundo ponto que serve de argumentação ao voto contra do PSD, eu resolverei essa questão na próxima legislatura...

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): No pressuposto de que voltará!

O Orador: ... apresentando novamente esta iniciativa. Pode ser que nessa altura, a questão do *timing*, argumento utilizado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, deixe de ser argumento.

Esta discussão está a ser útil, porque há aqui algumas questões que podem efetivamente ser melhoradas em termos do articulado da iniciativa, que, aliás, V. Exas. podiam ter proposto. Mas irei oportunamente, e não oportunisticamente, aproveitar para melhorar o articulado do diploma e apresentarei em próxima oportunidade, na próxima legislatura.

Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, eu nunca disse, julgo eu, que isto era uma grande inovação.

Julgo que o facto desta proposta ser em tudo idêntica, embora V. Exa. tenha considerado que a Representação Parlamentar do PCP foi além do Grupo Parlamentar do PCP...

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Como?

O Orador: Não considerou?

A Sra. Secretária Regional estava desatenta, mas eu posso começar de novo.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Poupe-nos!

O Orador: Eu tenho muita consideração, como sabem, pela Sra. Secretária Regional da Educação e Formação. Peço-vos desculpa...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Já agora, por mim também!

(Risos da Câmara)

O Orador: Diga!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de continuar.

O Orador: Vou repetir:

Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, eu nunca afirmei, penso eu, que esta iniciativa era uma grande inovação da Representação Parlamentar do PCP, como V. Exa. tentou fazer crer há pouco.

Penso que não vem mal ao mundo, até porque o partido é exatamente o mesmo, que a Representação Parlamentar do PCP, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, tivesse pegado numa iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP na República e, com as devidas adaptações,...

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Convém é melhorar, não é fazer uma cópia!

O Orador: ... mas não só, porque V. Exa. reconheceu que a Representação Parlamentar do PCP foi mais além do que o Grupo Parlamentar do PCP na República...

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Mal!

O Orador: Se foi mal ou bem, não interessa. Mas foi mais além.

Eu não estou a dizer que foi melhor ou que foi pior. Não estou a qualificar. Estou a dizer aquilo que a Sra. Secretária disse, que fomos mais além.

Portanto, Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, não me parece que daí venha mal ao mundo.

Há outra questão à qual V. Exa. tem fugido, quer na Comissão, quer hoje em plenário.

Sra. Secretária Regional da Educação:

Terceiro ciclo do ensino básico: 7º ano, 8º ano e 9º ano. São três anos. O exame é feito no 9º ano. Está certo, Sra. Secretária?

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Está certo! No final do ciclo!

O Orador: O exame é no final do ciclo. Quer dizer que a avaliação é feita sobre os conteúdos do 7°, 8° e 9° ano.

Empresta no 7º ano. O aluno e a família devolvem.

Empresta no 8º ano. O aluno e a família devolvem.

Empresta no 9° ano, mas como há exame, só devolve o manual do 9° ano depois do exame.

Como é que os alunos entretanto se preparam relativamente aos conteúdos do 7° e do 8° ano?

É a esta questão que V. Exa. tem fugido.

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Não, não! Eu já lhe respondi, o senhor é que não percebeu.

O Orador: Sra. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, eu percebi que V. Exa. não estava propriamente à vontade na defesa, ou melhor, não estava muito convicta na defesa da posição do seu Grupo Parlamentar, não sei muito bem porquê. Mas de facto percebi que V. Exa. estava ligeiramente incomodada com o seu discurso.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não estava nada incomodada!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já está perdido!

O Orador: Eu encontro-me facilmente. Então com a sua ajuda, Sr. Deputado, é uma maravilha.

Sra. Deputada Catarina Furtado, a questão do *timing* já percebemos todos. O problema aqui é um problema de *timing*.

Sra. Deputada Catarina Furtado, ou não esteve com atenção à intervenção que eu fiz da tribuna... É que, relativamente ao argumento que V. Exa. utilizou de crise, eu já desconstrui inicialmente na intervenção que fiz da tribuna. Portanto, ou a senhora não esteve atenta ou então não quis perceber aquilo que se estava a fazer.

Depois V. Exa. entrou por uma argumentação que é, no mínimo demagógica, como alguém num aparte lhe disse, porque a criação da Comissão Regional para a Certificação dos Manuais Escolares não retira nenhuma liberdade, nem autoridade às unidades orgânicas na adoção dos seus manuais.

Aquilo que a Comissão Regional de Certificação dos Manuais Escolares fará, quando vier a ser criada, porque pelos vistos a Sra. Secretária entende que ainda não há condições para ser criada essa comissão, é elaborar uma listagem de manuais escolares de modo a que as escolas possam, em função dessa indicação, escolher livremente os manuais que melhor se adaptam à sua realidade, à realidade da comunidade escolar onde a unidade orgânica está inserida.

Isto serve também como resposta ao Sr. Deputado Paulo Rosa, porque a argumentação andou à volta de retirar liberdade, retirar autonomia às unidades orgânicas.

Não é isso que se pretende. O que se pretende é que se evitem situações como esta.

Permitam-me que conte esta pequena história: eu tive, há dois anos, uma sobrinha com 11 anos a passar férias comigo. Na altura falei-lhe sobre a Região Autónoma dos Açores e ela ficou a perceber alguma coisa sobre esta forma de organização especial do Estado.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Coitada! Veio passar férias!... Nunca mais vem cá!

O Orador: Entretanto, um dia telefonou-me, porque tinha tido um problema na escola que frequentava e um desaguisado com a professora, porque num teste foi-lhe perguntado qual era a capital dos Açores e ela disse que não havia capital nos Açores. A professora insistiu que sim, que havia uma capital e que essa capital era Ponta Delgada. Estava no manual.

Eu não sei se esse manual a que me estou a referir foi adotado ou não numa escola da Região, mas que isso se passou, passou.

Isto é grave, como todos nós certamente perceberemos.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): O que é que isso tem a ver com o empréstimo dos manuais escolares?

Presidente: Sra. Secretária Regional da Educação e Formação tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não tinha intenções de participar mais neste debate, porque penso que tentei esclarecer aquilo que pude nas minhas intervenções, mas não gosto, Sr. Deputado, que digam que eu fugi à questão. Eu não fugi a questão nenhuma, nem aqui, nem na Comissão.

Tento responder na medida do possível às questões que me colocam.

Se calhar o Sr. Deputado não percebeu aquilo que eu disse.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É possível! Faça esse esforço!

A Oradora: A resposta é, para ser mais clara:

Os manuais ficam com os alunos tanto tempo quanto o necessário para fazer o exame de ciclo. Ponto.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Vou verificar isso!

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Pode verificar!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Alguém vai dar-se mal!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Assim sendo, vamos passar à votação na generalidade, deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, o Projeto foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 13 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Agradecia aos Srs. Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares, bem como ao Sr. Secretário Regional da Presidência o favor de se acercarem da mesa.

(Pausa)

Srs. Deputados, hoje ficamos por aqui.

Recomeçamos os nossos trabalhos amanhã às 10 horas da manhã, naturalmente com a Agenda.

Obrigado a todos.

Boa noite. Bom jantar e até amanhã.

Eram 18 horas e 52 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste Parreira

José Gaspar Rosa de Lima

Partido Social Democrata (PSD)

Francisco da Silva Álvares

(*) Texto não revisto pelo orador

Documento entrado

Listagem da correspondência:

1 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a comunicar o cancelamento do Projeto de Resolução n.º 23/2012 – "Formação e ensino de condução das categorias B (ligeiros) e A (motociclos) na ilha do Corvo"

Autor: O Deputado Paulo Estêvão do PPM

Data de Entrada: 2012.09.04.

2 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do

Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012. 09. 04;

Assunto: O <u>Estudo do Conceito de Serviço Público de Audiovisual na Região</u>

Autónoma dos Açores — Relatório Final, elaborado pelo grupo de trabalho

criado pela Resolução nº 22/2011/A, de 31 de Outubro, da Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores"

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012. 09. 04;

Assunto: <u>Verificação de Poderes de Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores</u>

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012. 09. 04;

Assunto: Projecto de Decreto Legislativo Regional nº 14/2012 – "Adapta à Região Autónoma dos Açores o Código do Trabalho e respetiva Regulamentação"

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012. 09. 04;

Assunto: Projecto de Decreto Legislativo Regional nº 15/2012 – "Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 54/2006/A, de 22 de dezembro, que aprova a orgânica dos serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores"

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012. 09. 04.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco